

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

MARIA DE FÁTIMA CRUZ CORRÊA

**ENSINO DE HISTÓRIA E ARQUIVOS: PRÁTICAS DE DESCRIÇÃO
DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL COMO
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM**

RIO GRANDE- RS

2021

MARIA DE FÁTIMA CRUZ CORRÊA

**ENSINO DE HISTÓRIA E ARQUIVOS: PRÁTICAS DE DESCRIÇÃO
DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL COMO
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM**

Prova de Defesa do Relatório Técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador (a): Profa. Dra. Júlia Silveira Matos

Ficha Catalográfica

C824e Corrêa, Maria de Fátima Cruz.

Ensino de história e arquivos: práticas de descrição documental arquivística e preservação documental como estratégias de aprendizagem / Maria de Fátima Cruz Corrêa. – 2021.

115 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande/RS, 2021.

Orientador: Dra. Júlia Silveira Matos.

1. Ensino de história 2. Identificação Arquivística 3. Descrição documental 4. Didática da história

I. Matos, Júlia Silveira II. Título.

CDU 37:94 ()

MARIA DE FÁTIMA CRUZ CORRÊA

**ENSINO DE HISTÓRIA E ARQUIVOS: PRÁTICAS DE DESCRIÇÃO
DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL COMO
ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM**

Profa. Dra. Júlia Silveira Matos

Profa. Dra. Adriana Kivanski de Senna

Profa. Dra. Frca. Carla Santos Ferrer

Rio Grande, 26 de abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Senhor de todos os possíveis, com quem tudo posso, pois ele é quem me fortalece;

Ao meu amado Paulinho, que faz tudo parecer mais fácil;

A minha família, amigos, e especialmente aos sobrinhos e afilhados, pela presença, pelo incentivo, e por todo amor e carinho recebido;

Aos meus professores e orientadores da graduação, especialização e do mestrado que nortearam minha vida acadêmica;

À Universidade Federal do Rio Grande – FURG e ao Programa de Pós-graduação em História – PPGH;

Aos colegas de Mestrado, pela solidariedade e motivação, principalmente aos amigos Lucio e Marcelinho, pelo apoio e companhia nesta caminhada de tornar sonhos realizados;

E, por último, mas no início de tudo, o agradecimento mais importante a minha orientadora e professora Dra. Julia Matos que foi amiga, mãe, uma companhia doce e forte nesta caminhada no PPGH; sem ela, nada teria sido possível.

RESUMO

A presente pesquisa configura-se em um estudo bibliográfico, teórico e reflexivo acerca do uso da descrição documental arquivística enquanto estratégia e metodologia instrumental servindo de apoio e estímulo aos estudos dos alunos da disciplina de história. O docente de história tem nos arquivos um espaço colaborativo e motivacional para a pesquisa histórica e o ensino do uso das fontes documentais. A pesquisa discorre sobre as origens e evolução dos preceitos da ciência diplomática em sua perspectiva clássica e contemporânea; e seu aporte para os fundamentos da metodologia de identificação arquivística, que faz uma pesquisa intelectual sobre a gênese documental, ancorando-se nos princípios e ensinamentos da didática da história. Esse conhecimento adquirido culmina no letramento informacional histórico e arquivístico de alunos e professores. O letramento ao ser aplicado nas atividades descritivas, as tornam referência instrumental e metodológica com instrumentos de pesquisa estruturados e contextualizados. Os alunos e professores de história ao entrarem em contato com os produtos descritivos precisam valer-se de sua própria consciência histórica, dos ensinamentos transmitidos por seus professores, e de suas competências informacionais, o que torna esta atividade desafiadora e instigante. Afinal, em um instrumento de pesquisa consulta-se muitos documentos e, neste ponto, a pesquisa torna-se uma atividade fascinante. Como resultado desse estudo, será produzida uma cartilha para docentes da Educação básica e superior que apresentará a descrição e a identificação arquivísticas como metodologia para um ensino e aprendizagem significativos da história.

Palavras-chave: Ensino de história, Identificação Arquivística, Descrição documental e Didática da história.

ABSTRACT

The present research is configured in a bibliographic, theoretical and reflective study about the use of archival documentary description as an instrumental strategy and methodology serving to support and stimulate the studies of students of the history discipline. History teachers in their classroom or on-site visits have in the archives a collaborative and motivational space for historical research and teaching the use of documentary sources. The research discusses the origins and evolution of the precepts of diplomatic science in its classic and contemporary perspective and its contribution to the foundations of the methodology of archival identification, which does an intellectual research on the documentary genesis, anchoring itself in the principles and teachings of the didactics of history that theorize about historical consciousness and its applications in the real understanding of historical teaching. This acquired knowledge culminates in the historical and archival information literacy of students and teachers. Literacy, when applied to descriptive activities, makes it an instrumental and methodological reference with structured and contextualized research instruments. When students and teachers of history come into contact with descriptive products, they need to draw on their own historical awareness, the teachings passed by their teachers, and their information skills, which makes this activity challenging and thought-provoking. After all, in a research instrument many documents are consulted and, at this point, research becomes a fascinating activity. As a result of this study, a booklet for teachers of basic and higher education will be produced, which will present the archival description and identification as a methodology for meaningful teaching and learning of history.

Keywords: History teaching, Archival Identification, Documentary description, Didactics of history

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
2 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	16
2.1 Ensino de história, didática da História e descrição arquivística como estratégia de aprendizagem..	17
2.2. <i>Preceitos históricos da educação arquivística</i>	40
2.2.1. Delineamento histórico conceitual da diplomática desde sua perspectiva clássica até a contemporaneidade	49
2.2.2 <i>Caráter histórico e instrumental da metodologia de identificação arquivística</i>	70
2.2.3 Descrição documental arquivística: Recuperando, preservando e disponibilizando documentos históricos nos arquivos permanentes.....	77
2.3 História e os espaços arquivísticos: um espaço de ensino/aprendizagem.....	91
3 DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	101
4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	103
5 APLICAÇÃO DO PRODUTO	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa configura-se em um estudo bibliográfico, teórico e reflexivo sobre o uso da descrição documental arquivística enquanto estratégia e metodologia instrumental, servindo de apoio e estímulo aos estudos dos alunos da disciplina de história. O docente de história em sua sala de aula ou em visitas presenciais tem nos arquivos um espaço colaborativo e motivacional para a pesquisa histórica e o ensino do uso das fontes documentais.

A pesquisa discorre sobre as origens e evolução dos preceitos da ciência diplomática em sua perspectiva clássica e contemporânea; e seu aporte para os fundamentos da metodologia de identificação arquivística, que faz uma pesquisa intelectual sobre a gênese documental, ancorando-se nos princípios e ensinamentos da didática da história. A qual teoriza sobre a consciência histórica e suas aplicações no real entendimento do ensino histórico.

Esse conhecimento adquirido resulta no letramento informacional histórico e arquivístico de alunos e professores. As aplicações do letramento nas atividades descritivas tornam-na referência instrumental e metodológica com instrumentos de pesquisa estruturados e contextualizados.

Os alunos e professores de história que entrarem em contato com os produtos descritivos precisam fazer uso de sua própria consciência histórica, dos ensinamentos que foram transmitidos por seus professores, e de suas competências informacionais, tornando esta atividade desafiadora e instigante. Afinal, em um instrumento de pesquisa consulta-se muitos documentos e, neste ponto, a pesquisa torna-se uma atividade fascinante.

Destaca-se a importância de o professor instigar seus alunos a desenvolverem a competência informacional, tendo em vista que, se estes forem providos desta competência, serão indivíduos letrados que sabem ler, entender o que estão lendo, e compreenderão a necessidade de aprender a aprender. Buscar, selecionar, e avaliar as informações que se recebe, é essencial na sociedade atual.

Neste sentido, salienta-se que Marianna Zattar, 2017 entende Competência da Informação como “[...] conjunto de habilidades integradas [...], a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação de novos conhecimentos para atuação de forma ética em comunidades de aprendizagem” (ZATTAR, 2017, p. 87)

Por um lado, faz-se necessário recorrer às atividades de letramento, as quais são atividades nas quais se aplica as habilidades da competência informacional, para que se empregue o uso das informações pertinentes. Enfatiza-se que o termo letramento informacional, ou alfabetização informacional vem do inglês Information Literacy.

Por outro lado, recorrer ao aporte da consciência histórica que cada aluno carrega é fundamental para a pesquisa em fontes documentais, seja nos arquivos ou na sala de aula. Ou seja, aprender a desenvolver a literacia histórica forma o arcabouço do conhecimento histórico.

Como resultado desse estudo, será produzido um manual para docentes da Educação básica e superior que apresentará a descrição e a identificação arquivísticas como metodologia para um ensino e aprendizagem significativos da história.

Nesta introdução, pretende-se pontuar o quão são profícuos e relevantes os estudos que perpassem os universos do ensino de história e os ambientes arquivísticos. Compreende-se que o ensino de história oferece um excelente aporte para a constituição de uma cultura que valoriza a história e os arquivos como espaço de colaboração para as aprendizagens.

Sabe-se que o campo da educação e, pontualmente, o ensino de história são muito enriquecedores para jovens de qualquer idade e, portanto, ventilam as mais diversas possibilidades multidisciplinares. Diante desta afirmação, entende-se que os arquivos são ambientes repletos de história e fonte para a historiografia e, neste sentido, constituem um espaço lúdico que se presta tanto ao ofício profissional do historiador, como também são um recurso e instrumento para o ensino de história. Ou seja, estes podem ser utilizados como motivadores, desafiadores ou só como uma ferramenta auxiliar; de uma forma ou de outra, eles estarão sempre à espera de seres sedentos de informação.

Por um lado, acrescenta-se que, por ser alguém que sempre se interessou por história, porque teve a grata satisfação de ter tido excelentes professores desta disciplina, eu sei a importância do estudo desta para a formação da cidadania, noções de direitos e deveres, respeito ao individual e ao coletivo, conhecimento de política públicas, enquanto cidadãos

integrantes de sociedade contemporânea.

Por outro lado, por ser graduada em arquivologia e pós-graduada em arquivos permanentes, sei que os principais usuários da informação arquivística são os historiadores e professores de história; e que fazer a gestão arquivística de forma correta e ter instrumentos de qualidade minimiza o tempo de busca e recuperação da informação para o pesquisador.

Portanto, foi desta forma que surgiu o gosto por esta pesquisa e a compreensão de que é fundamental unir professores de história, alunos e arquivistas para que cidadãos conscientes de seu espaço social busquem e lutem por uma sociedade mais justa e ciente de que sem a consciência de humanidade, não é possível fazer boas escolhas.

Deste modo, a presente pesquisa consiste em apresentar as possibilidades de ensino e aprendizagem da disciplina de história tendo como possibilidade o ambiente colaborativo dos arquivos e como ferramenta a descrição arquivística, por ser esta função arquivística considerada o elo entre os pesquisadores e os acervos arquivísticos.

Entende-se que o ensino de história é o aporte necessário para que se fundamente uma base para a formação de cidadãos cientes de pertencas históricas, portanto, capazes de definir o seu papel na engrenagem que constitui suas vidas cotidianas, como especifica Oldimar Cardoso “[...] cidadão consciente e participativo, em consonância com as questões do seu tempo” (CARDOSO, 2008, p. 157).

O grande desafio de tornar o ensino de História mais significativo para o educando no processo de ensino aprendizagem faz parte dos anseios dos educadores e pesquisadores que se debruçam sobre essa temática e estão comprometidos com uma educação de qualidade.

Nesse viés, Luis Fernando Cerri (2001) acrescenta que as possibilidades de se construir e exercer a educação histórica leva o sujeito - enquanto aluno ou professor - a ter a percepção de sua própria humanidade e assim estabelecer relações de alteridade com os outros seres humanos; ele passa a conhecer o passado para compreender o futuro.

Deste modo, Cerri (2001) aponta que se convencionou denominar por história o produto de experiências, rastros acumulados e deixados pela ação humana no decorrer do tempo, o que permite nortear o sentido de orientação espaço-temporal, contributo este fundamental para constituição da consciência histórica.

Percebe-se que os espaços arquivísticos, como também museus, bibliotecas, centros

de documentação e outros, cumprem um relevante papel como participantes na construção do saber histórico e fortalecimento da consciência histórica de cada um.

Neste sentido, busca-se aproximar os espaços das salas de aula dos espaços arquivísticos e assim promover a interação destes com as salas de aula, professores e alunos de história para que juntos possam atuar juntos em prol do enriquecimento do ensino histórico. Como aponta Flecha (2010):

La difusión ha sido y es, una de las líneas de actuación principales de no sólo los archivos, sino todos, os centros culturales. Recoger, conservar y difundir, es la razón de ser, la misión, utilizando terminologías muy de moda, de los archivos. Pero esa misión, no puede ser llevada a cabo sin una visión y es ahí donde la difusión juega un papel de suma importancia. No sólo es cómo queremos vernos en un futuro, sino cómo pueden vernos, hasta qué punto los archivos tienen capacidad de penetración en el entramado social. (FLECHA, 2010, p. 122).

Destaca-se também dois fatores que foram preponderantes quanto ao acesso e difusão dos acervos arquivísticos que se constituíram em uma ponte sólida para o fortalecimento da aptidão arquivística em servir a sociedade, como sendo um ponto relevante na história arquivística:

Historicamente, podemos entender o processo de aproximação entre Arquivo e Sociedade a partir de dois marcos que influenciaram diretamente o conceito de Arquivo: a Revolução Francesa (1789) e a Segunda Guerra Mundial (1945). O primeiro propiciou a abertura dos Arquivos para um público preocupado com a construção de uma história nacional e o segundo pautou-se por garantir os direitos individuais e coletivos. Ambos os casos reforçaram a ideia de as instituições arquivísticas voltarem-se para além do servir. (BARBOSA, 2013, p. 13)

Portanto, a partir dessas reflexões e entendimentos acerca dos ambientes educacionais, sala de aula e arquivo no âmbito do ensino-aprendizagem da história, e da percepção da descrição documental arquivística - compreendida como representação da informação - acrescida pelo fato da autora ter formação em arquivologia e especialização em arquivos permanentes, oportunizou-se o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Dessa forma, o tema e delimitação desta pesquisa situam-se entre o ensino de história e os arquivos utilizados como espaços colaborativos ao aprendizado histórico, tendo a descrição documental arquivística como ferramenta instrumental e metodológica no apoio à pesquisa nos espaços arquivísticos.

Quanto à problematização desta pesquisa, o questionamento que levou à pesquisa deste tema reside na seguinte pergunta: Como a descrição documental arquivística pode atuar

como uma ferramenta instrumental e metodológica no processo de ensino-aprendizagem de história?

Em referência às Hipóteses desta pesquisa, estas são três elencadas a seguir:

H1). Os espaços arquivísticos contribuem como um componente motivador do aprendizado histórico obtido em sala de aula.

H2) A descrição arquivística é entendida como uma estratégia relevante para o entendimento e localização das fontes históricas.

H3) H1 e H2 explicitam os ambientes arquivísticos como espaços de aprendizagens históricas.

Neste mesmo viés, expõe-se os objetivos que nortearam esta pesquisa, primeiramente o objetivo geral e, na sequência, os objetivos específicos.

Primeiramente, apresenta-se o objetivo geral que consiste em: Produzir um manual que demonstre as práticas de descrição documental arquivísticas como estratégias metodológicas para o ensino e aprendizagem da História.

Quanto aos objetivos específicos que nos permitiram o alcance do objetivo geral, estes estão configurados da seguinte forma: 1) perceber como a didática da história, a metodologia de Identificação arquivística e a descrição documental arquivística atuam para a expansão do letramento informacional dos usuários da pesquisa histórica 2) relacionar a didática da história, a metodologia de identificação arquivística e o ensino de história com a função arquivística de descrição documental arquivística. 3) analisar como a descrição documental arquivística e seus produtos, enquanto estratégias instrumental e metodológica, contribuem para as pesquisas nas fontes documentais e no ensino de história.

Em relação à justificativa, a presente pesquisa teve como principal mote buscar demonstrar a relevância dos arquivos como espaço para o desenvolvimento de práticas significativas para o ensino de História. Portanto, estes acervos arquivísticos devem ser conservados e descritos de acordo com as práticas arquivísticas, para que os principais investigadores, ou seja, os historiadores possam ter acesso à riqueza de informações contidas nos documentos.

Além disso, é necessário que os professores de história usem os ambientes arquivísticos e principalmente os arquivos que custodiam os documentos de cunho educacional, como espaços de aprendizagem, para que os jovens se habituem a frequentar esses espaços e, assim, a desenvolver suas próprias noções de cidadania e consciência histórica.

Sob a perspectiva de Vásquez (2006), um patrimônio documental é preservado e custodiado devido as suas características de cunho probatório, testemunhal, referencial ou fonte de pesquisa; compreende-se que os fundos documentais de um arquivo universitário serão utilizados pela sociedade local ou por quem necessite de suas informações.

Por um lado, considera-se importante que a comunidade escolar estejam sempre presentes nestes espaços e que as ações educativas se deem por intermédio do professor de história, tendo como mediador os arquivistas que conheçam o acervo.

Por outro lado, acredita-se que, para que estas ações aconteçam de forma satisfatória, é primordial que - além de preservado - o acervo escolhido para consultas nestas visitas esteja descrito de acordo com as normas de descrição arquivística, que no caso do Brasil é a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. Isso se faz necessário, para que as ações educativas, promovidas por alunos e professores, sejam leves e profícuas.

De outro modo, esta pesquisa vem do conhecimento da pesquisadora como arquivista e especialista em arquivos permanentes e do entendimento de que a descrição arquivística pode ser proposta enquanto instrumento de metodologia de ensino e, portanto, serve de ligação entre o arquivista e o historiador.

Dessa forma, nesta seção apresentou-se a contextualização acerca da introdução, objetivos, problemática da pesquisa, formulação das hipóteses, como também a justificativa para a consecução da pesquisa.

Neste contexto, a pesquisa está estruturada em uma discussão teórico-metodológica, para a qual optei por uma revisão histórica a partir de pesquisa bibliográfica sobre a história da arquivologia, o surgimento da diplomática e, portanto, da identificação e descrição arquivística, para na sequência apresentar um debate sobre as aproximações destas com o ensino de História. Por fim, apresentar-se-á o formato do Manual direcionado aos docentes de história da educação básica e superior com apresentação da metodologia da descrição e identificação arquivística para o ensino e aprendizagem significativos da história.

2 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Na presente discussão teórico-metodológica serão apresentados os levantamentos das pesquisas acadêmicas referentes à temática arquivos e ensino de história, a partir dos seguintes temas: descrição documental arquivística, identificação arquivística, didática da história e ensino de história.

O objetivo do levantamento do Estado da arte é, em um primeiro momento, perceber como a temática vem sendo abordada dentro dos Programas de Pós-graduação em História e Educação no Brasil, analisar as qualidades distribuídas por Estados e regiões, categorizar as temáticas e abordagens mais exploradas, compreender as metodologias, tipos de pesquisa, escolhas teóricas e, por fim, apontar as contribuições, especificidades e diferencialidades.

Alguns autores denominam esta etapa como estado do conhecimento, outros, como Antonio Carlos Gil, a denomina como identificação das fontes; para este autor, esta etapa do trabalho é relevante para a sustentação da pesquisa e salienta que: “Para identificar as fontes bibliográficas adequadas ao desenvolvimento da pesquisa, a contribuição do orientador é fundamental”, acrescentando a seguir: “Parte dessa tarefa já foi desenvolvida na revisão bibliográfica preliminar que só difere desta etapa por não ser considerada definitiva” (GIL, 2016, p. 49).

Para os autores Minussi, S. Gindri; Moura, A. Albuquerque; Jardim Mateus L. Gomes e Ravásio, M. Homrich a demarcação do estado da arte do tema escolhido contribui para definição da fundamentação da pesquisa, como também para a clareza e entendimento da pesquisa, para os autores:

O estado da arte faz com que não iniciemos a pesquisa do nível zero. Pesquisas semelhantes ou mesmo complementares com diferentes pontos de vista contribuem para a valorização da pesquisa que está sendo feita permitindo de certa forma o avanço do conhecimento científico (MINUSSI; MOURA; JARDIM; HOMRICH, 2018 p. 1)

Dessa forma, percebe-se que o estado da arte se constitui em um registro que evidencia um expressivo aporte de conhecimento acerca de obras já produzidas sobre temas pesquisados, o que proporciona o desenvolvimento de debates e alicerça novas pesquisas.

Neste sentido, Ferreira (2002, p. 258) relaciona o estado da arte a “a uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se

deseja pesquisar”; compreende-se ser um mapeamento das produções acadêmicas acerca de um determinado estudo do conhecimento. Portanto, a presente pesquisa relaciona o uso dos arquivos como fonte colaborativa ao ensino de história, tendo a função arquivística de descrição documental como uma ferramenta, a identificação arquivística e a didática da história como o letramento da arquivologia e da história.

Neste momento da pesquisa, apresenta-se a contextualização dos pressupostos teóricos e conceituais acerca da educação histórica e educação arquivística, história, estrutura, e ensino de história que orientam este trabalho.

2.1 Ensino de história, didática da História e descrição arquivística como estratégia de aprendizagem

Atualmente, o ensino histórico praticado em sala de aula pelo educador de história compactua-se com a definição dos autores Nilton Pereira e Fernando Sefner:

Nossa concepção é que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. O presente, que é o espaço tempo dos estudantes, de onde eles olham para si mesmos e para o passado, torna-se histórico, na medida em que, passo a passo, o professor de história consegue historicizar as instituições, as políticas, os modelos culturais, os modos de ser e, sobretudo, as identidades. Trata-se de levar as novas gerações a conhecerem suas próprias determinações, a construir relações de pertencimento a um grupo, a uma história coletiva e a lutas coletivas. (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 119)

Observa-se que são muitas as formas atuais de aprendizagem e de ensinamentos históricos e, que, cabe a quem ensina, discernir qual forma será mais instigante aos seus aprendizes, novas estratégias e metodologias, antigos conceitos para explicar novas probabilidades. Essa diversidade na arte de ensinar e aprender história, ainda se constitui em um eterno e misterioso encanto, como conta Bellotto (2014) a respeito da pesquisa histórica.

Aos novos pesquisadores a palavra deve ser sempre a de incentivo, de não esmorecimento diante das dificuldades e dos percalços. A pesquisa histórica, por suas características intrínsecas, não é fácil nem fluída, nem evidente à primeira vista. Mas, talvez, aí resida o seu encanto: o descobrir, o negar, o confirmar, as idas e vindas das hipóteses, o instigante “chamamento” do documento. O elo que se estabelece entre o historiador e o seu tema de trabalho, corporificado nos documentos, gera um sentimento único, que caracteriza todo o fascínio da profissão. (BELLOTTO, 2014, p.476)

A autora parte da prerrogativa de que se deve ensinar pesquisando e pesquisando para aprender, desenvolver o manejo de consultar fontes documentais nos diversos suportes em que se encontram atualmente, e trazer todos esses processos para a sala de aula. Isso faz com que aprendentes e ensinantes se tornem mais participativos e protagonistas no ensino de história.

Deste modo, pensa-se que a pesquisa nos arquivos e o ensino de história em sala de aula fortalecem os vínculos com os lugares de memória e a identidade coletiva e individual do aluno, instigando a busca e formação da consciência histórica, seja uma visita técnica presencial nos arquivos físicos ou levar os arquivos de forma virtual para as salas de aula, principalmente os arquivos escolares. Pois, desta forma, o aluno tem contato também com a cultura escolar, importante fator para motivá-lo e mantê-lo em sala de aula, como especifica Schmidt:

Admite-se, ainda, a noção de cultura escolar como uma das categorias norteadoras para a análise da constituição da História enquanto um conhecimento escolarizado, pois, a cultura escolar pode ser considerada como um conjunto de teorias, ideias, princípios, rituais, hábitos e práticas, formas de fazer e de pensar, mentalidades e comportamentos sedimentados ao longo do tempo sob a forma de tradições, regularidades e regras (SCHMIDT, 2012, p.4)

Acerca da cultura escolar, como mote de pesquisa nos arquivos, observa-se que o processo de ensino/aprendizagem pode ser desafiador e intimidador tanto para os professores como para seus alunos e essa ambiguidade aponta para o pensamento de J. Rüssen (1994), que diz que a cultura escolar faz parte da bagagem que se traz em nossa consciência histórica, e que esta abarca esse conhecimento, pois trata os fenômenos arrolados e a função da memória nos espaços públicos. E a cultura histórica, por sua vez, encabeça os processos da memória histórica pública e refere-se às estratégias de investigação acadêmica tanto quanto da educação escolar e extraescolar.

Entretanto, o professor de história ao se apoderar do desafio de ensinar a pesquisar e se utilizar dos arquivos como estratégia de motivação ao desenvolvimento da cultura histórica, transforma as especificidades do ensino de história em uma construção que dialoga com a multidisciplinaridade, o autoconhecimento e a urgência por novos conhecimentos sob a direção do professor orientador.

Nesta panorâmica, entre o ensino de história e da pesquisa nos arquivos, Adriana Carvalho Koyama (2015, p. 37) relata que no manual para professores publicado no site do arquivo nacional de Chile, em 2009, consta que “seu projeto educativo visa aproximá-lo das escolas, para assim difundir entre as comunidades escolares a função arquivística e o patrimônio custodiado pelo arquivo nacional chileno [...]”.

Segundo a autora, especificamente para os alunos de história o manual chileno faz a seguinte observação:

Os estudantes aprendem história na medida em que são capazes de compreender algumas categorias centrais da disciplina (dimensão temporal, dimensão espacial, continuidade/mudança, multicasualidade). A compreensão desses elementos disciplinares requer, no novo contexto educativo, que os próprios estudantes elaborem o conhecimento, e para isso, o manejo de fontes tornou-se uma habilidade fundamental dessa esfera de aprendizagem (Archivo Nacional del Chile, 2009, p. 3 apud KOYAMA, 2015, p, 38)

Percebe-se que a preocupação com novos contextos de ensino e com o uso dos arquivos como fonte colaborativa, é uma tendência universal; se há pesquisa nos arquivos, esta passa invariavelmente por acervos organizados e descritos, o que firma a descrição documental arquivística como estratégia de ensino. Todavia, esta colaboração dos arquivos e o ensino de história já datam de muito tempo, nos arquivos ingleses.

Segundo Hugh Taylor (1972, p. 322), “as primeiras experiências de educação nos arquivos iniciaram em 1950”, os arquivos franceses, conforme Anick Pegeon (2012 p.89), “[...] oferecem aos professores e seus alunos oficinas e visitas pedagógicas destinadas a proporcionar a descoberta dos arquivos e dos grandes períodos históricos”.

Complementando: “Em 1970 O Manual d’archivistique, do Arquivo Nacional Francês incluiu o serviço educativo-cultural como parte das funções sociais do arquivo”.

Enquanto que Koyama A. C. apud Maria Calzada i Olivella (2007) menciona:

Em 1890, o Ministério de Educação Francês já mencionava o uso de documentos no ensino de história. A partir da década de 1950, o uso de documentos no ensino formal passou a ser indicado nos documentos do Ministério da Educação Francês como parte de uma metodologia “ativa”, em que os estudantes deveriam fazer experiências de pesquisa histórica. (CAZALDA I OLIVELLA (2007), apud KOYAMA, 2015, p. 39).

No Brasil, João Batista Gonçalves Bueno (2003, p. 68) aponta que a “proposta curricular de História, [...] 1986, já descrevia o contato com a documentação textual e

iconográfica como fundamental para que o aluno possa construir o conhecimento histórico” . Considera-se que a utilização de recursos educativos como fontes documentais, bem como de ambientes arquivísticos está no circuito ensina-aprende há muito mais tempo do que os novos aprendizes entendem.

De outro modo, com a expansão tecnológica, as escolas e os arquivos precisaram se adequar às novas formas de pesquisa. Assim, Julia Hendry (2007) aponta que:

Outro contexto para as discussões sobre os usuários de documentos de arquivo do ensino básico tem sido a criação de ferramentas e de coleções digitais. Muitos arquivos reconheceram cedo que os estudantes do ensino fundamental e médio, e seus professores, são um grande público potencial para as coleções de documentos de arquivo. (HENDRY, (2007, 115 apud KOYAMA A.C. 2015, p.56)

Observa-se que essa relação tão íntima entre a história e a arquivologia, bem como entre historiadores, professores de história e arquivistas, caminha para uma completude, pois o ensino de história e a pesquisa são complementares assim como o trabalho do arquivista e o historiador, como coloca Bellotto: “De outro lado os arquivos, que são unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, podem, por natureza, ser ao mesmo tempo testemunhos e agentes de todas as possibilidades acadêmicas”(BELLOTTO, 2014, p. 65).

Em outro viés, explana-se que o ensino de história, como disciplina ensinada lecionada em escolas surgiu no contexto da revolução positivista na França, por volta do século XVIII. No Brasil, surgiu como uma disciplina ensinável no decorrer do século XIX. Todavia, no transcurso do período de 1980, de acordo com as autoras Maria do R. Schmidt e Marlene Cainelli (2010), o ensino de história tanto nas Universidades, como nas escolas passou por um processo transformador:

Na década de 1980, a História ensinada nas escolas e Universidades brasileiras foi objeto de debate e inúmeros estudos, tornando-se um campo de pesquisa de teses, dissertações e publicações de livros e artigos especializados. As reflexões apresentadas nesse período apontam a existência de diversas abordagens e temática para o ensino de história, além de questionamentos acerca dos conteúdos curriculares, das metodologias de ensino, do livro didático e das finalidades de seu ensino. As questões epistemológicas do conhecimento histórico e a problemática da reprodução do conhecimento no ensino de história para a escola fundamental e média também se tornaram objeto de discussão. (SCHMIDT; CAINELLI, 2010, p. 13).

Desta forma, pode-se dizer que essa década se constituiu em um marco para o ensinamento de história, como um ambiente propício e motivador para uma aprendizagem histórica crítica, e o aluno considerado um sujeito colaborativo para a sua aprendizagem.

Neste viés, na década de 1990, pontuaram a crise histórica e viabilizaram novos estudos teóricos e paradigmas a serem ultrapassados, assim, Circe Bittencourt (1992) acrescenta que:

As mudanças curriculares devem atender a uma articulação entre os fundamentos conceituais históricos, provenientes da ciência de referência, e as transformações pelas quais as sociedades têm passado, em especial as que se referem às novas gerações [...] Diversidade cultural, problemas de identidade social e questões sobre as formas de apreensão e domínio das informações impostas pelos jovens formados pela mídia, com novas perspectivas e formas de comunicação, têm provocado mudanças no ato de conhecer e aprender o social (BITTENCOURT, 1992 p. 135)

Percebe-se, desta forma, que essas novas formas de ensinar história determinam que a aprendizagem histórica, quando ensinada através do entendimento, permite que o aprendente compreenda claramente o que lhe é ensinado, possibilitando um aprendizado de qualidade como também uma maior autonomia do próprio aprendiz.

Corroborando com o pensamento descrito acima, o autor Jörn Rüsen (1993) assinala que a história deve ser entendida como um experimento cultural disponível aos aprendentes de forma orientada.

Segundo o autor, esta perspectiva de ensino de história permite a aplicação de uma didática da história em que os pontos e/ou os vácuos destes sejam organizados conforme os preceitos dos objetos históricos. Pois, assim, o ensino de história apresenta um aprendizado histórico que possibilita ao aluno um conhecimento que pode ser utilizado para orientar os enigmas de sua vida prática. Cabe ainda acrescentar que, conforme Rüsen, o conhecimento histórico é determinado exatamente para preencher essa função cultural.

Neste sentido, Schmidt e Cainelli (2009, p. 20) reforçam os escritos de Rüsen, ao afirmarem que “Isso indica muito bem o sentido de ensinar história hoje e como esta nova forma de pensar a aprendizagem da história interfere na forma de escolha dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula”.

Nota-se que, tanto do ponto de vista do professor, quanto do aluno, esta maneira de transmissão de conhecimento da aprendizagem histórica em sala de aula, minimiza a barreira entre professor e alunos, visto que ambos se envolvem com a produção das aulas. E, desta

forma, o ensino é transmitido e recebido com maior compreensão, pois a construção dos conteúdos é compartilhada.

Neste panorama, de desenvolvimento e apreensão de conhecimentos. Concorda-se com a observação de Barca (2009):

A experiência de cada um alarga-se com a compreensão das experiências dos outros. Diante dessa nova perspectiva para o ensino de história, a seleção de conteúdos em história precisa, antes de mais nada, levar em conta a experiência histórica de nossos antepassados organizados no conhecimento historiográfico produzidos pelos historiadores. (BARCA,2009, p. 20)

Pondera-se que, em vez do aluno ser um receptor passivo que somente ouvia e nada questionava, de acordo com os autores citados, este passa a ser um ser questionador e produtor de conhecimento. Também não está mais no ideário do ensino de história atual, a imagem do professor que antes se considerava um receptáculo do saber e sua missão era a de apenas transmitir o conhecimento, atualmente ele é um mediador entre o aluno e o conhecimento histórico.

Outro fator preponderante nos novos caminhos do ensinamento de história é as transformações pelos quais passa a sociedade atual, presentemente as questões de preservação da memória são relevantes, pois cada vez mais se busca questionar e entender como realmente os fatos interferiram nos caminhos e descaminhos da construção da vida em sociedade, seja privada ou pública. A busca pelo contexto e conteúdo dos acontecimentos é vital para que se aprenda tanto com os erros, quanto com os acertos, ou seja, buscar a consciência histórica para melhorar a qualidade de vida, é o que se busca atualmente.

Deste modo, pensa-se que a necessidade da aprendizagem histórica nas salas de aula perpassa sobre o quão acentuado é a procura pelo entendimento acerca da construção política, social, ética, e dos direitos fundamentais da sociedade em que se está inserido.

Deste modo, o valoramento do aprendizado histórico se dá quando aprendentes e ensinantes levam em conta a bagagem que ambos carregam de suas vidas privadas para a escola, são conhecimentos, habilidades, ensinamentos, e crenças que interferem, influenciam e modificam uma *das principais* maneiras pelas quais recebem ou transmitem o conhecimento histórico. Como apontam as autoras Schimdt e Cainelli (2009), no seguinte trecho:

Significados apontados para a aprendizagem histórica é transformar informações em conhecimentos, apropriando-se das ideias históricas de forma cada vez mais complexa, no sentido da construção de uma literacia histórica, ou seja, de seu próprio processo de alfabetização histórica significativa. O conceito de literacia histórica entende que a finalidade do ensino de história é levar à população os conteúdos, os temas, os métodos, os procedimentos e as técnicas que o historiador utiliza para produzir o conhecimento histórico, ressaltando que não se trata de transformar todas as pessoas em historiadores, mas de ensinar a pensar historicamente. Isso pressupõe saber como dialogar com outras pessoas de outras épocas e lugares, procurando conhecer como elas viveram, o que fizeram, quais eram suas lutas e seus problemas, bem como pode ajudar a encontrar respostas para nossas dúvidas, problemas, dificuldades e, também, a realizar os sonhos. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009 p. 66-67)

Deste modo, pensa-se que a literacia histórica ou o letramento histórico é o que torna o aprendizado mais interessante para o aprendente, à medida que o ensinante, em seu papel de mediador da informação, consegue ser o agente que não procura apenas transmitir seu conhecimento, mas que ensina a aprender. Isto é, capacita seus pupilos para que estes possam ir em busca de mais conhecimento, e ser letrados em história.

As autoras Schmidt e Cainelli (2009) apontam as ferramentas necessárias empregadas para adquirir a literacia história:

Saber encontrar e selecionar os fatos que são importantes para explicar o presente; Conseguir os fatos numa perspectiva temporal, mostrando como eles se sucedem, como fatos diferentes acontecem ao mesmo tempo no mesmo lugar e em lugares diferentes; como e porque acontecem ocorrem as mudanças, as permanências, as rupturas; Aprender a ler, questionar e interpretar os documentos que “falam” sobre esses fatos; Construir explicações próprias sobre as relações entre o passado e o presente, a história de outros povos, outras pessoas, e sua história pessoal. Para isso podemos usar a escrita, o desenho e outras linguagens que existam. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.67)

Nota-se, assim, que entre os novos caminhos que o ensino de história tem, se encontram muitos desafios e entre eles está o de ser formador de letrados em história; essa perspectiva é contemporânea e motivadora, pois significa construir cabeças que pensem, raciocinem, pesquisem e selecionem as informações corretas. E, desta forma, tenham capacidade para narrar fatos do passado e os relacionar com o presente, perspectivando o futuro, como salientam Schmidt e Cainelli 2009:

Nesse sentido o professor de história ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem lançando os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada

Pondera-se que o professor deve apresentar as ferramentas de pesquisa e motivar o aluno a compreendê-las e usá-las em seus trabalhos tanto em sala de aula como em outros espaços que esse sujeito compartilha.

De acordo com Rüssen, o aprendizado histórico abarca todo um conhecimento histórico já adquirido no cotidiano, na vida familiar e social agindo como norma nas disposições de cada um, construindo e fundamentando a consciência histórica de cada sujeito.

Neste viés, de acordo com Peter Lee (2006), os conceitos de consciência histórica, preconizados por Rüssen, coadunam com os princípios da literacia histórica, que tem como um dos primeiros requisitos a exigência de que os alunos entendam o que seja:

Como conhecimento histórico é possível, o que requer um conceito de evidência; Que as explicações históricas podem ser contingentes ou condicionais e que a explicação de ações requer a reconstrução de crenças do agente sobre a situação, valores e intenções relevantes; Que as considerações históricas não são cópias do passado, mas, todavia (dois conectores de oposição??), podem ser avaliadas como respostas para questões em termos (ao menos) do âmbito do documento que elas explicam, seus poderes explicativos e sua congruência com outros conhecimentos. (LEE, 2006, p. 68)

Percebe-se que, para ser um letrado histórico, se faz necessário se apropriar de conhecimentos adquiridos que formam a consciência histórica, para que seja possível entender e apreender os novos conhecimentos que se apresentam a cada nova pesquisa, ou trabalho.

Desse jeito, salienta-se que arquivos, centros de documentação, bibliotecas e museus são rotineiramente locais de pesquisa, de busca por maiores explicações sobre determinado assunto ou documento e fontes de conhecimento histórico. Portanto, são ambientes que promovem a educação e o ensino de história, com possibilidades infinitas para potencializar o conhecimento recebido em sala de aula, seja em visitas técnicas a esses lugares presencialmente, ou por meio virtual; ou ainda um profissional responsável por esses centros levando documentos nos casos de arquivos; livros no caso das bibliotecas; e obras no caso dos museus ou qualquer outro artefato condizente com o que o professor está ensinando na sala de aula, como apregoa Bellotto (2014) a cerca desses locais:

[...] tem a corresponsabilidade no processo de recuperação no processo de recuperação da informação, em benefício da informação administrativa, jurídica e testemunho histórico, bem como divulgação científica, tecnológica, cultural e social. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a um material de distintas origens. A diferença se baseia fundamentalmente no fim para os quais os documentos foram criados a moderna recuperação da informação [...] exige pessoal altamente qualificado (BELLOTTO, 2014, p 29)

Enfatiza-se, assim, o valor de aprender a pesquisar, de usar os instrumentos de busca e encontrar o que se procura; neste caso, um dos espaços de pesquisa são os arquivos que, de acordo com Robert- Henri Bautier (1961), são a fonte direta, fundamental e indiscutível a qual o historiador deve procurar sempre que desenvolver seus afazeres de explicação histórica. Neste sentido, segundo Bellotto:

Os arquivos constituem essencialmente fontes de informação. Eles resultam da acumulação e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência. Esses documentos são conservados enquanto seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ ou jurídico/legais, podendo ser eliminados se o seu valor se restringir àquele uso primário (ou relacionado ao motivo de sua produção) ou, sendo documento de valor permanente, vir a constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, comumente conhecidos como históricos. (BELLOTTO, 2104, p. 71)

Destaca-se pontualmente que os arquivos são ambientes de custódia de documentos nos quais se recupera, se preserva e se dá acesso aos documentos ali custodiados; são ambientes de pesquisa, nos quais o historiador busca pelos documentos que se constituem em fontes documentais e essenciais para a sua pesquisa. Cumpre destacar que, por documento, conforme Bellotto, se entende:

[...] as conceituações clássicas e genéricas, o documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo, de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário, enfim, tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que possa ser documento. Entretanto, para fins de levantamento, de armazenamento e de tratamento da informação, há uma divisão consensual que os torna objeto de estudo de ciências diferentes e, conseqüentemente, eles acabam por constituir acervos diferenciados quando reunidos para efeito de pesquisa, testemunho e disseminação. (BELLOTTO, 2014, p.38-39)

Deste modo, o professor em sala de aula também se apropria dos documentos de arquivo para que possa exercer seu papel de educador histórico. Como colocam Schmidt e Cainelli (2009, p.11): “[...] para o ensino da História, o trabalho para entender e desvelar o

discurso histórico impõe uma atividade incessante e sistemática com o documento em sala de aula”.

Cabe destacar que, segundo Nunes Contreras, (1981, p. 31) a etimologia da palavra documento é uma derivação da palavra “documentum”, que tem sua origem no verbo “docere” tendo por significado as palavras “ensinar ou instruir”.

De acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 65, 75), a definição genérica para todo e qualquer documento é “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte”. Enquanto que os documentos digitais são “Documentos codificados em dígitos binários acessível por meio de sistema computacional”.

Por um lado, o uso dos documentos de arquivo para o ensino em sala de aula, e o incentivo para que o aluno pesquise, permitem que este empregue sua competência em informação e entenda os conceitos da literacia história.

Por outro lado, o professor, ao usar documentos de arquivo na sala de aula, ou levar seus alunos para pesquisar nos arquivos, fará com que estes, desde cedo, tenham contato com as fontes documentais, tornando-se mais autônomos na construção do seu saber; e motivará o interesse pela história e pelo ensino.

Trabalhar com fontes documentais, como documentos de arquivo, principalmente no início da vida escolar, permite um maior contato com a história, o que desmistifica tabus e preconceitos que sempre rondam o ensino, em especial o de história. Pensa-se que, ao tocar, manusear e folhear documentos ou apenas olhá-los, isso contribui para que o aluno tenha uma visão respeitosa acerca dos manuscritos, fotografias e outros documentos de arquivo que este tenha contato, enriquecendo e colaborando para a expansão e formação de sua consciência histórica.

Desta forma, o professor do ensino de história, que trabalha e incentiva o uso de documentos de arquivo, oferece um contributo para a ampliação e divulgação dos bens culturais, na forma de documentos de arquivos.

Outro ponto relevante para o uso de documentos de arquivo em sala de aula ou visitas técnicas em arquivos, além de manter os alunos motivados, é o desafio que o professor do ensino de história impõe a si mesmo. Pois, é preciso estratégias e novos encaminhamentos, no trato com seus superiores na escola e familiares dos seus alunos, para que as atividades sejam

satisfatórias e realmente educativas. Para tanto, o professor deve lançar mão de suas experiências pedagógicas, como também de sua consciência histórica, se aproximar do aluno e/ou se afastar para que este seja capaz de ter suas próprias experiências e formar suas memórias, nestas atividades.

Cabe salientar que, para o ensino de história, a palavra documento apresenta pelo menos duas interpretações, como explicam as autoras Schmidt e Cainelli:

Na primeira, ele pode ser identificado como material usado para fins didáticos, como livro didático, mapa histórico e filme com objetivos educacionais. A característica principal desse conjunto de materiais é sua finalidade didática ser preestabelecida desde sua produção. Nessa condição, eles podem ser designados como suporte informativo. Na segunda interpretação, documento quer dizer fonte, isto é, fragmentos ou indícios de situações já vividas, passíveis de serem explorados pelo historiador. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 112)

Contudo, é pontual destacar que a maneira e a finalidade para a qual um documento foi criado é que determina sua destinação, como também seu uso para a pesquisa, ou seu emprego como instrumento de estudos em salas de aula, por exemplo.

De outra forma, as instituições arquivísticas estão preparadas para o atendimento virtual sendo assim reforça-se que o documento digital segundo a Câmara Técnica de Documentos Eletrônico – CTDE (2020, p.25) é a “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema operacional” e a cadeia de custódia que tem por finalidade manter a integridade e fidedignidade dos documentos digitais é entendida como “linha contínua de custodiadores de documentos arquivísticos (desde seu produtor até seu legítimo sucessor” (CTDE, 2020, p.14) (ARQUIVO NACIONAL – CONARQ, 2020)

Quanto ao uso dos documentos de arquivo nas salas de aulas pelos professores da história, acrescenta-se que são inúmeras e diferentes as contribuições destes para a aprendizagem dos alunos, quanto mais para a atualização e reciclagem do professor em suas experiências profissionais.

O professor, ao seguir explorando novos caminhos, descobertas e possibilidades, torna-se mais motivado a envolver-se, e levar junto seus pupilos em um processo de desenvolvimento profissional e humano, criando novos processos na criação de conhecimentos e memórias.

Cada documento analisado, estudado e dissecado, descortina novas indagações e leva professores e alunos a outras descobertas e exigências, originando outros tipos de conhecimento.

Neste contexto, a tarefa de investigação nos documentos de arquivos, nestas atividades propostas em aula, torna-se lúdica e instigante, o que um documento sempre leva a outra investigação, essa é uma busca, incansável e insaciável por saber o que a história fala, como a história se reproduz, e o que ela produz.

Considera-se que esta produção seja o conhecimento, e mais urgência em saber como ler, aprender e escrever a história, que não é um saber fechado, pelo contrário é um conhecimento aberto, através do qual se vai acrescentando mais e mais dados; é este o fascínio dos documentos históricos.

Sublinha-se que estas atividades com os documentos de arquivo, tendo os professores como guia, são atividades intelectuais que levam os alunos a apreender e ter a noção de tempo, a pensar sobre o passado e como este se relaciona com o presente e perspectiva o futuro.

Apona-se que a riqueza contida em um documento de arquivo, quando esta é reconhecida nestas atividades de aprendizagem em salas de aulas ou em visitas técnicas, leva o aluno a sua constituição histórica; é o momento em que o ensinante olha para o aprendente e sente que cumpriu seu papel como preceptor.

De outro modo, segundo Schmidit e Cainelli, salienta-se que a utilização dos documentos pelos professores de história sucedeu-se a partir do século XIX, quando estes eram reconhecidos como um fator de embasamento dos fatos históricos.

Em face desse acontecido, os historiadores tomaram para si apenas a tarefa de retirar dos documentos os dados ali contidos e assim serviam-se desta atitude para assegurar como verdadeira a realidade apresentada nos livros didáticos.

Constata-se assim que estes eram agentes transmissores dos escritos documentados, e aos alunos cabia o papel de decorar o conteúdo recebido.

Salienta-se que o historiador não debatia as informações, e nem possuía os recursos de competência informacional para tanto. Em sala de aula, não se questionava o professor e nem

se exercia o poder crítico, tal como acontece atualmente; este era o ensino tradicional da época positivista.

Neste panorama, Schmidit e Cainelli (2009, p. 113) apontam que: “[...] o documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitida ao aluno”.

Deste modo, enfatiza-se que nestes tempos, absolutamente nada era facultado aos alunos, em termos de questionamentos, e críticas e nem ao professor era autorizado discutir alguma ideia contrária ao que ali estava colocado.

Novos caminhos para a pedagogia alcançaram o ensino de história e o uso do documento histórico como ferramenta de estudo também passou por transformações; aos professores coube o papel de orientador, usando os documentos históricos em sala de aula como um elemento de despertar o aluno para o ensino de história, retirando dele a atitude apática de apenas decorar e repetir o que lhe era ensinado.

Entende-se, assim, que, nesta nova fase do ensino histórico, os professores do ensino da história passaram a utilizar os documentos históricos, como fontes documentais essenciais ao conhecimento histórico.

Fato esse que incitou os alunos a deitarem um novo olhar sobre estes, rememorando recordações, que estavam negligenciadas em um lugar esquecido de suas mentes, como também, ao receberem novos conhecimentos, criaram novas memórias.

As autoras Schmidit e Cainelli (2009) fazem a seguinte contribuição, corroborando com o descrito acima:

Esperava-se, também, que, por meio da utilização do documento em sala de aula, o aluno pudesse ter contato pessoal e próximo com as realidades passadas. O documento passou a ser instrumento didático para o professor porque ajudaria a tirar o aluno de sua passividade e reduziria a distância de sua experiência e seu mundo de outros mundos e outras experiências descritas no discurso didático. Estimulou-se o uso de mapas históricos, gravuras, filmes, que permitiriam refazer as imagens do passado. Dessa forma, esperava-se que as aulas se tornassem mais atraentes, e o aluno, mais participante. [...] Apesar de mudar o tratamento didático, isto é, o lugar do documento na relação ensino-aprendizagem, este permaneceu com o significado tradicional, qual seja, continuou sendo prova irrefutável do real. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 115).

Desta maneira, depreende-se que os professores da história, nesta época, ainda possuíam indagações e questionamentos acerca do exercício de raciocínio crítico, pois o

documento histórico, este artefato indispensável ao ensino de história, ainda necessitava de novas ressignações. Em vista disso, fez-se necessário outras mudanças na pedagogia histórica, ocorrendo, assim, a renovação historiográfica no século XX.

Conforme Schmidt e Cainelli (2009), sobre a renovação historiográfica vivida pelo ensino de história no século XX, explica-se ter sido este um movimento que levou o ensino de história em sala de aula a um novo caminho em direção à ressignificação do uso dos documentos em sala de aula pelo professor e seus aprendentes.

Ou seja, houve uma transformação, um novo olhar na compreensão e apropriação dos documentos usados em atividades nas salas de aula; surgindo, assim, uma renovação das práticas de estudo documentais que partiu dos pressupostos de diferentes fontes documentais, não apenas o documento escrito, mas também primar por diferentes fontes documentais, em diferentes suportes.

Outro ponto da renovação historiográfica, no século XX, foi a contestação do uso do documento como uma obra inerte, mas sim como algo vivo, produto humano, de muitas camadas e articulações, sujeito às intempéries, manipulação e intenção. E, portanto, carregado de memórias do meio que o concebeu. Como acrescenta Febvre (1974), apud Schmidt e Cainelli (2009, p. 115), “Toda história é escolha [...] aqui destruiu e lá preservou [...] o historiador cria seus materiais, ou recria-os [...] porque descrever o que se vê é mais fácil, mas ver o que se deve descrever, isso sim é difícil.

Como acréscimo, enfatiza-se que um documento não é só um vestígio do passado, é uma constatação, uma obra de testemunho, retratando a sociedade que o criou, com suas facetas políticas e sociais. Como explana Carlos Ginzburg, (1987, p. 15) “[...] quem construiu Tebas de sete portas? – Perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso”.

Por um lado, a utilização dos conhecimentos diplomáticos preconizados por Dom Mabillon, no século XVII, permite uma correta crítica das partições documentais, reconhecimento de origem e datação documental, reconhecendo e dando fé de que o documento é verdadeiro.

Por outro lado, acentua-se que um documento de arquivo autêntico e fidedigno carrega muitas nuances e possibilidades de intenções, sobre a realidade do fato histórico ali

documentado, intenções, estas, que perpassam pelo olhar investigativo e observador do historiador; toda a fonte documental se desnuda ao profissional que a está analisando.

De tal modo, reforça em uma de suas obras Ginzburg (1987, p. 15) “Cada vez mais interessam-se pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado”.

Desta maneira, percebe-se que a renovação historiográfica salientou que o uso dos documentos de arquivo e das fontes documentais em salas de aula como material de ensino são imprescindíveis. Porém, de acordo com Le Goff (1999), é necessário que o historiador se lance em uma jornada de pesquisa intensa na busca por entender e encontrar o que ficou para trás, e o que realmente foi pretendido mostrar ou ocultar, preencher os vazios.

Conforme Schmidt e Cainelli (2009), atualmente, os documentos de arquivo estão completamente inseridos nos processos educativos em história, visto que são o fio que conduz os aprendentes a interagir com as sociedades passadas, e as relacionarem com as sociedades presentes. Originando, assim, possibilidades de infinitas ações no futuro, bem como propiciando que futuras decisões sejam fundamentas com base em um pensamento crítico e racional, que busca aporte em sua própria consciência histórica.

De acordo com Jörn Rüsen (2016, p.60), pode ser considerada “a inter-relação entre a interpretação do passado, a compreensão do presente e a perspectiva do futuro”, percebe-se assim o porquê de se utilizar das fontes documentais em salas de aula, dentro desta nova ressignificação dos documentos no ensino aprendizagem de história.

Segundo Schmidt e Cainelli, 2009, outro ponto pertinente nesta nova concepção do ensino de história e o uso do documento histórico é que a relação de docentes e discentes em salas de aula, que antes contemplava uma visão de cima para baixo, uma relação autoritária, neste novo momento do ensino passa a ser de professor orientador e aluno aprendiz, aquele orienta este a exercer seu pensamento histórico e se apropriar desse conhecimento.

Porém, esta nova concepção de ensino carrega uma demanda de trabalho maior para o professor, como constatam Schmidt e Cainelli (2009);

O trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele próprio amplie sua concepção e o uso do próprio documento. Assim, ele não poderá mais se restringir ao documento escrito, mas induzir o aluno na compreensão de documentos iconográficos, fontes orais, testemunho da história local, além das linguagens contemporâneas, como cinema, fotografia e informática. Mas não basta o

professor ampliar o uso dos documentos; também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de eu ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, de seu discurso. A concepção renovadora de documento e de seu uso em sala de aula parte do pressuposto de que o trabalho com documentos históricos pode ser ponto de partida para a prática do ensino de história. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009 p. 117)

Percebe-se que o labor dos professores da história e sua função de historiador caminham juntos, tendo se configurado atualmente em um árduo ofício, porém prazeroso.

Porque, o professor sabe que, em sala de aula, formará jovens com pensamento histórico e crítico fundamentado, com cultura histórica à qual eles poderão recorrer sempre que precisarem

Com efeito, quanto aos questionamentos acerca da acepção de documentos de arquivo e das mais diversas fontes documentais já citadas, pode-se inferir que seu uso apresenta aos alunos uma proposta de ensino baseado na pesquisa, e que esta pode ser empregada em diversas atividades no ambiente escolar, nas salas de aula, em laboratórios, ou em visitas técnicas nos espaços nos quais estão custodiados.

Pensa-se que, desta forma, o processo de ensino-aprendizagem se torna uma aventura lúdica em busca de um contato mais fraterno e intenso com os documentos históricos, pois os contatos com estes corroboram o conhecimento histórico recebido.

O ensino histórico e a pesquisa nos documentos históricos devem ser coadunados com atividades que incentivam o aprendente a questionar e ampliar seus conhecimentos. E o ensinante deve ser a figura que motiva essa busca e orienta para que todos consigam realizar uma leitura satisfatória dos documentos e entender o que foi solicitado.

Neste viés, a reflexão acerca da metodologia do ensinamento da história, através da pesquisa em documentos históricos, deve ser uma atividade constante durante o ano escolar, a fim de oportunar aos alunos a experiência de uma intimidade mais intensa com os documentos históricos, tornando-os capazes de aprender a analisar fontes documentais de forma racional e crítica. Pois, desta forma, eles estarão adaptados e preparados para esta nova forma de estudar e aprender, aplicando esta metodologia em outras disciplinas.

É possível afirmar que esta forma de metodologia contribui para a formação de um indivíduo mais humano e consciente de seu papel na sociedade, eficiente em averiguar

qualquer informação recebida, isto é, forma seres humanos letrados com competência em informação.

O aluno, antes de se aventurar nas pesquisas, precisa ser incentivado a aprender a identificar e ler um documento histórico, a se questionar sobre a originalidade e veracidade das informações que está descobrindo, a mapear pontos que precisem ser complementados ou melhor entendido, portanto, ao professor cabe esta tarefa de orientação e mediação.

Para tanto, é essencial que o aluno seja orientado para o despertar de sua consciência histórica, pois, assim, aproveitará de maneira mais proveitosa os novos conhecimentos e fazendo conexões com os já recebidos.

Neste contexto, frisa-se que a pesquisa nos documentos históricos tem, na consciência histórica de cada aluno, um local de referência de aprendizado histórico. Por isso, a formação da cultura histórica e o consequente avivamento da consciência devem ser um ponto de cuidado e atenção por parte dos professores de ensino histórico.

Neste viés, encontra-se a didática da história e o pensamento Rüsseniano de Jörn Rösen que apresenta uma visão prática da didática da história “a didática da história é uma disciplina por si só, com elementos próprios de pesquisa, de vida prática”. O autor (2016), seguindo sua trajetória escrita, provoca o leitor com a seguinte pergunta: “O que é didática da história? Respondendo: A ciência da aprendizagem histórica” (RÜSEN, 2016, p.15- 16).

Neste contexto, observa-se que a didática da história tem conexões com a vida prática dos indivíduos, as funções dos conhecimentos adquiridos e a experimentação prática destes saberes. A formação da identidade de um indivíduo perpassa pelo conhecimento histórico que ele adquire em sua vida cotidiana, é a sua experiência que o constitui enquanto sujeito e cidadão; isso influencia suas escolhas em sua vida pessoal, social e política.

Sobre a formação do pensamento histórico, Rüssen afirma que este está fundamentado nos seguintes princípios:

Princípios do Sentido Histórico: É muito abstrato, mas necessário para colocar em ordem esta teoria [...]. Necessidade de Orientação: É procedente da vida prática [...]. Discurso de Simbolização: A história não inventa a história [...]. Estratégias Cognitivas: Regras de tratamento das fontes [...]. Estratégias Estéticas: São relacionadas com as formas de representação [...]. Estratégias Retóricas: Função da Orientação. Discurso da memória política. (RÜSEN, 2016, p. 16).

Nota-se que o conhecimento histórico é a base da aprendizagem histórica, isso não é algo distanciado, isolado, mas sim um aprendizado para além dos ambientes escolares, que deve ser partilhado na vida cotidiana e social, isto é, tem uma função social na vida prática dos indivíduos.

Neste sentido, sobre a aprendizagem histórica, Jörn Rüsen (2016, p. 17) diz que: “[...] é uma necessidade básica, uma compreensão intergeracional da vida. Os mais velhos devem ensinar os mais novos a compreender e viver neste mundo”.

Percebe-se, assim, que a aprendizagem histórica está presente na vida dos indivíduos desde seu nascimento, isto é, se vai aprendendo sempre com quem tem mais experiências e conhecimento.

Deste modo, se compreende que cada sujeito forma a sua própria bagagem, que é formada também por restos de seus ancestrais, de aprendizados e experiências adquiridos ou herdados e essa bagagem é recheada de contribuições, porém amoldada de acordo com as suas próprias vivências e julgamentos.

A aprendizagem histórica fornece subsídios para a construção do próprio arcabouço histórico, e as infinitas possibilidades de orientações constituem os conhecimentos, que podem também vir da própria busca; como, por exemplo, a pesquisa nos documentos históricos, que possibilita adquirir novos conhecimentos e faz com que as pessoas se sintam “Senhores de nossa própria história”, como ensina J.Rüsen.

Por um lado, neste panorama, enfatiza-se que a principal ferramenta de investigação em fontes documentais, da pesquisa histórica nos arquivos - tanto nos arquivos físicos como nos instalados em ambientes digitais - é a descrição arquivística e o seus produtos, os instrumentos descritivos de pesquisa.

Por outro lado, a realização de pesquisa em ambientes informacionais exige que se trabalhe a competência informacional que, segundo Kelly C.D. Gasque (2013), pode ser entendida como:

Competência informacional refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos. Letramento informacional: processo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de competências para buscar e usar a informação na resolução de problemas ou tomada

de decisões. O letramento é um processo investigativo, que propicia o aprendizado ativo, independente e contextualizado; o pensamento reflexivo e o aprender a aprender ao longo da vida. Pessoas letradas têm capacidade de tomar melhores decisões por saberem selecionar e avaliar as informações e transformá-las em conhecimento aplicável. Alfabetização informacional refere-se à primeira etapa do letramento informacional, isto é, abrange os contatos iniciais com as ferramentas, produtos e serviços informacionais [...]. Habilidade informacional é a realização de cada ação específica e necessária para alcançar determinada competência (GASQUE, 2013, p. 1,2)

Deste modo, de acordo com a Autora, (2013) percebe-se que os conceitos mantêm uma estreita relação entre si; a competência informacional faz parte da consciência histórica, e da existência individual, contudo, se desenvolvem e se aperfeiçoam.

Enquanto que o letramento é o que se vai aprendendo, segundo Gasque (2013) é o procedimento necessário que se desenvolve para alcançar o processo de aprendizagem; já a alfabetização são as práticas iniciais, os primeiros ensinamentos que já devem ser desenvolvidos na infância.

Entretanto, as habilidades informacionais perpassam pelas competências, é o conhecimento aplicável, o qual se refere Gasque (2013) à capacidade humana de usar os conhecimentos para agir; é o que se permite buscar, selecionar e avaliar as informações que se precisa.

A autora arremata seus ensinamentos e conhecimentos dividindo com seus leitores o seguinte acréscimo:

Os indivíduos letrados dominam estratégias de buscas e de uso da informação mais eficazes e mais eficientes, bem como possuem postura mais crítica e reflexiva sobre as atividades de LI. Tais competências podem gerar sentimentos de segurança, otimismo, confiança e contribuir para promoção de atitudes autônomas e proativas. (GASQUE, 2013, p.8)

Logo, entende-se que um dos benefícios de se ter competência informacional é desenvolver de forma segura e correta as atividades.

Os profissionais arquivistas devem desenvolver habilidades informacionais, pois a competência informacional faz parte das atividades de disseminação da informação nos arquivos contemporâneos. (KOYAMA, 2015).

Ao organizar um acervo, emprega-se a metodologia de identificação arquivística, aplica-se políticas de preservação digital, dentro de um repositório digital arquivístico – RDA, dentro de uma cadeia de custódia segura. Como estratégia de difusão do acervo, prima-se pela

descrição documental sob os parâmetros da identificação arquivística que gera um instrumento de pesquisa preciso. Deste modo, o arquivista contemporâneo - para fazer uso de suas habilidades informacionais e usar a descrição documental como estratégia de ensino - tem de ter letramento, habilidade e competência informacional para realizar seu fazer arquivístico, como também para dar suporte aos usuários para que estes desenvolvam suas próprias competências; esta é uma tarefa que o arquivista social precisa realizar, (GILLILAND-SWETLAND,1999). A seguir, do ponto de vista dos usuários do arquivo, a autora aponta o que seria o letramento arquivístico:

Letramento arquivístico diz respeito à consciência dos usuários de seu patrimônio documental e do papel que os documentos de arquivo têm no estabelecimento e na proteção de seus direitos, e no registro e comunicação deste patrimônio. Letramento arquivístico também se relaciona às competências dos usuários em fazer uso das habilidades de pesquisa em busca da prova e de informação. Essas habilidades incluem a capacidade de considerar os documentos em seu contexto arquivístico e de construir significados a partir da leitura de materiais não sintetizados ou não redigidos, de levar em conta as circunstâncias da criação do documento (isto é, perguntar quem, o que, quando, porque, onde e como), analisar a forma e a natureza do documento, determinar se é um original, e em que versão e, compreender sua cadeia de custódia. (GILLILAND-SWETLAND, 1999, p. 93, apud KOYAMA, 2015, 56)

Observa-se que o professor em sala de aula, ou em visitas ao arquivo, permite que seus aprendentes aprendam a desenvolver suas habilidades informacionais, tendo a descrição arquivística como estratégia de ensino. Ele oferece ao aluno a oportunidade de este crescer e se desenvolver, mesmo sem saber usar os preceitos da didática da história.

Neste viés, entende-se que história é a ciência dos homens no tempo. Já o conhecimento histórico é uma das possibilidades de relacionamento dos homens com suas representações sobre si e seus conhecimentos. Acerca do ensino, pode-se assinalar que são múltiplas probabilidades, tantas, quantas são as concepções e o uso social de história possível. Quanto à consciência histórica, esta é uma das operações mentais com a qual os homens interpretam a sua experiência de evolução temporal de seu mundo e de si mesmo. (MATOS, 2014) (CERRI, 2001) (AGUIAR, 2015).

Sob esta ótica, entende-se que a educação histórica, como corpo consolidado do saber científico, tem como um de seus motes fazer construir cidadãos cientes de seus direitos e deveres.

Neste viés, Luís Fernando Cerri (2005) corrobora ao acrescentar que as possibilidades de se construir e exercer a educação histórica leva o sujeito - enquanto aluno ou professor - a ter a percepção de sua própria humanidade e assim estabelecer relações de alteridade com outros seres, conhecer o passado para conhecer o futuro.

Nesta perspectiva, pondera-se que o ensino de história, em seu caminhar pelo século XX, encontra na didática da história o aporte teórico necessário para que aprendentes e ensinantes reflitam sobre o sentido de compreender e entender a relação existente entre fatos históricos passados. De acordo com Cerri (2005), a didática da história pode ser compreendida como uma teoria geral do aprendizado histórico, ou como o próprio autor Cerri (2005, p. 3) assinala: “[...] possibilidade de pensar a Didática da História como campo legítimo também da Teoria da História” nessa abordagem, oxigenando-a (como disciplina interna da Teoria da História, voltada para o estudo da produção, divulgação, assimilação e usos sociais do conhecimento histórico. O autor aponta que:

Em suma, o recente desenvolvimento da Didática da História, de acordo com Rüsen, pode ser descrito como um movimento de recuperação do âmbito da autoconsciência da História, ou seja, passa de uma aplicação externa do conhecimento histórico produzido profissionalmente a uma disciplina acadêmica capaz de voltar-se também para o ofício de historiador e contribuir para ampliar a compreensão histórica. Isso ocorre em função da preocupação que a Didática da História faz retomar, no âmbito da ciência histórica, com o desafio da legitimação do papel da História na vida cultural e na educação, ou, enfim, com os usos e abusos da História na vida social. O escopo da Didática da História, portanto, passa a incluir o estudo do papel da História na opinião pública, as possibilidades e limites das apresentações históricas visuais e museus e outros campos que possam ser trabalhados por historiadores e educadores de visão não restrita. (CERRI, 2005, p. 2-3).

Percebe-se assim que a didática da história se volta para o indivíduo enquanto ser presente e pensante na sociedade, para torná-lo consciente de si mesmo, um ser independente e autônomo. O que o leva a se envolver com a sociedade como um ser atuante que experiencia, analisa, interpreta, motiva, e, portanto, é relevante tanto para o campo teórico como para o campo cultural.

Neste sentido, Cerri (2005) enuncia que, segundo o pensamento do teórico alemão Jörn Rüsen, a didática da história aponta caminhos de teorias e metodologias que formam subsídios e levam as pessoas a construção de seu aprendizado histórico, como também noções de temporalidade e constituições de identidades e culturas sociais. Manifesta-se na vida cotidiana a consciência histórica que já se possui, transformando algumas e agregando outras. Deste modo, segundo Cerri (2005), para entender a didática da história, começa-se com o

ensino praticado em sala de aula, expandindo-se os conhecimentos em sua abordagem mais ampla para a análise da concepção histórica em toda a sua constituição.

Assim, a didática da história aproxima as pessoas da consciência de humanidade, eu me reconheço enquanto sujeito da minha própria história, tenho clareza quanto à temporalidade de minha existência e expando esse conhecimento para o reconhecimento do outro como sujeito também. Considera-se relevante ressaltar que, segundo Rüsen, o objetivo da pesquisa da didática da história pode ser compreendido como:

Seu objetivo é investigar o aprendizado histórico. O aprendizado histórico é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica. É o processo fundamental da socialização e individualização humana e forma o núcleo de todas as operações. A questão básica é como o passado é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro. Aprendizado é a estrutura em que diferentes campos de interesse didático estão unidos em uma estrutura coerente. Ele determina a significância do assunto da história da didática bem como suas abordagens teóricas e metodológicas específicas. Teoricamente a didática da história tem de conceituar a consciência histórica como uma estrutura e processo de aprendizado. (RÜSEN, 2006, p. 271).

Deste modo, nesta citação ficam explícitos os conceitos e objetivos da didática da história, explicados pelo próprio Rüsen (2006); percebe-se que o processo de construção e organização de todo esse conhecimento passou por quebras de paradigmas, reconfiguração e alinhamentos de conceitos e teorias pré-existentes, e de novos estigmas.

Portanto, conforme o autor deixa bem claro, a didática da história tem como missão tornar as pessoas mais conscientes de sua humanidade.

Deste modo, de acordo com Cerri (2010), a didática da história, ao chegar na sua proposição atual de ser entendida como uma ciência do aprendizado histórico, pode ser compreendida como um instrumento no sentido de aclaração da autoconsciência humana e histórica.

O autor diz que a didática da história não é um método e sim um interagir com o aluno. Acerca da consciência histórica, Cerri (2001) identifica que:

[...] a consciência histórica é inerente ao estar humano no mundo (desde a percepção da historicidade de si mesmo, que se enraíza na ideia de que alguém estava aqui e não está mais, e, que eu estou aqui mais um dia) e é composta de diversos estágios, que vão desde o momento em que um dado grupo cria normas de convivência, substituindo com elas os instintos – em que o sistema mítico do grupo

legitima-o e significa, para ele, a origem do universo, e em que o grupo é identificado à humanidade - até o momento em que num dado grupo, após se ter tomado consciência de que a humanidade transcende-o, concebe-se o mundo como histórico [...] relativizando a própria cultura a partir de outra, no tempo e no espaço, até a consciência de que a história não marcha indelevelmente para o progresso, que a racionalidade e a ciência não dão conta da evolução humana e de que o futuro é missão de cada um e de todos. Nesse percurso, teríamos chegado à configuração contemporânea da consciência histórica. (CERRI, 2001, p. 99).

Diante do enunciando na citação, percebe-se a universalidade da consciência histórica e entende-se que é algo inerente à humanidade e que constrói nossas identidades e constitui nossas particularidades e peculiaridades.

De outro modo, percebe-se a correlação entre todos estes campos do saber: as considerações acerca do ensino de história, a discussão teórica da didática da história, perpassando pelos conceitos básicos da competência informacional, pelos princípios da metodologia de identificação arquivística e pelos elementos normalizadores da descrição documental arquivística.

Ambos são conhecimentos norteadores de novos conhecimentos, metodologias inovadoras que agregam vantagens que contribuem para o enriquecimento da ciência, e revitalizam conceitos que já existiam com novas propostas de saberes e fazeres.

O uso dos espaços arquivísticos, físico ou virtual, como coadjuvante ao ensino de história, propicia a ensinantes e aprendentes novas formas de aprender a aprender.

Neste contexto, a descrição documental e os instrumentos de pesquisa têm um papel balizador, principalmente nestes novos tempos, onde a informação está ao alcance de todos, porém nem sempre interpretada corretamente.

No tocante aos ambientes educacionais e preponderantemente no ensino de história, ela presta-se a um papel de indicador de letramento tanto aos professores/pesquisadores, como aos alunos/pesquisadores, pois é uma ferramenta facilitadora no processo de realização das pesquisas nos arquivos históricos.

É uma ferramenta instrumental porque tem uma aplicação prática e metodológica porque tem um corpo de regras estabelecidas que permitem realizar de forma prática e segura as pesquisas nos acervos descritos.

Configura-se também em uma estratégia de ensino, pois serve como método para atingir os objetivos pertinentes ao ensino de história através das pesquisas nos arquivos históricos, expandindo o letramento histórico e a consciência histórica tanto dos discentes como dos docentes, implicando no aprofundamento do conhecimento histórico de todos.

Não será simplesmente entrar no arquivo e buscar sua fonte documental, será um pensar, um olhar mais detalhado para o todo.

Como metodologia de ensino, a descrição documental arquivística, normalizada de acordo com as normas descritivas, fundamentada pela crítica diplomática e executada através dos parâmetros científicos da identificação arquivística, aprimora a pesquisa, pois seus procedimentos metodológicos despertam novos desafios aos pesquisadores.

Não será mais entrar no arquivo e buscar sua fonte, será necessário um olhar mais atento ao todo, para as informações precisas e concisas, mas que permitem conhecer novos detalhes para buscar outras fontes semelhantes que despertaram a curiosidade pela forma com que foram descritas.

Como uma metodologia de ensino que leva o pesquisador a recorrer à sua consciência histórica, ao buscar na memória outros ensinamentos, e querer aprimorar suas habilidades informacionais, a descrição documental arquivística se consolida como uma estratégia de ensino de história auxiliar aos profissionais da educação histórica.

Justamente por essa compreensão de que a experiência histórica é um pilar fundamental para a aprendizagem significativa da história, que neste trabalho se propôs como produto uma cartilha que apresente aos educadores a descrição e a identificação arquivísticas como possibilidade metodológica para o ensino da história em sala de aula ou mesmo em espaços arquivísticos. Serão apresentados o formato e a estrutura do produto nos próximos títulos.

2.2. Preceitos históricos da educação arquivística

Sobre a origem dos arquivos, Nesmith (2002) *apud* Oliveira (2012) fazem a seguinte colocação:

A origem dos arquivos é muito mais complexa, como muitos arquivistas começaram a entender. Incluí o contexto social e intelectual que dá forma as ações das pessoas e das instituições que fazem e mantêm os arquivos, as funções que os arquivos

exercem a capacidade de tecnologia da informação para capturar e preservar a informação em determinado período, e a história custodial dos arquivos (que pode resultar em várias ordenações. Seleções e mesmo revisões). (NESMITH, 2002, p.35 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 55).

Sob este prisma, nota-se a interação dos arquivos com o conhecimento histórico, pois o objetivo pelo qual estes existem está diretamente ligado às evidências e ao testemunho da existência de alguém ou algo, de uma instituição privada ou pública. Segundo SCHWARTS J., e COOK, T (2002, p. 13) “os arquivos têm o poder de privilegiar ou marginalizar”, visto que no ato de escolher o que descartar ou preservar, e após descrever para dar acesso, reside o poder do arquivista.

Neste sentido, as primeiras instituições arquivísticas eram de acordo com MacNeil (2016), entendidas como: “sustentáculos dos direitos do cidadão e do Estado e como laboratórios da história”, (MACNEIL, T. 2016, p. 8). Logo, percebe-se que estas instituições tinham a razão de sua existência relacionada ao poder público; e a política subordinada ao Estado, com funções de resguardar e preservar registros autênticos do poder de soberanos.

Acerca do arquivista, ou seja, o profissional que trabalhava nos arquivos históricos no século XIX: “profissionais com sólida formação em história, idiomas antigos, paleografia e diplomática”. “[...] deve conhecer o francês antigo e o latim medieval. [...] decifrar toda forma de escrita manual desde os períodos mais remotos [...] completamente familiarizado com a Lei [...]”. (EASTWOOD, T., 2016, p. 20). Portanto, um profissional da história com capacidades de ler e compreender documentos antigos e que dominasse a arte de ser arquivista naqueles tempos.

Já quanto ao desenvolvimento da arquivística, segundo Natalia Bolfarini Tognoli (2010, p. 13) a diplomática se expandiu historicamente no decorrer do século XVII, inicialmente apenas para os religiosos e historiadores, em manuais de diplomática mais como uma celebração ou “uma extensão de suas ideias”.

Acrescenta-se que a obra mais exponencial desta época é a do Frei beneditino Don Jean de Mabillon, escrita em 1681 intitulada *De re Diplomática Libri VI*, visando estabelecer princípios e métodos para a crítica textual, delineou novos pressupostos e procedimentos técnicos científicos para a legitimação e autenticação das fontes documentais, caracterizando-se como um dos primeiros manuais da arquivística. (RODRIGUES, 2008)

Percebe-se assim a relevância de Dom Jean Mabillon que, em sua busca por

preservação e autenticidade dos diplomas santos da época, propiciou o desenvolvimento da arquivística moderna. Já L. Duranti (1995) aponta que os princípios elementares da arquivística podem ser encontrados no último volume da grande obra de Dom Jean Mabillon, como especificado a seguir:

A Diplomática estuda documento individual; no entanto, esse primeiro trabalho, explorou a acumulação de documentos, suas características, sua gênese, e o modo como eles deviam ser tratados, e ao fazê-lo, ampliou sua fundamentação teórica aos arquivos, entendidos como o conjunto orgânico de documentos e suas relações (DURANTI, 1995, p.05).

Neste sentido, entende-se que a diplomática, considerada primeiramente como uma das ciências auxiliares da história, tendo como protagonista maior frei Don Jean de Mabilon, foi uma grande contribuição para o desenvolvimento da crítica documentária. E suas raízes até hoje influenciam a arquivologia, sendo considerada como aporte para a construção da atual metodologia de identificação arquivística.

Segundo Marc Bloch (2002), a teoria desenvolvida pelo Frei Mabilon foi também um contributo essencialmente relevante para a historiografia; como o autor demonstra em sua citação:

O verdadeiro progresso veio no dia em que a dúvida se tornou, como dizia Volney, "examinadora"; em que regras [objetivas] em outros termos foram pouco a pouco elaboradas, as quais, entre a mentira e a verdade, permitem uma triagem. O jesuíta von Papembroeck, ao qual a leitura das Vidas dos santos inspirara uma incoercível desconfiança em relação à herança da [alta] Idade Média inteira, considerava falsos todos os diplomas merovíngios preservados nos mosteiros. Não, responde em substância Mabillon; existem, incontestavelmente, diplomas inteiramente forjados, remanejados ou interpolados; há também os autênticos; e eis como é possível distinguir uns dos outros. Nesse ano — [168] ano da publicação do *De re diplomática*, uma grande data, na verdade, na história do espírito humano — a crítica de documentos foi [definitivamente] fundada [esse foi certamente aliás, de todo modo, o momento decisivo na história do método crítico]. (BLOCH, 2002, p. 84)

Em consonância com as palavras de Marc Bloch (2002), Tognoli (2014, p. 33) assinala “os historiadores e pesquisadores [...] encontraram na obra de Mabillon regras objetivas para a crítica do documento”. Percebe-se assim a significativa contribuição de Dom Mabillon.

É preciso destacar que segundo Tognoli, 2014, a diplomática desempenhou um papel peculiar e singular ao longo da história, servindo as mais diversas áreas do conhecimento

histórico, como a autora apresenta:

É importante esclarecer que nos tratados do antigo regime a diplomática é considerada uma arte – entendida no contexto do século XVII-, uma vez que examinava cuidadosamente um diploma, buscando determinar e compreender seus elementos com base em análises e comparações nas quais pudessem ser observados uma ordem e um padrão, para verificar a autenticidade dos diplomas. Em um segundo momento, nos manuais modernos é considerado uma ciência entendida no contexto do século XIX-, quando se observa a instrução de teorizar e oferecer definições e conceitos para si e para seu objeto, o diploma. (TOGNOLI, 2014, p. 19)

Deste modo, acrescenta-se que a arquivística teve seu desenvolvimento baseado em um fazer tendo sido elevada à condição de disciplina a partir do surgimento dos seus primeiros manuais práticos, no final do século XIX.

Segundo F. Foscarini (2009), a arquivística ou Arquivologia possui um corpo teórico ainda recente, sendo que os princípios e fundamentos da arquivística surgiram primeiramente na França, Prússia e nos países baixos. O ponto crucial deste desenvolvimento foi a publicação em 1898 do *Manual for the Arrangement and Description of Archives* ou *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1898), escrito por S. Muller; J.A Feith e R. Fruin.

Enquanto que Santos (2015) faz a seguinte argumentação:

A teoria arquivística vem se desenvolvendo sistematicamente ao longo dos últimos dois séculos, desde a proposta do princípio da proveniência (Principe du respect des fonds ou príncipe da provenence, 1841) e das proposições práticas do “manual holandês” (*Handleiding voor het ordenem in beschreijven*, 1898). Observa-se que essa teorização inicial consistia na sistematização de uma prática já disseminada e com viés sobre os acervos arquivísticos públicos [...]. (SANTOS, 2015, p. 13).

Destaca-se, de acordo com Silva et alii (1998), que esta obra constitui sua importância para a arquivologia devido às questões que ali foram definidas, como o fortalecimento dos padrões arquivísticos entendidos como os princípios da proveniência e os princípios da ordem original, a visão dos arquivos entendidos, correntes, intermediários e permanentes, a teoria das três idades, as definições de valores primário e secundário e dos records management em oposição dos arquivos históricos. De acordo com a autora (1998), esta obra “marca o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar, libertando definitivamente a arquivística das disciplinas que outrora estivera ligada” (SILVA ET ALII, 1998, p. 115).

Segundo Fonseca (2005), esta obra é entendida como um marco da arquivologia

moderna, pois, a partir de sua publicização, principiou-se a normalização das atividades descritivas nos arquivos.

Neste sentido, uma importante contribuição do Manual Holandês, segundo Barros (2010), foi a ponderação acerca das definições do princípio da proveniência, que já existia, desde os tempos de Natalis de Wailly, porém o Manual acrescentou explicações teóricas, que o definiram como um conceito intelectual.

Deste modo, percebe-se que, desde esta obra basilar para arquivologia e fundamental para a descrição arquivística, como também para as práticas arquivísticas em geral: o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos foi publicada em 1898, ou popularmente identificado como Manual Holandês pela Associação de Arquivistas Holandeses, a descrição tornou-se uma das primeiras e fundamentais ferramentas de busca e identidade de um acervo.

Entretanto, Andrade (2010) a respeito do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos menciona que:

O Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído aquele descritor. Citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental para o geral até a descrição das unidades específicas do acervo. A importância desta obra resultou na sua tradução para diversos idiomas como o Alemão (em 1905); o Francês (em 1910), Inglês e Italiano (em 1908), Português (em 1960) [...] (ANDRADE, 2010, p. 28, 29).

Considera-se que a arquivologia avança cientificamente após o advento da publicação do Manual Holandês; enquanto que Barros (2010, p. 23) contribui com o seguinte enunciado “a contribuição do mesmo foi articular os principais princípios e regras relacionadas à natureza e ao tratamento dos arquivos”. Enquanto que Vanderlei Batista dos Santos (2005, p. 19) corrobora acrescentando:

[...] como apontam vários teóricos e técnicos da área [...] decidiu-se por definir o “Manual Holandês” como marco do início da sistematização teórica da área. Isso se deve à aplicação de análises que contextualizam o manual em relação aos estudos de poder vinculado ao pensamento científico, o conceito de institucionalização de um campo científico e ainda, o entendimento de paradigma científico como requisito à existência de uma ciência. Ao se analisar as publicações fundadoras da área sob estes prismas, conclui-se que aquele manual é a publicação aceita como referencial inicial da sistematização de uma prática e de uma teoria arquivística, devido a sua ampla aceitação mundial, apontada em inúmeras publicações entre as quais, Association des Archivistes Français (1991), Jenkinson (1922), Casanova (1928), Silva et alii (1999) e Schellenberg (2002). (SANTOS, 2015, p. 19)

Desta forma, percebe-se que os princípios da proveniência e da ordem original, tidos como princípios basilares da arquivologia e definidos após a publicação do Manual Holandês, colaboraram para a constituição do aporte teórico, do saber arquivístico e da normalização do fazer arquivísticos. Enquanto Duranti (1995, p. 9) acrescenta “os dois princípios formalmente proclamados como normas jurídicas converteram-se no núcleo histórico da ciência arquivística”.

Cumprir destacar que este manual foi traduzido para diversas línguas, como o francês com o título de Manuel por le classement et la descripción of archives- 1910; nos Estados Unidos: o Manual for the arrangement and Description of Archives- 1940; no Brasil, o livro foi publicado em 1960 com o título de Manual de arranjo e descrição de arquivos.

Salienta-se assim a importância deste manual para o processo de desenvolvimento e normalização da arquivística, tanto que, depois deste, surgiram outras obras tanto no âmbito internacional como no nacional.

Existem outras obras que também contribuíram para a normalização das funções arquivísticas, entre elas Barros (2015) menciona: [...] Manual de Hilary Jenkison de 1992 – espécie de atualização e reconsideração a respeito do livro de Feith, Muller e Furin-, e os trabalhos de Schellenberg relacionados a esse manual são responsáveis, dentre outros, pela construção das noções de classificação, avaliação e descrição de arquivos, em diferentes níveis [...] (BARROS, 2015, p. 100-101).

Entre as diversas iniciativas de normalização na arquivística, surgiram obras direcionadas a padronizar os diversos procedimentos arquivísticos, de forma geral cita-se, entre outras, as obras de Vicenta Cortés: Manual de Archivos Municipales de 1982, e Arquivística: Estudos básicos de 1983 e a obra de Heredia Herrera: Manual de Instrumentos de Descripción Documental de 1982. Já no Brasil, entre os diversos Manuais de normalização dos procedimentos arquivísticos cita-se: o Manual para identificação de acervos documentais e o Manual de Levantamento da Produção documental, de acordo com (BARROS, 2015).

O movimento em defesa da normalização nos Estados Unidos foi conduzido por arquivistas que trabalhavam nas Universidades e, portanto, estavam acostumados a usar normas como de catalogação Anglo-American Cataloguing Rules, o formato Machine Readable Cataloguing e a Society of American Archivists que sempre lutou pela padronização

nos Estados Unidos, conforme (OLIVEIRA, 2012).

Outros manuais considerados relevantes para a disseminação das teorias e práticas arquivísticas, de acordo com Santos (2015), são: O manual of archives administration – Reino Unido em 1922; Archivistica: principi e problemi – 1984 na Itália; Manual de archivologia hispano-americana: teorías y principios – 1961 na Argentina; Les archives au XX siecle: une response aux besoins de l`administration et de la recherche – 1982 no Canadá; A modern archives reader: basic Reading on Archival theory and practice -1984 nos Estados Unidos; o Manuel d`archivistique française – 1993 na França; Archivistica general: teoria y práctica – 1986 na Espanha e Keeping Archives -1987 na Austrália.

Sobre a publicação de manuais pela arquivologia, pensa-se que este tipo de publicação permita a transmissão de saberes específicos. Neste sentido, Rousseau e Couture (1998, p. 53) identificam que “a publicação de manuais é uma etapa na constituição de uma disciplina científica”. Enquanto que Santos (2015, p. 20) aponta que “o viés prático dessas obras orientadoras não incita a um aprofundamento teórico dos fundamentos da disciplina”. Pondera-se que os manuais configuram uma tradição instituída na arquivologia desde o nascer desta e que o aprimoramento e o aporte teórico devem sempre ser buscados no aprofundamento de vários tipos de leitura.

Os princípios e conceitos contidos nos manuais visavam estabelecer regras e normas para as práticas arquivísticas e constituíram-se em um importante referencial para os arquivistas modernos, pois - a partir de suas reflexões - a arquivística encontrou sua dimensão científica e seus pressupostos são discutidos amiúde no século XXI, objetivando o arcabouço da arquivística pós-moderna.

Segundo Lopes (2009), cabe destacar outro ponto crucial para o enriquecimento da progressão arquivística que é o que ficou denominado como as correntes arquivísticas.

Conforme Bartalo e Moreno (2008), as correntes arquivísticas surgiram em países e em situações distintas, essas são conhecidas como: Arquivística Tradicional, criada na Europa, centrada nos arquivos permanentes e históricos, os Records Management, nos Estados Unidos, ligados às questões administrativas e aos arquivos correntes e intermediários e a Arquivística integrada, originada no Canadá, trata do ciclo completo dos documentos.

De acordo com Tognoli (2010), na pós-modernidade, devido à constante progressão da arquivística, destacam-se os estudos realizados no Canadá, nos quais se aponta a

necessidade de se repensar conceitos e princípios, dados a quantidade de documentos produzidos e/ou recebidos e a inserção maciça de documentos natos digitais ou digitalizados.

Assim, segundo a autora (2010), no final da década de 80, um novo paradigma surge: a redescoberta e redefinição do princípio da proveniência que amplia o foco para uma análise no processo total de criação de documento, criando métodos e critérios para a manutenção e uso de registros em suporte tradicional ou digital.

Tognoli (2010) reforça que no final dos anos 80 notadamente a corrente arquivística integrada atrelada à escola de Québec, surge a corrente denominada arquivística funcional ou pós-moderna enunciada por Terry Cook; e a diplomática arquivística evidenciada inicialmente por Paola Carucci na Itália e reformulada por Luciana Duranti na América do Norte.

Neste viés, acrescenta-se que o Canadá, tanto quanto a Austrália têm sido profícuos quanto ao desenvolvimento da arquivística mundial e do centro de discussões que circundam a arquivística na contemporaneidade, precisamente contemplando os novos meios de produção de documentos arquivísticos.

Evidencia-se que essas três correntes canadenses, tanto quanto a corrente dos records contínuos na Austrália cumprem um destacado papel na construção de um pensamento arquivístico contemporâneo global, exercendo grande influência para o renascimento de uma arquivística contemporânea.

Desta forma, nota-se que o caminhar da diplomática inicialmente era alinhado com as questões religiosas e políticas de autenticidade; esta era sua forma clássica.

Em seu andar paralelo à transformação histórica da humanidade, esta chega ao século XX com mais uma denominação: diplomática moderna, pois agora abarca também os estudos de outros documentos como os jurídicos e históricos, e transforma-se em disciplina. Continuando sua trajetória, assume outra denominação: diplomática arquivística, porque passa a abranger os documentos arquivísticos.

Mais adiante, a diplomática adota mais uma denominação: diplomática contemporânea e se ocupa dos conjuntos documentais e seus contextos e conteúdo, também entendida como tipologia documental visto que representa também os modernos documentos admirativos e suas tipologias documentais, sendo a base para a origem da metodologia de identificação arquivística (Tognoli 2010).

Percebe-se assim que a trajetória dos arquivos como a da arquivística têm seus processos de desenvolvimento histórico entrelaçados com as outras do conhecimento como a diplomática, o direito e a administração e principalmente a história; e todas elas influenciaram e também foram influenciadas pelo saber e fazer no campo dos arquivos.

Deste modo, implica afirmar que o arquivo tem uma existência muito antiga enquanto que a arquivística tem seus delineamentos na segunda metade do século XVII; e que os historiadores sempre estiveram presentes nesta construção, como apresenta Barros (2015).

É necessário ressaltar que a construção e o percurso da arquivística estiveram inegavelmente atrelados desde o início, em maior ou menor grau, à construção da historiografia, à medida que os documentos custodiados pelas instituições arquivísticas como um todo serviram e continuam servindo como uma fonte para a reconstrução do passado no presente. Além disso, o modo como os historiadores escreveram a história no passado e a escrevem atualmente tem reflexos na organização dos arquivos e, portanto, na construção de sua teoria, especialmente durante o século XIX. (BARROS, 2015, p. 17).

Neste sentido, cabe acrescentar que o caminho da construção e sedimentação de uma área do conhecimento, suas práticas, ferramentas e aportes teóricos perpassam por várias trilhas.

De acordo com Terry Eastwood (2016, p. 19), “desde muito tempo os arquivistas vêm buscando caracterizar a natureza dos arquivos”, isto é, a natureza de seu ofício, concepções e acepções do fazer arquivístico.

Deste modo, sobre a universalidade das práticas arquivísticas, pensa-se que, principalmente a prática de representação da informação, com o advento das normas arquivísticas, concorre para que as atividades e nomenclaturas sejam compreendidas e atendidas pela comunidade arquivística do mundo inteiro.

Pois, como coloca Eastwood (2016, p. 20) “a ciência arquivística faz dela uma ciência social, no sentido de que constrói conhecimento da produção humana e do cuidado com os arquivos”. Portanto, é preciso entender que os arquivos são produtos das atividades humanas, ou seja, conjunto de materiais que representam ações do homem tanto no tempo como no espaço e, que, por isso, desempenham um papel eficaz para a preservação da história e da memória.

Deste modo, o discurso da arquivologia segue a linha traçada há muito tempo por Don Jean de Mabillon, apoiado na narrativa histórica de pessoas que dedicaram suas vidas ao

dom absoluto de contar a história, experienciar no presente as representações do passado, perspectivando o futuro, tanto da história, da historiografia, do ensino de história em salas de aula, como da arquivística e da diplomática.

2.2.1. Delineamento histórico conceitual da diplomática desde sua perspectiva clássica até a contemporaneidade

Sabe-se que os documentos de arquivo, ao longo do desenvolvimento da humanidade, forneceram informações para o entendimento e a reconstrução da nossa história. Foi a partir do registro documental que se evidenciou uma verdadeira revolução na maneira de ver e de utilizar a informação.

Deste modo, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, informação é o “elemento referencial, noção ou mensagem contidos num documento”, (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 107). Enquanto Lopes (2009, p. 39) considera que “as informações podem ser entendidas como fragmentos do conhecimento humano”. Além disso, o referido autor acrescenta “a informação, depois de nascida, pode assumir atribuições de natureza, propriedades e peculiaridades próprias da informação arquivística” (LOPES, 2009, p. 47).

Percebe-se, então, que a informação é um conjunto de dados que permite obter conhecimento sobre determinado fato, é algo palpável, é uma comunicação, uma mensagem que pode estar fixada em um documento, nos mais variados tipos de suporte.

Segundo Rousseau e Couture (1998 p. 50), “A criação dos documentos constitui uma atividade bastante recente, apesar de na antiguidade, os arquivistas terem trabalhado como copistas”. Nessa perspectiva, Luciana Duranti explica que:

Através dos milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do Direito, da história, da cultura e da informação. A razão pela qual eles puderam servir a tantas finalidades é que os materiais arquivísticos ou registros documentais representam um tipo de conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido (DURANTI, 1994, p. 49-50).

Pressupõe-se assim a relevância da análise documental, para e as questões procedimentais nos processos de fixar e registrar as informações. Deste modo, conforme consta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 25), documento é a “unidade de registro da informação”. Já para Bernardes (1998, p.44), um documento pode ser descrito como sendo: “toda informação registrada num suporte”.

Neste sentido, pensa-se que um documento pode ser considerado como um elemento auxiliar da História na medida em que registra um acontecimento e o atesta. Torna-se, portanto, uma forma de testemunho, conforme mencionam Jelin *apud* Gonzáles:

[...] testimonio se produzca y no permanezca en el silencio, lo que implica la existencia de un otro que estimule el relato, el permiso tácito o expreso de lo que es posible o no decir, tanto para quien cuenta como para quien escucha, así como la cuestión de los usos e impactos de lo que es narrado como por las apropiaciones y sentidos que distintos públicos pueden llegar a darle posteriormente. (JELIN *apud* GONZÁLES, 2012, p. 875).

Cabe acrescentar que o documento arquivístico carrega, desde sua gênese, a qualidade de testemunhar e informar, primeiramente ele prova e depois continua com seu predicado de servir a pesquisa.

Neste viés, para Belloto (2014), um documento de arquivo é a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído. Logo, se deduz que o determinante para inferir a qualidade de arquivístico em um documento é a conexão que estes detêm uns com os outros.

Para Duranti (1994), é isto que agrega organicidade e confere a distinção que os diferencia dos demais documentos, sendo que é nesta característica de ser inter-relacionável entre si que reside um vínculo natural que o mantém atrelado ao produtor, formando um conjunto documental único, chamado de fundo de arquivo.

Neste sentido, segundo Rodrigues (2012), o vínculo arquivístico é uma característica essencial e primordial aos documentos arquivísticos, pois se constituem em um fator identificador e diferenciador ao mesmo tempo.

De outra forma, Gonçalves (1998) argumenta que um documento pode assumir várias configurações, tais como:

[...] aquilo que de alguma forma medeia às relações dos indivíduos com as esferas públicas, como por exemplo, cédula de identidade, certidões de nascimento. No senso comum, o documento costuma ser entendido como tudo aquilo que possa

registrar (e atestar) o cumprimento de deveres do indivíduo, enquanto cidadão, ou mesmo servir como garantia de direitos; e em geral “documento” também costuma estar identificado o documento escrito. Para um historiador, praticamente tudo poderá vir a ser considerado “documento” desde que forneça informação sobre algum problema sujeito à investigação histórica. (GONÇALVES, 1998, p.16-17)

Para Belloto (2006, p. 35-36), documento, de acordo com uma classificação geral, é “qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”, complementando ainda que, o fator determinante para o seu uso ou a sua destinação é a “forma /função” que geraram este documento. Segundo Bernardes e Delatorre (2008), os documentos arquivísticos, para serem assinalados como tal, devem ter a seguintes propriedades:

Imparcialidade, os documentos de arquivo são produzidos para atender determinadas demandas [...]; Autenticidade, os documentos são criados, mantidos e conservados sob custódia [...]; Naturalidade, os documentos de arquivo são acumulados “de maneira contínua e progressiva [...]”; Inter-relacionamento, os documentos de arquivo” estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos [...]; Unicidade, cada documento de arquivo “assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental”. (BERNARDES e DELATORRE, 2008, p. 15).

Em uma análise documental, pode-se identificar elementos característicos de cada documento, conforme constata-se no quadro 1:

Quadro 1: Elementos característicos documentais

Suporte	Material sobre o qual as informações são registradas	Papel, filme de nitrato, papiro, pergaminho, argila
Forma	Estágio de preparação e transmissão dos documentos	Original, cópia, minuta, rascunho
Gênero	Configuração que assume um documento de acordo com a natureza do suporte e o modo como foi confeccionado	Textuais, audiovisuais, fonográficos, iconográficos, digitalizados, nato digitais
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das	Portaria, atas

	informações pessoais	
Tipo	Configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou	Portaria de nomeação de cargo, ata de reunião
Documento simples	Os documentos são simples quando formados por um único item	Relatório de atividades, ata de reunião
Documento composto	Os documentos compostos são aqueles que ao longo de sua trajetória acumulam vários documentos simples	Prontuário médico, dossiê de evento, processo judicial

Fonte: A autora (2021) BASEADA EM BERNARDES E DELATORRE (2008, P.15)

De acordo com Bernardes e Delatorre (2008), os elementos apresentados no quadro 1 esclarecem que os documentos arquivísticos ao serem produzidos, recebidos ou acumulados organicamente no desempenho de suas funções e atividades por uma empresa privada, órgão público ou um cidadão, já surgem com valores probatórios, pois testemunham atividades e/ou funções, atestando assim direitos coletivos ou individuais.

Neste viés, acrescenta-se que o entendimento acerca da concepção dos documentos arquivísticos atuais tem fortes ligações com a diplomática, esse saber-fazer foi criado pelo Frei Jean de Mabillon no final do século XVII, quando documentos eram reconhecidos solenemente como diplomas. A palavra diplomática deriva do latim e significa diploma, portanto ela é considerada a ciência dos diplomas

A diplomática geral ocupa-se da gênese documental, baseia-se nas questões estruturais e formais dos documentos. Inicialmente, a diplomática tradicional tratava apenas das questões de falsidade e autenticidade, porém, ao longo dos anos, com a ampliação arquivística da diplomática surgiu a tipologia documental ou diplomática contemporânea que se ocupa mais com o estudo da tipologia documental (BELLOTTO, 2002)

A Diplomática tem sua origem no século XVII, na França, surgiu com a finalidade de se posicionar quanto às questões sobre as contendas referentes ao patrimônio territorial e aquelas das ordens religiosas.

Neste viés, Belloto (2002) esclarece que os jesuítas franceses guiados pelo Frei Jean Bolland decidiram publicar uma grande história que discorria sobre a vida dos santos, denominada a Acta Sanctorum, separando a realidade das lendas.

Este episódio, segundo a autora, ficou conhecido como a guerra diplomática, pois - na introdução desta obra - um dos jesuítas especialista neste tipo de documento, Frei Daniel Van Papenbroeck, estabeleceu como falso um diploma que já estava assinado pelo rei Dagoberto I. E assim este fato invalidava vários outros diplomas medievais que já haviam sido considerados autênticos pelos freis beneditinos da abadia de Saint Denis. (BELLOTTO, 2002)

Deste modo, isso colocou em dúvida outros documentos mais antigos e que já haviam recebido a graça da autenticidade, como algumas peças da época merovíngia existentes nos arquivos da ordem de São Bento que também foram expostas a dúvida. Foi neste contexto que a diplomática clássica se desenvolveu, embora tenha se consolidado como uma disciplina concreta no século XVI. (TAMOYO, 1996)

Sob este viés, o frei beneditino Dom Mabillon que pertencia a esta abadia foi levado a desenvolver uma metodologia para comprovar a autenticidade dos títulos de terra existentes nos arquivos de sua abadia. Sobre Mabillon, Bellotto (2002) destaca:

Pesquisando em muitos arquivos eclesiásticos franceses, alemães e italianos, com seu trabalho metódico e objetivo, conseguiu, com essa obra, criar muitos dos procedimentos acerca da autenticidade, análise e compreensão dos atos escritos que, aperfeiçoados, foram sendo adotados através dos tempos. Nascida assim, muito imbricada à Paleografia e ao Direito Eclesiástico, a Diplomática tem evoluído em direção ao Direito, à Heurística e à Arquivística, modificando para tanto seus instrumentos e apresentando maior ampliação de objeto e campo de ação do que em sua origem (BELLOTTO, 2002, p. 16).

Decorridos seis anos de reclusão, reservados para suas pesquisas e escritas, Dom Mabillon publicou sua obra de seis partes sob o título “De Re diplomática Libri Sex”, na qual estabelece regras basilares da crítica textual. Rebatendo assim a declaração de falsidade de diplomas do frei jesuíta Daniel van Papenbroeck, defendida na introdução da obra Acta Sanctorum, segundo Bellotto (2002).

Cumprir destacar que nascia assim o primeiro experimento no sentido de apresentar cientificamente uma análise documental; mesmo em um período histórico delicado, estabelecia-se a primazia da palavra escrita, como um adito de fé e de prova. Desta forma, a obra do Frei Mabillon é reverenciada como um marco na escrita pós-medieval, de acordo com Mazzoleni (1970)

Nesse viés, a obra composta por seis livros, está assim distribuída: Primeiro livro aborda acerca do conceito e classes dos documentos; segundo livro aborda o estilo e as formas diplomáticas; terceiro livro discute os critérios de Popenbroeck; quarto livro aborda os procedimentos documentais; quinto livro aborda a escrita documental e no sexto livro são apresentados os experimentos realizados na forma de transcrição e dissecação de documentos (Mazzoleni, 1970).

Percebe-se, então, que a diplomática experimentou um processo de transformação desde o nascimento. Inicialmente, os conceitos da diplomática eram usados apenas para indicar artefatos escritos e fechados, estendendo-se mais tarde para designar peças documentais emanadas das mais altas autoridades civis ou eclesiásticas; e, em um segundo momento, abarcava todo documento revestido em suas formas externa e interna de solenidades especiais. Essa acepção foi mantida nos séculos XVI e XVII, quando Dom Mabillon a consagrou definitivamente (PIQUERAS, 2003)

Ela, originalmente, foi concebida com a finalidade de verificar a autenticidade documental, e contradizer a quem a estava acusando. Assim, a obra destinava-se a um duplo ofício: a crítica e a doutrina, como expõe Tessier (1996, p. 11) “a doutrina propondo regras gerais, a crítica operando uma pela outra”.

Pensa-se que Dom Mabillon foi adiante em seu propósito, com os seus dois últimos livros, cujas cópias e os documentos escritos servem como prova, propondo assim uma nova fórmula de trabalhar o fenômeno averiguado, a experimentação; utilizando um método racional que explica passo a passo a descrição e a exposição do fenômeno pesquisado, criou assim a ciência do documento.

A Diplomática nasce como disciplina para analisar e verificar a autenticidade dos documentos. Nesta perspectiva clássica, a Diplomática ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental ou notarial: [...] tornam-se, estes documentos, [...] eivados de fé pública, o que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo direito, segundo Belloto (2006, p 46).

Considera-se que a diplomática é considerada a ciência dos documentos, e o documento diplomático é aquele visto como registro legitimado dos atos administrativos ou jurídicos emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras, como é o caso dos notários (BELLOTTO, 2006).

Percebe-se que o problema de falsificação remete à origem dos documentos, época em que a autenticidade era difícil de ser comprovada; primeiramente, a análise para verificação de autenticidade partia do local onde eram preservados os documentos. A partir do século VI, a análise muda do local onde eram preservados os documentos para a entidade e suas características: “se um documento possuísse certos elementos, ele era considerado verdadeiro (RODRIGUES, 2008 p. 21). Nota-se que a diplomática se firmou como a ciência e a disciplina que tem como objeto os documentos diplomáticos, isto é, aqueles que provêm de uma natureza essencialmente jurídica e, portanto, espelham as conexões legais, sociais dos cidadãos e o governo.

Segundo Rodrigues (2008) Dom Mabillon, em sua obra, apresenta uma metodologia de análise crítica documental que sistematiza sobre a autenticidade, e mostra procedimentos que geravam documentos idênticos e faziam parte de atividades também idênticas.

Segundo Rodrigues, esta metodologia consistiu-se em:

[...] examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou o que tinha em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar, como os pressupostos teóricos da disciplina (RODRIGUES, 2008, p122).

Entre os séculos XVIII e XIX, a Diplomática torna-se ciência auxiliar da História, sendo utilizada para comprovar autenticidade de fontes históricas medievais. Conforme Tognoli; Guimarães (2009).

Essa apropriação da Diplomática pela História se dá entre os séculos XVIII e XIX, com a introdução dos estudos diplomáticos em escolas europeias, que irão contribuir para o progresso na formulação e definição dos princípios diplomáticos, introduzindo no campo novas ideias acerca do objeto e da crítica diplomática (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 26).

Tendo em vista o mesmo pensamento de Belloto (2008, p. 3), acrescenta ainda que: “A diplomática passava a ser mais um instrumento profissional da verificação da autenticidade e da Fidedignidade do conteúdo estrutura e forma dos atos escritos”. A autora corrobora sua afirmação acima, acrescentando que: “Na época, a questão girava em torno da cobiça de privilégios, bens e propriedades eclesíásticas: falsificavam-se comprovantes desses direitos” (BELLOTO, 2006, p.47).

Segundo Rodrigues (2008), durante o século XVII, os monges beneditinos René Prosper Tassin e Charles Toustain publicaram na França a obra intitulada Nouveau Traité de

Diplomatique. Sendo assim, o ensino da Diplomática alargava seus domínios para além de suas fronteiras. Desta forma, a autora relata o teor da obra dos freis:

Na obra, traduzida em seis idiomas, os monges juntaram documentos de toda Europa e compararam, concluindo, que a mesma função e a mesma atividade geravam o mesmo documento em qualquer lugar e, que a estrutura e a forma estabelecida para lidar com os atos sempre se repetiam (RODRIGUES, 2008, p. 123).

No século XIX, um grupo formado por esses e outros autores foi encarregado de promover a *Societas aperiendis fontibusrerum germanicarum* que por sua vez estava encarregada de elaborar o *Monumenta Germaniae Historica* e as *Acta regum ET imperatorum carolinorum*, que consideram:

O objeto da Diplomática era considerado como testemunhos escritos por normas determinadas e de variáveis em função do tempo, lugar e das pessoas envolvidas com a finalidade de servir de prova de um ato jurídico (GALENDE DÍAZ; GARCIA RUIPÉREZ, 2003, p. 12).

Entretanto, Theodore Von Sickel, um dos criadores da Diplomática histórica e do *Institutfür Osterrichsgeschichte*, entende que a Diplomática pode ser considerada como uma ciência auxiliar da História do Direito. Os autores apontam que as fases principais do documento diplomático são a *actio* e a *conscriptio*. Sob o mesmo olhar, Belloto (2006) esclarece que:

O documento público é invariavelmente, em sua essência, a junção do *actio* (fato, ato documentado) e *conscriptio* (sua transferência para um suporte semântica e juridicamente credível). Aliás, essa imagem não foge às facetas fundamentais da questão documentária: matéria – meio – conteúdo. (BELLOTO, 2006, p. 48).

Logo, registra-se que a ocorrência de um documento está ligada a um fato e a uma vontade de revelá-lo, tal como o anseio que originou o ato. Sendo assim, a passagem do *actio* para o *conscriptio* é gerada por uma vontade soberana.

Diante do exposto acima, percebe-se que entre o ato que gerou o documento e a sua transferência para o suporte, há um pensar, um olhar que se volta para o documento no sentido de qual a melhor forma de apresentação deste; começa assim o rigor metodológico, que envolve a diplomática. Assim, segundo Nascimento (2002, p. 99), “[...] o rigor metodológico é antes de tudo, a análise dos procedimentos diante da teoria escolhida [...]”. Esse rigor na diplomática, segundo a autora, acopla as acepções de diploma, ou seja, declaração escrita; forma determinada; fatos jurídicos e outros.

Pode-se afirmar que um documento diplomático pode ser entendido como aquele documento que serve para testificar por escrito qualquer ato procedido de um acontecimento jurídico. Portanto, este deve ser lavrado obedecendo às especificidades para as quais se destina ser testemunho de fé e ter um fim probatório.

Cabe ressaltar que Belloto (2006) reforça este conceito, fazendo a seguinte referência:

O modelo diplomático funciona para os documentos públicos (relações Estado-cidadão) quase que do mesmo modo que as formas notariais funcionam para os documentos privados (relações cidadão-cidadão). Tanto uns quanto outros, se incorretamente veiculados, invalidam a aplicabilidade legal do seu conteúdo. Trata-se, portanto, de documentos escritos, legalmente válidos e revestidos de determinadas formalidades; sendo prova jurídica ou administrativa de um ato, são objetos da diplomática. (BELLOTO, 2006 p. 46).

Com base nesses pressupostos, parte-se da premissa de que os objetivos e as características implícitas da diplomática eram a análise crítica dos documentos públicos. Ressalta-se ainda que, para Duranti (2003), a diplomática abarca um conjunto de princípios que observa tanto a natureza dos documentos, quanto seus componentes; ou seja, uma metodologia que fundamenta a fórmula que orienta a crítica, e uma prática que aplica a teoria e o método em situações concretas.

Neste sentido, é que se percebe ter no estudo da gênese documental uma contribuição pontual quanto ampliação do objeto diplomático. Assim, nota-se uma evolução do documento desde sua criação em relação a sua condição probatória e à aplicabilidade da Diplomática no campo dos arquivos. Bellotto (2008, p. 9) diz que “A gênese documental está no algo a determinar, a provar, a cumprir”, apontando que a criação de um documento exige fases a serem transpostas, descritas como:

Identificação jurídico-administrativa do ato; seleção da espécie documental; fórmula diplomática, fórmula sistematizada ou fórmula usual, preenchida com um conteúdo típico e circunstancial, resulta na redação final; divulgação junto aos públicos a atingir e/ ou tramitação de rotina; guarda ou destinação fixada por sistemáticas de temporalidade. (BELLOTO, 2008, p.9)

Cumprido ressaltar que os princípios diplomáticos circundavam as áreas jurídica e administrativa na primeira etapa do império romano; como pontua Belloto (2006), no início a diplomática servia apenas para a área do direito eclesiástico, seus domínios se expandiram alcançando todos os Estados europeus, onde seus conceitos foram lapidados e adaptados, sem que, no entanto, perdessem seu cerne ligado ao ato escrito do direito público. Para a autora,

um documento público não se afasta dos enfoques basilares dos pontos essenciais de todos os documentos: “matéria, meio e conteúdo”, apondo que:

Como matéria, tanto pode ser visualizado o aspecto do suporte físico propriamente dito (pergaminho, papel, disquete etc....), como a própria actio (o fato). Já o meio, como forma de veiculação do conteúdo, pode merecer duas ordens de considerações: se “físico”, refere-se à distinção entre original e cópias; se “funcional”, refere-se à tipologia de espécie documentária. (BELLOTO, 2006, p. 48).

Percebe-se, portanto, diversas peculiaridades na conceituação de um documento, facetas e nuances da crítica diplomática, que aludem à proeminência da análise documental diplomática.

Segundo Tessier (2006), a noção diplomática - quanto à autenticidade - é útil para o pesquisador porque exige que os documentos sejam analisados em termos de sua configuração física e do seu conteúdo.

Sobre a análise diplomática, Berwanger e Leal (2012) evidenciam que a diplomática desempenha as funções crítica, jurídica e classificadora, apresentando os seguintes conceitos para cada uma:

Função crítica: função muito importante para os historiadores porque lhes permite distinguir os documentos autênticos, falsos e alterados, determinando sua fidedignidade como fontes históricas ou testemunhos jurídicos; Função Jurídica: determina as classes documentais como instrumentos jurídicos que comprovem direitos ou que se ocupem de negócios jurídicos; Função classificadora: estabelece classes ou grupos documentais, baseada na relação com a entidade produtora e estruturas externas e internas do documento. (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 27).

Os autores ainda assinalam que a diplomática perfaz também uma crítica relativa à forma documental, e apontam que esta envolve dois aspectos fundamentais: estudo do formulário e a crítica externa, e ponderam ser imperativa a consideração quanto aos caracteres extrínsecos e intrínsecos presentes nos documentos. Caracterizam assim os seus conceitos:

Crítica externa: referente à aparência do papel, tipo, tinta, letra, traçado, (ductus), estudo do selo etc.; O estudo do formulário: análise da forma de compor o documento ou modelos de documentos (item que realmente pertence à Diplomática). Extrínsecos ou externos: referentes à matéria empregada (papel, pergaminho, papiro, tintas, cores, iluminuras, encadernação), à escrita (tipo de letra, assinaturas) e ao selo. Intrínsecos ou internos: relativos à língua, ao teor e ao texto. (BERWANGER e LEAL, 2012, p. 27, 28).

Diante do exposto, entende-se o os subsídios conceituais e práticos do rigor formal do saber fazer uma análise diplomática. Em sua análise, a diplomática interpreta o conteúdo e julga a autenticidade dos documentos, para tanto estuda as fases de elaboração dos documentos e de sua transmissão, original ou cópia, a organização e o funcionamento das

chancelarias, o estatuto dos notários. Neste sentido, Belloto (2014) perpetra outra leitura acerca dos elementos constitutivos dos documentos, acrescentando que:

Elementos físicos ou externos: são aqueles que dizem respeito à estrutura (espaço, volume, forma física, suporte e unidade de arquivamento), a classe física que chamamos de gênero: textuais, audiovisuais, cartográficos, iconográficos) e ao tipo físico (que chamamos espécie documental). Elementos substantivos ou internos são os que dizem respeito à substância (conteúdo); são identificados como sendo a proveniência e a autoria, as funções a que se referem os assuntos (sua natureza, conteúdo, grau de concentração da informação) e as datas. Ora elementos físicos ou substantivos são considerados pela tipologia, uma vez que, repetimos, este é o encontro entre espécie (físico) e função (substantivo). A tipologia pode, assim, ser apresentada como elemento de ligação, elemento intermediário. Os elementos de utilidade, que estão concretizados no: Uso primário – sentido dispositivo, testemunhal ou probatório dentro da razão da geração do documento. Uso secundário – sentido informativo, posterior ao uso jurídico- administrativo. (BELLOTO, 2014, p. 356).

Ressalta-se que os elementos de utilidade, conforme seus usos primários ou secundários, geram categorias documentais, e são estas que impõem a finalidade documental igualmente, sendo determinantes na criação do documento. No quadro 2 a seguir, Belloto (2014) traz a seguinte proposição em relação às categorias documentais:

Quadro 2: Categorias documentais

Documentos normativos	São os de cumprimento obrigatório, sendo de manifestação de vontade de autoridades supremas e devendo ser acatados pelos subordinados. Emanam do poder legislativo ou de autoridade administrativa. Incluem: Leis, decretos-leis, decretos, estatutos, regimentos, regulamentos, resoluções, portarias, instruções normativas, ordem de serviço, decisões, acórdãos e despachos, quando decisórios.
Documentos enunciativos	São os opinativos e que esclarecem questões vazadas em outros documentos. Seu conteúdo visa fundamentar uma resolução e podem ser: pareceres, informações, relatórios, votos e despachos, quando interlocutórios.
Documentos de assentamento	São os configurados por registro, consubstanciando assentamento sobre fatos ou ocorrências, como atas, termos, apostilas e autos de infração.

Documentos comprobatórios	São os que derivam dos de assentamento, comprovando-os, como certidões, traslados, atestados e cópias autenticadas.
Documentos de ajuste	São documentos pactuais, representados por acordos de vontade em que, no caso da documentação pública, pelo menos uma das partes é a administração, seja federal, estadual ou municipal. São os tratados, convênios, contratos, ajustes e termos.
Documentos de correspondência	São os que, em geral, derivam de atos normativos, determinando-lhes a execução, como alvarás, circulares, avisos, cartas, memorandos, mensagens, editais, imitações e exposições de motivos.

Fonte: A autora (2020) baseada em BELLOTO (2014)

No Quadro 2, percebe-se claramente as categorias documentais, suas finalidades e determinantes, já Berwanger e Leal (2012) apresentam documentos e suas categorias:

- a) Dispositivos – podendo ser normativos, de ajuste ou de correspondência: normativo: leis, ordem de serviço, regulamento etc....; de ajuste: tratado, convênio, contrato, pacto, etc....; de correspondência: intimação, circular, edital, portaria, memorando, alvará etc....;
- b) Testemunhais – que são os: de assentamento: atas, termos, autos de infração etc.; comprobatórios: atestados, certidões, traslados, cópias autenticadas e etc.;
- c) Informativos – pareceres, informação, relatório, etc. (Berwanger e Leal, p.26)

Deste modo, entende-se que a primeira etapa da análise diplomática é a determinação da categoria documental. Belloto (2014) acrescenta que a próxima etapa é a determinação das espécies documentais, sendo que documentos da mesma espécie, mesmo com conteúdo variáveis, serão considerados iguais, pois os elementos fixos são os mesmos para espécies documentais iguais.

Para tanto, Belloto (2014, p.52) esclarece que espécie documental é a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”. A autora aponta também que a tipologia documental se ocupa do tipo documental, que é definido como: “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que o gerou”. Neste agir da diplomática como uma ferramenta, Belloto (2006)

observa que, em sua disposição intelectual, a diplomática abrange partições aceitas pela maioria dos especialistas diplomatistas.

O texto do documento diplomático, na realidade, é a união de três partes distintas: o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final. Evidentemente, nem todos os documentos diplomáticos contêm todas as partes constituintes do “documento ideal” (diplomaticamente falando). Às vezes, alguns estão ocultos e implícitos no conjunto geral, outras vezes, determinadas partes não cabem em certas espécies documentais. (BELLOTO, 2006, p. 65).

Logo, entende-se que a Diplomática faz a análise documental a partir da decomposição das partições, e o discurso diplomático é a junção dessas partições. Nessas três partes distintas, evidenciam-se as coordenadas obrigatórias de cada espécie documental, conforme constam no Quadro 3:

Quadro 3: Partições diplomáticas

Protocolo inicial ou protocolo	<p>Invocação, (Invocativo): em geral só ocorre nos atos dispositivos mais antigos ex.: “Em nome de Deus”.</p> <p>Titulação, (Intitulatio): formada pelo nome próprio da autoridade de quem emana o fato e seus títulos.</p> <p>Direção, (Inscriptio): parte que nomeia a quem o ato se dirige.</p> <p>Saudação, (Salutio): parte final do protocolo.</p>
Texto	<p>Preâmbulo, (Prologus): no qual se justifica a criação do ato.</p> <p>Notificação, (notificatio): que pode ser entendida pela expressão “Tenho a honra de comunicar a vós”.</p> <p>Exposição, (narrativo): na qual são explicadas as causas do ato que o originou.</p> <p>Dispositivo, (dispositivo): é a substância do ato, seu assunto.</p> <p>Sanção, (Sanctio): onde se assinalam as penalidades, no caso do não cumprimento do dispositivo.</p> <p>Corroboração, (Valoratio): na qual se dispõem os meios morais ou materiais para a execução do dispositivo.</p>

Protocolo final	<p>Subscrição, (Subscriptio): é a assinatura do emissor/ autor do documento.</p> <p>Datação, (datatio): compreende a data tónica que se refere ao local onde o dispositivo foi assinado e a data cronológica que se refere ao dia, mês e ano.</p> <p>Precaução, (apprecatio): onde dois elementos- assinatura de testemunhas e sinais de validação, reitera-se a legalidade do documento.</p>
-----------------	---

Fonte: A Autora baseada em Bellotto (2014)

O Quadro 3 apresenta apropriadamente as particularidades e funcionalidades de cada partição da análise diplomática. Percebe-se assim que o método de investigação de autenticidade construído por Dom Mabillon, denominado de diplomática clássica, foi sendo revisitado, adentrando no século XX pela denominação de diplomática moderna. Seguindo em sua trajetória de inovação, constitui uma nova abordagem, denominada de diplomática contemporânea, pois agora abarca em seu escopo investigativo os documentos arquivísticos e a tipologia documental.

Neste viés, Bellotto (2014, p. 52) ressalta que a tipologia documental consiste na ampliação da diplomática em direção à gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade gerador-acumuladora. Assim, para se ocupar dos documentos contemporâneos surge a diplomática contemporânea. Acrescentando à metodologia da diplomática clássica o estudo dos tipos documentais e a vinculação orgânica da gênese, atuação e uso

Sendo assim, nota-se que a diplomática clássica se prende aos documentos medievais, e ao ato de averiguar nestes a pertinência do cumprimento de alguns aspectos, tais como: tradição e transmissão, elementos de formação e processo de elaboração a fim de proceder a sua autenticidade em um sistema jurídico próprio da época. Enquanto que, a partir da década de oitenta, após o surgimento dos modernos estudos arquivísticos, ressurgiu a diplomática reinventada, tendo por finalidade a aplicabilidade de estudos técnico metodológicos e teóricos na análise dos documentos de arquivo, em todo o seu contexto, da produção até sua guarda ou descarte.

Neste contexto, conforme Tessier (1966), a corrente de estudos da Diplomática francesa entende não haver motivos para estabelecer barreiras temporais entre os estudos de documentos medievais e modernos. Pois, segundo o autor, um documento não é dotado apenas de sua estrutura formal, mas igualmente de uma cadeia de fatos circunstanciais, tais como aspectos sociais, culturais, políticos e administrativos, os quais influenciam sobremaneira o vínculo de produção do documento.

Assim, entende-se que, sob o olhar da diplomática clássica ou da diplomática contemporânea, na época medieval ou na atualidade, os documentos, continuam sendo dotados de características próprias quanto à forma, estilos de produção e suporte; e ainda prescindem de sua essência, ou seja, sua condição de prova e seu vínculo de produção.

Deste modo, segundo (Rodrigues, 2008 p. 133), nasce uma nova abordagem “[...] bastante difundida na Arquivística, nacional e internacional, que deu origem a um novo campo de estudos, a tipologia documental”. Ressalta-se que este conceito de diplomática contemporânea está imbricado no conceito de documento arquivístico. Não havendo mais a possibilidade de que seja efetivada uma análise individual, apenas em relação ao seu contexto, ou seja, o produtor; o objetivo da produção é para quem foi produzido.

Neste sentido, Paola Carucci define a Diplomática como “uma disciplina que estuda a unidade arquivística elementar, o documento, mas também o arquivo [...] analisando, sobretudo os aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos, tanto na sua formação quanto em seus efeitos ” (CARUCCI *apud* TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 30).

Apona-se assim a pertinência do estudo da diplomática, principalmente nos tempos atuais, visto seu amplo emprego nos documentos tanto natos digitais como digitalizados.

Assim, Delmas (2010, p. 150-151) considera: “a Diplomática Contemporânea é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é a ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica” (DELMAS, 2010, p. 150-151).

Então, desta forma, pensa-se que através da assimilação da Arquivística pela Diplomática e na aplicação de sua análise crítica é que reside a formação da Diplomática Contemporânea.

Para Delmas (2010), a Diplomática é uma ciência indispensável e complementar à Arquivística, uma vez que, através diplomática clássica, pode se dar início ao levantamento dos conhecimentos necessários sobre as informações e os documentos atuais.

Neste sentido, Belloto (2008) afirma que, para que se consiga compreender a aplicação do método diplomático em relação à tipologia documental, é necessário entender que nos documentos de arquivo existem peculiaridades inerentes à criação destes e que, portanto, obedecem aos princípios fundamentais arquivísticos.

Pondera-se, então, que, de acordo com os princípios descritos, os documentos de arquivo são conjuntos únicos, orgânicos, indivisíveis e da mesma proveniência. Logo, podem ser considerados individualmente um suporte modificado pela informação.

Para Rodrigues (2008 p. 130), a Diplomática francesa redefiniu a noção de documento probatório, “[...] identificou o objeto da Diplomática com os actes instrumentaires compreendendo na noção de documento os actes administratifs e os papiers administratifs”.

Percebe-se que todo documento possui outros dados característicos pertinentes à diplomática e de caráter jurídico que são o suporte e conteúdo, e também os caracteres internos e externos.

Bellotto (2008) enumera os caracteres internos, externos e intermediários dos documentos; conhecimento, este, indispensável para entender a ciência documentária, como também apontar a cronologia e outros apontamentos pertinentes ao estudo e à pesquisa das fontes documentais, tanto em pesquisas nas salas de aula, como em visitas nos arquivos:

Os caracteres ou elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza da sua proveniência e função.

Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero, isto é, configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos dos quais seus executores se serviram para registrar a mensagem.

[...], a relação suporte-informação necessita do elemento intermediário: em primeiro lugar a espécie que é o seu veículo redacional adequado, redigido e formatado de maneira que torne válido e credível o seu conteúdo; em segundo lugar, o tipo, isto é, a espécie carregada da função que lhe cabe; e a categoria jurídico-administrativa desse documento, o que reflete o peso e a hierarquia do seu conteúdo. Logo sem esses elementos intermediários espécie, tipo e categoria – o documento público, administrativo e/ou jurídico não chega à consecução de seus fins. (BELLOTO, 2008, p.19, p.20)

Neste panorama, Rodrigues (2008) menciona que a Arquivística parte do geral para o particular, quanto à abordagem do contexto de produção dos documentos. Mas, o método de análise proposto pela Tipologia Documental permite que se faça o contrário, quando a situação arquivística assim requerer, ou seja, parte-se da análise do documento acumulado no arquivo para assim chegar à competência e seu órgão relacionado.

Destarte, Rodrigues (2008) acrescenta que ao se tratar de um conjunto de documentos, deve se olhar primeiramente para a identificação dos documentos que fazem parte da mesma relação, e assim estabelecer as conexões entre eles como também com os documentos pertencentes ao mesmo agrupamento. Sendo assim, de acordo com a autora, o novo objeto de crítica da diplomática configura-se em todas as peças de arquivo.

Já Bellotto (2014) pondera sobre os questionamentos da diplomática clássica e contemporânea, enquanto disciplinas preponderantes à compreensão dos conceitos arquivísticos:

A diplomática, que era disciplina que só se ocupava da estrutura formal dos atos escritos de origem jurídica, governamental e/ ou notarial, ampliou-se na atualidade. É agora chamada “diplomática contemporânea”, “diplomática arquivística”, cuja metodologia é bastante concentrada no estudo dos tipos documentais e de toda sua vinculação orgânica de gênese, atuação uso. A diplomática contemporânea é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é a ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica. (BELLOTTO, 2014, p. 426)

Dada à explanação acima, compreende-se que, atualmente, a diplomática contemporânea é essencial para o estudo do documento institucional e da identificação arquivística. Para Bellotto (2008), após a análise diplomática, segue-se a análise tipológica dos documentos, porém a autora atenta para o caso de que na análise daquela há duas possibilidades:

Se a partir da diplomática, o elemento inicial é a decodificação do próprio documento e suas etapas serão: da anatomia do texto ao discurso; do discurso à espécie; da espécie ao tipo; do tipo à atividade; da atividade ao produtor. [...] se a partir da arquivística, o elemento inicial tem de ser necessariamente a entidade produtora e o percurso será: da sua competência à sua estrutura; da sua estrutura ao seu funcionamento, do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento (BELLOTTO, 2008, p. 75).

Desse modo, salienta-se que, para que ocorra a análise tipológica, a partir da Arquivística, é preciso ter discernimento de alguns requisitos, tais como: estrutura orgânica funcional da instituição geradora, funções definidas, funções atípicas, transformações e intervenções administrativas, processos de tramitação documental, e outros que serão

essenciais para a constituição do quadro de arranjo ou para a descrição documental arquivística. Belloto (2014) argumenta que:

- a) Se o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos;
- b) Se os procedimentos de gestão são sempre os mesmos quando se dá o trâmite isolado dos documentos;
- c) Se os conjuntos formados pela mesma tipologia têm a devida uniformidade de vigência nas tabelas de temporalidade;
- d) Se os documentos constitutivos da série possuem a devida frequência de informação habitual (já que os dados devem se repetir diferenciando situações).
- e) Se os documentos constitutivos da série possuem a devida frequência de informação habitual (já que os dados devem se repetir diferenciando situações). (BELLOTO, 2014, p. 360).

Dentro desta perspectiva, percebe-se que a tipologia documental pode ser definida como sendo determinadora das séries, as quais são o elo que perpassa a função, atividade e espécie. Percebe-se assim o tamanho do legado deixado por Dom Mabillon que se constitui na tarefa de análise documental. Como coloca Margareth da Silva (2017):

A diplomática é importante, para compreender os documentos contemporâneos e efetivar os documentos e os procedimentos de gestão de documentos. Inclusive os digitais, porque essa disciplina esclarece as relações entre os elementos dos documentos e os elementos de uma ação específica, e, ainda identifica as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ação de procedimentos, mostrando a interação entre pessoas e documentos. (SILVA, M. da 2017, p. 247).

Neste viés, seguindo com o caminhar da diplomática e seu estreito relacionamento com a arquivística e sob um novo do olhar do mundo contemporâneo adentrando na era digital, surge a necessidade de desenvolvimento, análise e preservação da cadeia de custódia destes novos documentos, tanto para documentos nato digitais, e que circularão apenas nos ambientes digitais, como para os que precisam de alguma forma ser impressos ou para os digitalizados. Com isso, a diplomática é revisitada novamente e surge a diplomática digital.

Segundo Duranti (2003), os princípios e métodos da tipologia documental também são praticáveis e fundamentais diante da produção e conservação dos documentos contemporâneos, ou seja, aqueles nascidos ou conservados em meio digital. Dessa forma, o profissional arquivista se vê despreparado diante de vários questionamentos quanto a como manter inalterados, autênticos e fidedignos os documentos arquivísticos digitais.

Para discutir ações neste sentido, em 1999, surgiu o projeto INTERPARES (International Research on Permanente authentic Records in Eletronic Systems), que, segundo

Tognoli e Guimarães (2007), se destinava a prover conhecimento acerca da preservação permanente de registros digitais autênticos; como também almejava formular políticas, estratégias e modelos capazes de afiançar essa preservação. Para tanto, o projeto apropriou-se de conceitos da diplomática contemporânea.

Contudo, segundo Duranti (2003), o aporte da metodologia da diplomática contemporânea não se limita apenas aos documentos arquivísticos e digitais, mas a todo documento em qualquer suporte.

Rondineli (2005, p. 55) corrobora acrescentando “exatamente como os documentos arquivísticos convencionais, os eletrônicos se constituem em elementos que podem ser identificados e avaliados por meio da análise diplomática. Neste sentido, MacNeil (2009, p. 90) explica que este procedimento de análise diplomática consiste em “um processo de abstração e de sistematização cujo objetivo é identificar os atributos essenciais ou ideais de um documento e transportá-los para diferentes contextos históricos e documentais.

Logo, essa descontextualização refere-se a qualidades implicadas na análise documental pelo método diplomático, o qual consiste em isolar os elementos formais de um documento e analisá-los separadamente. A diplomática contemporânea é a ciência do documento digital, institucional, funcional, e da informação orgânica e essencial para a preservação da cadeia de custódia dos documentos.

Neste viés, explicita-se que primeiramente o arquivista era um guardião dos documentos históricos, essa nomenclatura perdeu sentido, quando da abertura dos arquivos à população e aos pesquisadores. Surgia assim o arquivista custodial, cuja função não era mais a de guardar fontes documentais históricas, e sim garantir o acesso e a historiografia dos documentos arquivísticos. Atualmente, com o advento da internet, criou-se uma nova nomenclatura, o arquivista pós custodial, aquele que preserva os documentos no universo digital; o arquivista é um curador dos documentos digitais.

Nesta perspectiva, a diplomática, no trato dos documentos digitais, passou por transformações nas características e análises críticas dos documentos, tendo seus elementos extrínsecos e intrínsecos, alterando padrões, formatos, representação da informação e até mesmo o acesso, mantendo, porém, as características de um documento arquivístico.

Assevera-se que, embora o documento digital se manifeste através de um novo desenho, a diplomática continua se prestando como uma configuração segura para

identificação dos elementos destes documentos; avaliando a autenticidade dos documentos arquivísticos nato digitais ou digitalizados; sustentando os princípios arquivísticos e colaborando primorosamente com a curadoria digital, para que os documentos na web permaneçam com seu valor de probidade e suas características de documentos arquivísticos e possam cumprir seu papel de servir ao ensino e à pesquisa.

Acrescenta-se que, segundo Bellotto (2002), os elementos extrínsecos se referem às marcas físicas dos documentos, que são assinaturas, já os intrínsecos aos valores de unicidade, integridade e indivisibilidade, que são passíveis de análises mesmo nos ambientes da web.

Sobre essas peculiaridades do documento analisados pela diplomática, as autoras Silva e Siebra (2019) fazem a seguinte observação:

Na arquivística pós-custodial, a configuração empregada ao documento de arquivo foi modificada, não apenas no tocante ao formato, representação e acesso, mas principalmente nas características intrínsecas e extrínsecas ao documento. Isto ocorreu devido ao crescimento do uso das tecnologias no cotidiano dos cidadãos, nas atividades desenvolvidas nos arquivos, e na produção, circulação e configuração do documento que transpõe da materialidade do documento analógico para uma imaterialidade do documento digital. (SILVA; SIEBRA, 2019, p. 2)

Neste sentido, baseando-se em Inarelli (2015), os princípios arquivísticos e os elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos tanto nato digitais como digitalizados são passíveis de serem investigados de acordo com os princípios da nova diplomática digital, embora o arquivista na posição de curador digital passe diariamente pela provocação de manter intacto os documentos de seu arquivo na web, posto que as configurações de um documento digital são peculiares.

Conforme Duranti (1995), a descrição do documento nato digital não tem de ser construída através da observação de metadados com o intuito de preservar a autenticidade do documento e sim as relações entre “formas documentais, procedimento, ações, pessoas, funções e estruturas administrativas”.

Enquanto que Flores (2016) prima pela necessidade do conhecimento dos atores, escritores e destinatários encarregados do processo da gênese documental; e salienta que manter intacta a cadeia de custódia é fundamental para a manutenção, preservação e acesso às fontes históricas nos ambientes da web.

Neste panorama da aplicabilidade da nova diplomática na curadoria e crítica dos documentos nato digitais ou digitalizados que estão inseridos os ambientes da web; então Bellotto (2014) nos traz a seguinte reflexão:

Os documentos em suporte informático, ademais dos desafios técnicos que trazem, envolvem também questões teóricas, metodológicas e éticas capazes de exigir um novo perfil, uma nova conduta e uma nova atuação do arquivista em seu trabalho. Os princípios arquivísticos teóricos básicos deverão estar solidamente arraigados nos conhecimentos profissionais quando do tratamento técnico dos novos suportes. Na raiz de todas essas exigências está o desafio maior do ensino/aprendizado, da reciclagem, do treinamento, da “construção de um moderno arquivista [...]” (BELLOTTO, 2014, p.266)

Desta forma, refletindo sobre a premissa de ensinar e apreender novos conhecimentos, entende-se a acuidade de compreender no documento a dimensão do seu contexto de produção, conteúdo, órgão produtor, tramitação e guarda para que as práticas arquivísticas possam ser executadas de forma satisfatória e o ensino/pesquisa aconteça de forma a preencher todas as lacunas. E, a partir disso, que o desafio de pesquisar e aprender seja um mote para tornar o ensino acessível a todos.

Portanto, faz-se necessário empreender um estudo teórico, prático e exaustivo desses processos, sendo preciso usar uma metodologia eficaz. E é nesse contexto de busca por metodologias, que pudessem ser aplicadas a enormes massas documentais, que surgiu a metodologia de identificação arquivística.

Nesta perspectiva, e baseada nos princípios arquivísticos e diplomáticos, a metodologia de identificação está diretamente ligada à racionalização e eficácia dos procedimentos de gestão arquivística.

Esta metodologia minimiza o tempo do fazer arquivístico dos demais procedimentos arquivísticos e inferi seguridade ao arquivista na confecção de suas tarefas nos ambientes arquivísticos. E possibilita que, quando os documentos históricos chegarem nos arquivos permanentes, estes tenham seus processos de sistema de arranjo e descrição documental arquivística agilizados pelos arquivistas e que resultem em instrumentos descritivos eficazes, os quais são o elo entre as perguntas e respostas do historiador, estabelecendo-se como desencadeadores de suas pesquisas.

Neste sentido, apresenta-se os fundamentos da metodologia de identificação arquivístico, salientando que a aplicabilidade desta nos instrumentos nas atividades

descritivas, acrescenta precisão e segurança tanto ao arquivista que faz o processo de representação da informação, quanto ao pesquisador.

2.2.2 Caráter histórico e instrumental da metodologia de identificação arquivística

A Identificação arquivística pode ser entendida como sendo o ato de determinar a identidade dos documentos como também os elementos que os individualizam. A partir da segunda metade do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a explosão documental, resultante deste período, implicava em problemas que afetaram as administrações públicas pelo mundo inteiro.

Em contrapartida, os métodos utilizados para tratar essa massa documental, que era produzida de modo acelerado e conseqüentemente acumulada indiscriminadamente, não eram suficientes para sanar tal problema.

Deste modo, percebe-se que os teóricos da época primavam pela busca de cientificidade na Arquivística, por isso a necessidade de resolver os problemas existentes e futuros proporcionou trilhar um caminho em direção às novas metodologias.

Neste panorama propício a novas ideias é que surge o termo identificação, que de acordo com Rodrigues (2008):

Utilizado para designar as tarefas de pesquisas realizadas para resolver o problema posto. Grupos de trabalho se formaram em países ibero-americanos, a fim de propor soluções para os arquivos, de forma coordenada, marcando o desenvolvimento da história dos arquivos e o início de uma tradição arquivística (RODRIGUES, 2008, p. 48).

É preciso, então, entender que as instituições arquivísticas, até meados do século XX, se dedicavam mais ao papel de guardiões das imensas massas documentais acumuladas. Ou seja, elas destinavam seu tempo a tarefas de conservação e preservação dos documentos considerados como fontes de pesquisa fundamentais à construção da história.

No início, as teorias e as metodologias arquivísticas direcionavam-se ao tratamento das massas documentais, que se acumulavam sem critérios técnicos ao longo dos anos. Com o passar dos anos, passa-se a vislumbrar mudanças envolvendo atividades concernentes à gestão documental.

Nesta direção, Rodrigues (2008) aponta que, somente após a introdução do conceito de gestão de documentos, a partir da década de 1940, com a admissão da teoria das Três Idades e da Avaliação documental, se cogitam novas abordagens tanto práticas como teóricas,

tendo como finalidade desenvolver métodos para lidar com a problemática das massas documentais produzidas e acumuladas nos arquivos.

Por tais razões, grupos de trabalho se formaram em países ibero-americanos a fim de propor soluções para os arquivos, de forma coordenada, marcando o desenvolvimento da história dos arquivos e o início de uma tradição arquivística.

Estes grupos fomentavam debates sobre as metodologias e procedimentos arquivísticos e suas aplicações práticas, além de estudos sobre a normalização dos métodos de identificação de documentos para controlar a acumulação ou planejar a gestão (RODRIGUES, 2008, p.48).

Assim, segundo Maria Luísa Conde Villaverde (1991), coordenadora do grupo que tratava dos arquivos administrativos, as metas deste grupo eram: definir e fixar as bases metodológicas do tratamento de fundos contemporâneos; e engrenar estes princípios metodológicos no lugar adequado dentro do marco da história arquivística.

De acordo com Conde Villaverde, como um referencial inicial, o grupo contou com algumas experiências solidificadas, como por exemplo o fundo da Justiça. Porém, era necessário um campo empírico maior para que se pudesse permitir a definição de princípios teóricos e assim comparar as experiências do grupo com as de países com tradição semelhante, e assim nasceu o Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos.

Neste sentido, Rodrigues (2008) comenta que o objetivo do grupo de Madrid, com relação à nova metodologia, consistia em:

[...] definir e estabelecer um modelo de tratamento de fundos, perfeitamente diferenciado do inglês e do francês, que até eram os únicos identificados no contexto internacional e os que determinavam o planejamento e objetivos do Comitê de Arquivos Administrativos do CIA. (RODRIGUES, 2008, p. 50).

Entre os países que contribuíram para a definição da identificação estão Espanha, Brasil, Portugal e México, nos quais, segundo Carmona Mendo (2004, p.41), “Com longa tradição administrativa e prática diária, não haviam se preocupado com a transferência sistemática de seus fundos”.

Assim, de acordo com Bueno (2000), a metodologia e as ferramentas sugeridas pela identificação foram sendo ampliadas em decorrência de trabalhos empíricos, inicialmente no âmbito dos sistemas de arquivos municipais da Espanha, com a pretensão de desenvolver instrumentos de aplicação prática, acerca da produção e acumulação da massa documental. O que fez com que este país se destacasse nos estudos arquivísticos no âmbito internacional.

Deste modo, Rodrigues (2008) ressalta que foi a partir dessas experiências aplicadas nos arquivos espanhóis, que as discussões relativas à normalização e Identificação arquivística empregadas na gestão documental, especificamente na acumulação de fundos, que países integrantes desse grupo ibero-americano, especialmente o Brasil, foram sensivelmente influenciados.

Consoante, Conde Villaverde (1991) relata que a atividade do grupo se dava da seguinte forma: análise da realidade administrativa e arquivística para que se distinguissem as características próprias; definição de bases metodológicas que fundamentassem o novo modelo; como também cuidar da organização dos grupos para proceder à aplicabilidade das bases metodológicas instituídas nos fundos destinados para este estudo.

De acordo com a autora, acerca dos aspectos administrativos e arquivísticos, o grupo averiguou que, dentre os problemas compartilhados pelos países, o pior destes era principalmente a acumulação de fundos. Para tratá-lo, o grupo utilizou-se da seguinte ordenada:

Identificação dos fundos documentais a serem tratados; Elaboração de um censo que forneça informações quantitativas e qualitativas sobre o fundo, tais como: os organismos produtores de documentos, o volume dos fundos e sua localização; Fixação dos limites cronológicos; Identificação dos organismos produtores observando: a estrutura do organismo, seu funcionamento interno, suas competências e suas transformações históricas; Elaboração do primeiro quadro de organização que servirá de base para sua constatação com a realidade documental; Análise da realidade documental confrontando com o quadro provisório; Elaboração de instrumentos que facilitem a avaliação. (CONDE VILLAVARDE, 1991, p. 17-18)

Percebe-se que os processos de apurações informativos da metodologia de identificação arquivística preenchem todas as lacunas informacionais necessárias para as boas práticas arquivísticas. Neste sentido, Conde Villaverde (1991) salienta a importância do grupo de Madrid ao se referir ao próprio grupo:

O grupo estabelece as bases metodológicas da identificação e formula o conceito caracterizando-a como fase independente no âmbito das metodologias arquivísticas, antecedendo a avaliação e ambas prévias a descrição no tratamento de fundos. (CONDE VILLAVARDE, 1991, p.17-18)

Desta forma, os resultados obtidos nesta etapa, que foi denominada de Identificação, segundo Conde Villaverde (1991), subsidiou a etapa de avaliação. A escolha dos fundos obedeceu aos seguintes critérios: onde se deveria ser fundos volumosos; fundos com atividades administrativas em seus níveis central e periférico. Conquanto Rodrigues (2008) acrescenta:

A metodologia proposta visava recuperar a fluidez do sistema de arquivos, focando a questão sob dois pontos de vista: controlar as séries documentais desde o momento de sua produção e àquelas acumuladas nos arquivos, definindo um limite cronológico como ponto de partida, denominada identificação e avaliação de fundos documentais. (RODRIGUES, 2008, p.50).

Enfatiza-se que a metodologia de identificação arquivística, desde sua criação, se reporta à mensagem de atribuir às técnicas arquivísticas cientificidade e lógica, maximizar o tempo de trabalho do arquivista, conferindo segurança e certeza às escolhas elegidas.

Sobre essa proposta, Heredia Herrera (1999) destaca:

Ambas (identificação e avaliação) são englobadas como fases da gestão de documentos, entendida mais além da vinculação do uso administrativo do documento, e ainda ressalta que: Sem estar plenamente de acordo com a estimativa de que a identificação e a avaliação supõem novas discussões da teoria arquivística, porquanto já existiam, embora não tinham alcançado um grau de individualização atual nem as perspectivas e objetivos que hoje oferecem, considero – como muitos – que temos que estimá-las como etapas perfeitamente definidas, diferenciadas e sucessivas do tratamento arquivístico (HERRERA, 1999, p.19, tradução nossa).

Porém, de certo modo, como se observa inicialmente, o termo entremeava-se com a avaliação e a classificação, o que deve ter gerado alguma confusão inicial. Segundo Rodrigues (2008), a identificação arquivística, nesse sentido, é compreendida como sendo uma fase preliminar antecedendo a avaliação e a classificação, ou seja, um método investigativo com o intuito de identificar tanto o contexto de produção como os vínculos orgânicos e funcionais do documento; e promover a identificação do tipo documental. Desta forma, para Molina Nortes e Leyva Palma (1996), a identificação é entendida como:

Dentro desta fase de identificação se está procedendo à classificação intelectual do fundo documental, ou seja, com todo este material recolhido na fase de identificação se pode elaborar um quadro de classificação que serve para dotar o documento de uma estrutura sistemática que seja um reflexo do funcionamento do órgão produtor. (MOLINA NORTES e LEYVA PALMA, 1996, p. 72).

Desta maneira, de acordo com Lopez Gómez, inicialmente a utilização deste termo não procedeu ao menor indicativo de mudança nas propostas arquivísticas, era referenciada apenas porque conferia contemporaneidade à teoria arquivística, e historicidade ao fazer arquivístico.

Destarte, Carmona Mendo (2004) merece referência no sentido de que, diferente de outros autores, reconhece a identificação como uma função independente:

A fase de tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um dos seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais. (CARMONA MENDES, 2004, p. 41)

De qualquer modo, observa-se que, após a divulgação dos resultados obtidos pelos grupos de trabalho, começa a aparecer uma quantidade de literatura sobre o assunto, conforme explica Rodrigues (2008), ressaltando que o tempo solidificou esta prática arquivística, na arquivística espanhola. Todos os aspectos aos poucos se fixaram, de acordo com a legislação pertinente sobre sistemas de arquivo em todo o país, tendo como a maior expressão o Sistema de arquivos de Andaluzia, conclui a autora. Em consonância com a questão, Lopez Gómez (1998) menciona os objetivos constantes no projeto:

O controle da produção documental desde sua gênese até sua eliminação, a normalização dos distintos processos relacionados com a vida dos documentos, assegurar a planificação arquivística desde os arquivos correntes (normalização dos procedimentos e documentos, identificação de séries documentais, avaliação de séries documentais, que conduzirão as propostas de transferências avaliação documental, conservação/eliminação, acesso, classificação, ordenação, descrição e serviços) aperfeiçoar a qualidade do serviço prestado como unidades de apoio à gestão administrativas e assegurar uma correta tutela do patrimônio documental. (GÓMEZ, 1998, p.6).

Compreende-se assim que os objetivos do projeto, em sua redação final, estavam em conformidade com aqueles propostos desde a fase inicial.

Nesta perspectiva, entende-se que, de acordo, com a literatura pesquisada, o propósito deste projeto – que foi desenvolvido no âmbito dos arquivos municipais de Madrid - como compila-se na literatura do contexto de desenvolvimento desta metodologia, estes se centravam no sentido de apurar uma metodologia para a identificação e a avaliação dos fundos, conforme enunciado do próprio grupo:

A organização de um arquivo começa com o conhecimento da instituição que gerou seus fundos. Uma vez conhecidas a estrutura orgânica e as funções existentes na instituição podemos estabelecer as bases para a classificação e ordenação dos documentos (GRUPO DOS ARQUIVÍSTAS MUNICIPAIS DE MADRI, 1991, p. 492.).

Sendo assim, a identificação é a primeira fase da metodologia arquivística, do tipo intelectual, que consiste na pesquisa sobre gêneses do fundo, ou seja, “o sujeito produtor e seu objeto produzido” (MARTÍN-PALOMINO; TORRE MERINO, 2000, p. 42). Perante a definição do método, o Grupo concluiu seus trabalhos com os apontamentos:

A identificação de séries é imprescindível para a organização de arquivos e que a avaliação é fundamental para a atividade de eliminação; A seleção documental deve ser considerada como função básica para a organização do arquivo; A falta de espaço físico ou de pessoal não é motivo para que não haja eliminação; Sem um bom estudo das tipologias documentais é impossível eliminar com segurança; É necessária a criação de uma Comissão de Eliminação formada por produtores de documentos, arquivistas e usuários, mas coordenada por arquivista. Esses trabalhos foram publicados nas Atas das Primeiras Jornadas sobre Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas na Espanha em 1991, concretizando o conceito e a metodologia de Identificação, influenciando outros países, inclusive o Brasil. (GRUPO DOS ARQUIVISTAS MUNICIPAIS DE MADRID, 1991, p, 492, tradução nossa).

Logo, percebe-se que o conhecimento adquirido, quando da aplicação da identificação arquivística nos fundos documentais, é relevante para todo o processo da gestão arquivística. Esse conhecimento gera produtos e um deles é o Manual de Identificação Arquivístico, o qual acompanha o fundo influenciando o sistema de arranjo quando este ficar sob a custódia dos Arquivos Permanentes; servindo também para que o professor de história o utilize como base para futuras pesquisas em salas de aula.

Neste panorama, Rodrigues (2008) apresenta a seguinte reflexão acerca do conceito da identificação:

Trata-se da primeira fase do tratamento técnico, que tem por finalidade o tratamento de fundos (administrativos ou históricos) através do conhecimento dos elementos que constituem a série documental, para estabelecer os critérios de organização do fundo (estabelecimento do quadro de classificação e a ordenação de suas séries documentais) propondo as bases para a avaliação e descrição (RODRIGUES, 2008, p.53).

Para o tratamento dos fundos e o conhecimento dos elementos que constituem as séries documentais, segundo Pedro López Gómez (1998), é importante que se apoie na utilização do princípio básico da arquivística, pois o princípio da proveniência deve ser a diretriz básica para o tratamento dos fundos. De acordo com Molina Nortes e Leyva Palma (1996, p. 158) “Esta pesquisa é realizada em duas etapas e consiste na: Identificação do órgão produtor; no elemento orgânico; e no elemento funcional representado pelas funções”.

Nesta perspectiva, entende-se que o procedimento de identificação parte do estudo dos elementos constitutivos dos documentos, da relação destes com o ato que o gerou, do conteúdo que os ligam com as competências, funções e atividades e a relação posta com o órgão produtor. Compreende-se assim o conceito da base teórica da identificação arquivística.

Conforme Rodrigues (2008), para o estudo de órgão produtor, é necessário coletar dados que são obtidos através da própria documentação do órgão e da legislação, como a autora propõe:

[...] essas fontes podem variar de acordo com as características do fundo a ser tratado. O estudo dos documentos legais de órgãos públicos relacionados à sua estrutura e funcionamento, permite o conhecimento das competências, funções e atividades que ficaram registradas nos tipos documentais produzidos. Para completar os procedimentos de identificação de órgão produtor, pode ser necessária a realização de entrevistas com os responsáveis pelo desenvolvimento dos procedimentos administrativos do órgão que está sendo estudado (RODRIGUES, 2008, p. 71).

Neste sentido, percebe-se que a identificação fornece o aporte necessário para a gestão arquivística, sendo balizadora para o desenvolvimento e aprimoramento das funções arquivísticas de avaliação, classificação, descrição; interagindo e mantendo um diálogo desde a gênese até os processos de guarda ou eliminação. Carmona Mendo apresenta em seu texto a seguinte interpretação:

[...] interpolação entre os procedimentos arquivísticos e a função de identificação: Identificação e organização (classificação e ordenação) – a identificação possibilita a elaboração do quadro de classificação, elemento imprescindível na organização de um fundo; Identificação e avaliação – a identificação permite a avaliação das séries documentais: em relação a sua vigência, conteúdo informativo e interesse de pesquisa e em relação ao estabelecimento do calendário de transferências e conservação; Identificação e descrição – a identificação favorece a normalização dos instrumentos de descrição e o planejamento descritivo do fundo. (MENDO, 2005 p. 45).

Sendo assim, Rodrigues (2008) considera que a identificação do órgão produtor, funções e atividades perpassam o conhecimento gerado nesta fase, da identificação arquivística, se constituindo na informação base para os procedimentos técnicos arquivísticos, preponderantemente para a descrição documental arquivística. A qual acontece muito após o processo de criação documental e necessita destes dados para o seu processo elaborativo. Portanto, estes elementos gerados na aplicabilidade de identificação arquivística se tornam a base da descrição documental.

Neste viés, o diplomata, historiador e arquivista Paulo Otlet (1939) – que é um homem à frente do seu tempo - pregava que o termo documento não se restringia só a textos escritos abrangendo imagens, outros objetos e conhecimentos que fazem parte da constituição documental moderna e, que o objetivo dos tempos modernos em relação à documentação não é apenas o de autenticidade, mas principalmente a recuperação, organização e distribuição da informação que necessitou passar por tratamento; possibilitando meios potenciais de ser preservada e disponibilizada para acesso aos usuários que dela precisam, fato este que implica diretamente na função arquivística de descrição documental.

2.2.3 Descrição documental arquivística: Recuperando, preservando e disponibilizando documentos históricos nos arquivos permanentes.

As funções arquivísticas voltadas à gestão documental são divididas em sete: criação/produção, aquisição, avaliação, conservação, classificação, descrição e difusão. “[...] as funções devem ser abordadas de modo a cobrir o conjunto dos princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 265), “[...] exige que o arquivista apreenda, compreenda, estructure, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registrada de modo global antes de outra mais detalhada” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998 p.130).

Neste sentido, a descrição documental arquivística é a técnica arquivística que garante a compreensão total do conteúdo, localização conhecimento e preservação dos documentos de arquivo. Ou seja, é a tarefa mais impactante do fazer arquivístico, pois constitui a ligação entre os documentos arquivísticos e os usuários da informação. (BARROS, T.B., 2015). Acerca da palavra descrição é o que ela de um modo geral significa; a arquivista Antônia Heredia Herrera faz a seguinte aceção:

La palabra descripción, en términos amplios, es la enumeración de las cualidades y elementos fundamentales de una persona o de un objeto, de tal forma que la persona que la efectúa pone en conocimiento de otros los rasgos determinantes que identifican lo que se describe (HERRERA, A., 1991, p. 277).

Conforme aponta a autora (1991), pode-se entender a descrição como representar e elencar elementos que compõem um objeto, ou algo que será descrito para que outra pessoa tenha ideia do que se deseja comunicar.

Neste viés, Dunia Llanes Padrón indica a proveniência do termo descrição “[...] descripción proviene del latín descriptio – onis y es la acción y el efecto de describir. [...] siendo una de sus acepciones la de representar a personas o cosas [...] refiriendo o explicando sus distintas partes, cualidades o circunstancias”.

A descrição documental arquivística é reconhecida pelo termo de representação da informação; e a autora (2016) explica que “por lo tanto, si unimos ambos términos (“descripción” y “archivística”), haremos referencia a un proceso consistente en la “representación de los archivos”, [...] “la representación del contenido de los archivos” (LLANES PADRÓN, 2016, p. 17).

A necessidade da existência da fase de descrição arquivística no tratamento dos fundos arquivísticos reside na própria missão do arquivo que é a de servir ao usuário da pesquisa. A descrição arquivística, além de prover ao usuário a localização e o acesso ao documento procurado, tem a sua própria missão que é a de garantir a preservação e a integridade dos fundos documentais; é a etapa de pôr a documentação a serviço de quem dela necessite. (SANTAMARÍA GALLO, 2006).

Acerca dos significados da descrição documental arquivística, a arquivista Llanes Padron (2016) apresenta a seguinte definição: “La representación del contenido de los archivos, es decir de los documentos y sus relaciones con otras entidades archivísticas”. Neste viés, para Machado e Camargo (2000, p. 35) a descrição de documentos arquivísticos pode ser entendida como: “conjunto de procedimentos que a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos [...]” (PADRON, 2016, p. 17)

Enquanto que Heredia Herrera (1991) apresenta um conceito que, segundo ela, designa de uma forma geral a descrição documental arquivística como um fazer arquivístico e uma ferramenta colaborativa ao ensino de história:

La descripción es el puente que comunica el documento con los usuarios. En la cabeza del puente está el archivero que realiza una tarea de análisis que supone identificación, lectura, resumen e indización que transmite al usuario para que éste inicie la recuperación en sentido inverso a partir de los índices. (HEREDIA HERRERA, 1991, p.300).

Deste modo, nota-se que a descrição documental é uma tarefa árdua e que envolve o raciocínio de que o arquivista tem de conhecer bem os documentos e o fundo documental que está sendo descrito. Esta deve ser precisa, concisa e hierárquica, pois esta é uma tarefa que envolve outros atores como os pesquisadores, investigadores, historiadores, cidadãos ou outras instituições arquivísticas. Afinal, a descrição documental materializa o objetivo do trabalho do arquivista que é organizar, preservar e disponibilizar as fontes documentais.

Desta forma, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), “a descrição é o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

A descrição documental arquivística é a ponte que comunica as fontes documentais diretamente aos usuários, por isso sempre houve a necessidade de representar as informações, para facilitar a localização, historiografar as relações registradas nos documentos, rastrear

contextos históricos e preservar as fontes documentais. Neste sentido, Santamaría Gallo (2006) aponta duas grandes classes de representações da informação arquivística:

Forma simples ou composta: Relação topográfica, datas, conteúdos, etc., classificadas hierarquicamente (fundo-série-sessão) correspondentes a unidades de descrição. Descrição de instituições, pessoas, famílias, lugares, temas, et... que índices de acesso que remetem as fichas descritivas. (GALLO, 2006, p. 4)

Já quanto à idade em que o documento passa a ser descrito, Bellotto (2006, p. 291) entende que: “é função permanente nos arquivos de custódia [...]”. Em contrapartida, Lopes (2009) afirma que a descrição ocorre em todos os momentos de tratamento dos documentos, por ser uma atividade intelectual já que o seu propósito é a pesquisa e a difusão do acervo.

Percebe-se ser esta uma discussão contemporânea entre os teóricos da arquivologia, e está longe ainda de um consenso.

Neste contexto, Yeo (2016, p. 135) arremata com o presente acréscimo: “a descrição é tanto processo quanto produto [...], mas muitos de seus aspectos sempre foram temas de debate”.

Acrescenta-se que, por ter como função dar visibilidade aos fundos documentais, a descrição precisa atender as necessidades dos usuários da informação. Advém desse pressuposto, a necessidade de ser segura, concisa e que alcance o seu objetivo mais precioso: servir de apoio à pesquisa e ao historiador, a professores de história e aprendizes.

A descrição deve também atender as necessidades de pesquisa do cidadão comum, que por meio digital ou presencial realiza sua pesquisa nos arquivos. Neste viés, Heredia Herrera (1991) expressa o seu ponto de vista pela seguinte ótica:

La descripción es necesaria tanto en un archivo administrativo como en un archivo histórico, aunque su práctica pueda presentar algunas variantes. La descripción, en definitiva, es el medio utilizado por el archivero para obtener la información contenida en los documentos y facilitarla a los usuarios. (HERRERA, 1991, p.300)

Desta forma, pensa-se que a autora Herrera (1991) manifesta seu discurso com propriedade e clareza; e declara-se a favor de uma descrição mais abrangente, pontuando que esta é uma atividade imprescindível em todo o tipo de documentação. Sob outra ótica, Barros (2015) expõe seu entendimento a respeito da descrição e da sua normalização:

A descrição é uma função fundamental para a metodologia de tratamento dos arquivos. Não à toa, em sua perspectiva moderna, essa será a primeira função a ser normalizada. A normalização da descrição significa, em uma perspectiva do discurso positivo, um passo à frente rumo à sua cientificidade e à caracterização da Arquivística enquanto uma disciplina do saber. (BARROS, 2015, p. 222)

Percebe-se que, com a evolução dos processos arquivísticos, surgiu a necessidade de padronização e normalização de conceitos e de procedimentos descritivos; e, deste modo, as normas arquivísticas de descrição arquivísticas foram sendo criadas, tendo como objetivo a normalização descritiva.

Cumprir mencionar que, de acordo com Ambrozewicz (2003 p. 87), “Padrão é um documento estabelecido por consenso para simplificar e unificar” e a padronização é uma “atividade sistemática de elaborar e utilizar padrões” enquanto que normas são “Regra, base ou medidas estabelecidas”. Segundo o autor (2003), as normas partem do teórico para o prático e, quando se segue um padrão, se responde mais fácil ao cumprimento das atividades.

Sobre a questão do evoluir da arquivística, Llanes Padrón (2012, p. 55) pondera que: “Desde sus Orígenes, la archivística ha estado por la obligación de responder a la necesidad de las personas .de consultar y acceder a los documentos de los archivos”.

Neste contexto, as definições de descrição documental arquivística existentes antes da normalização descritiva Internacional são similares em três elementos, que sempre foram contemplados em todos os conceitos: atividade realizada, finalidade desejada e o resultado obtido.

Como se pode se constatar no Quadro 4; onde os autores têm definições similares, porém percebe-se que os conceitos de descrição arquivística apresentam como finalidade máxima, apenas produzir instrumentos de pesquisa, ou seja, os índices, guias, catálogos e inventários.

Quadro 4: Finalidades das atividades descritivas anteriores à normalização

Autores	Atividade	Finalidade	Resultado
Schellenberg		Acesso aos fundos	Instrumento de investigação
Basic glossary for archivists and records managers		Controle intelectual dos fundos	Instrumentos de descrição

Dicionário de terminologia arquivística – CIA		Controle e consulta aos fundos	Instrumento de busca
Dicionário de terminologia arquivística Espanha		Conhecimento e consulta aos fundos	Instrumento de consulta
Heredia Herrera	Análise e representação documental	Identificar, localizar e recuperar informações	Gestão e investigação

Fonte: A autora (2021), baseada em LLANES PADRÓN, D. (2012)

Percebe-se que, antes da normalização das atividades descritivas, o propósito das atividades descritivas era gerar instrumentos de pesquisa, prover acesso e controle dos fundos. Após a concepção da Norma Geral de Descrição Arquivística- ISAD (G), a primeira norma criada, as finalidades da descrição arquivística tomam outros delineamentos sob a perspectiva de outros parâmetros, como se nota no Quadro 5.

Quadro 5: Finalidades das atividades descritivas posteriores a ISAD (G)

Normas/Obras	Atividades	Finalidades
Manual Francês	Representar unidades de descrição exatas e concisas	Identificar, gerir, preservar e localizar
Standards for Archival description	Capturar, recolher, analisar e organizar a informação	Identificar, gerir, preservar, localizar e interpretar contextos e sistemas
RAD	Capturar informação normalizada de unidades de descrição	Explicar, estruturar e preservar funcionalmente o conteúdo dos documentos
ISAD (G)	Representar unidades de descrição	Identificar, gerir, preservar, localizar e explicar documentos e contexto.

Fonte: A autora (2021) baseada em LLANES PADRÓN, D. (2012)

Após a normalização, as atividades e finalidades descritivas passaram a ser a representatividade das unidades de descrição, primando por uma descrição clara e concisa. Percebe-se que as atividades descritivas contemporâneas devem cumprir a função de preservação e acessibilidade.

Todavia, esse processo de normalização inicialmente não foi bem aceito pela comunidade arquivística, como lembra Llanes Padron, (2016, p. 60) “Durante mucho tiempo los profesionales del área no aceptaban la idea de normalizar los procesos archivísticos, mucho menos la descripción”.

Contudo, a autora (PADRON, 2016, p. 60) acrescenta que “[...] el desarrollo económico [...]; la expansión de las tecnologías de la información [...]; y la diversificación de los perfiles de los usuarios fueron, [...] determinantes para poner fin a viejas discusiones relacionadas con la normalización de los procesos archivísticos”.

Neste contexto, de uma busca pela normalização arquivística, tem-se que um dos primeiros trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA remonta aos anos setenta, quando da publicação de muitos glossários e dicionários com referência à normalização de diversos instrumentos de descrição. Nos anos 80, apareceram os primeiros textos normativos, entre eles o Archive, personal papers and manuscripts – (APPM) nos Estados Unidos; o Manual of Archival Description (MAD) do Reino Unido; Rules of Archival Description- (RAD). (LLANES PADRÓN, 2016).

Deste modo, percebe-se que, desde que a obra basilar para a descrição arquivística: o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos foi publicada em 1898, pela Associação de Arquivistas Holandeses, a descrição se tornou uma das primeiras e fundamentais ferramentas de busca e identidade de um acervo.

De acordo com Fonseca (2005), esta obra é entendida como um marco da arquivologia moderna, pois, a partir de sua publicação, principiou-se a normalização para as atividades descritivas nos arquivos. Enquanto que Andrade (2010), a respeito do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, menciona que:

O Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído aquele descritor. Citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental

para o geral até a descrição das unidades específicas do acervo. A importância desta obra resultou na sua tradução para diversos idiomas como o Alemão (em 1905); o Francês (em 1910), Inglês e Italiano (em 1908), Português (em 1960) [...] (ANDRADE, 2010, p. 28, 29).

Segundo Santos (2015, p. 19), “[...] decidiu-se definir o “manual Holandês” como o marco da sistematização da área”. Enquanto que Barros (2010, p. 23) contribui com o seguinte enunciado “a contribuição do mesmo foi articular os principais princípios e regras relacionados à natureza e ao tratamento dos arquivos”.

Nota-se assim que o Manual Holandês foi desenvolvido com a intenção de ser uma obra norteadora, para as atividades descritivas, apresentando regras práticas para esta função, e propiciando assim uma normalização desta atividade; fato, este, que gerou outros manuais e as recentes normas descritivas desenvolvidas pelo CIA. Destarte Lopes (2009) frisa que: “[...]utilizamos este Manual como referência, mesmo não tendo mais valor prático, por seu pioneirismo em sistematizar e difundir em vários países e línguas as práticas de organização de documentos. (LOPES, 2009, p. 27). Uma importante contribuição do Manual Holandês, segundo Barros (2010), foi a ponderação acerca das definições do princípio da proveniência, que já existia, porém, desde os tempos de “Natalis de Wailly, o Manual acrescentou explicações teóricas, que o definiram como um conceito intelectual.

Existem outras obras que também contribuíram para a normalização das funções arquivísticas, dentre elas Barros (2015) menciona:

[...] Manual de Hilary Jenkison de 1992 – espécie de atualização e reconsideração a respeito do livro de Feith, Muller e Furin-, e os trabalhos de Schellenberg relacionados a esse manual são responsáveis, dentre outros, pela construção das noções de classificação, avaliação e descrição de arquivos, em diferentes níveis [...] (BARROS, 2015, p. 100-101).

Entre as diversas iniciativas de normalização da arquivística, surgiram obras direcionadas a padronizar os diversos procedimentos arquivísticos; de forma geral, cita-se dentre outras, as obras de Vicenta Cortés: Manual de Archivos Municipales de 1982, Arquivística: Estudos básicos de 1983 e a obra de Heredia Herrera: Manual de Instrumentos de Descripción Documental de 1982. Já no Brasil, dentre os diversos Manuais de normalização dos procedimentos arquivísticos, cita-se os manuais: Manual para identificação de acervos documentais e o Manual de Levantamento da Produção documental, de acordo com Barros (2015).

O movimento em defesa da normalização nos Estados Unidos foi conduzido por arquivistas que trabalhavam nas Universidades e que, portanto, estavam acostumados a usar normas como de catalogação Anglo-American Cataloguing Rules, o formato Machine Readable Cataloguing e a Society of American Archivists, que sempre lutou pela padronização nos Estados Unidos, conforme Oliveira (2012).

Por um lado, Yeo (2016) menciona que, desde que as normas descritivas foram publicadas, não houve um consenso por parte da comunidade arquivística em relação a esta grande quantidade de normas promulgadas. O que o autor (2016) demonstra de forma clara em seu comentário:

A promulgação de Descrição de Arquivos: Norma de conteúdo (DACS em inglês), dos Estados Unidos, e a terceira edição do Manual de Descrição Arquivística (MAD em inglês) do Reino Unido representam uma tentativa de alinhamento mais próximo com a ISAD (G) do que seus antecessores. (YEO, 2016, p 144)

Por outro lado, Tognoli (2010) menciona que, a partir do estabelecimento do princípio da proveniência, a reformulação dos conceitos e princípios se fizeram necessárias para atualizar as práticas arquivísticas na época; e assim os manuais e a normalização foram surgindo.

Em 1983, um trabalho cooperativo entre os Arquivos Nacionais e as Associações Profissionais do Canadá formou o Bureau of Canadian Archivists (BCA), que idealizou e apresentou uma análise das atividades arquivísticas. Este foi publicado em 1985, e em 1987 foi constituído o Planing Committee on Descriptive Standars composto por dois representantes de cada associação e um observador dos arquivos nacionais, configurando-se assim em mais uma norma descritiva, de acordo com Oliveira (2012).

Deste modo, nota-se que o caminho da normalização dos processos das atividades arquivísticas, nos mais diversos momentos, estava sempre na pauta dos grupos. Isso ocorreu, porque sempre houve essa necessidade de se ter uma padronização nos serviços, para que arquivistas de todas as nacionalidades e oriundos de todas as academias praticassem e compartilhassem seus trabalhos fundamentados de forma uniformizada e, assim, entendida por todos.

Neste sentido, Oliveira (2012) cita que: O conselho Internacional de Arquivos entrou na discussão no final dos anos 80. Em 1989, uma comissão ad hoc foi criada com

representantes dos seguintes países: Portugal, Suécia, Espanha, Malásia, Reino Unido, França, Canadá e os Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2012 P. 14).

Seguindo esse viés, no fim da década de 80 e início dos anos 90, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) começou um movimento internacional de normalização em vários Países, que culminou com as publicações das quatro normas de descrição (LLANES PADRÓN, 2016).

Deste modo, em 1992, foi publicada a Norma Internacional de descrição Arquivística – ISAD (G), e em 2000, sua versão atualizada. Esta norma baseia-se em uma descrição multinível, com vinte e seis elementos descritores, sendo seis obrigatórios. (LLANES PADRÓN, 2016).

Enquanto que a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e família – ISAAR (CPF) foi desenvolvida entre os anos de 1993 e 1994, publicada em 1996, e revisada em 2002. Esta tem 27 elementos descritores com quatro elementos obrigatórios e quatro áreas de informação voltadas para a descrição de entidades coletivas, famílias e pessoas. (LLANES PADRÓN, 2016).

A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH, que foi publicada em 2008, possui trinta e um elementos descritores com três elementos obrigatórios e seis áreas de informação. A Norma Internacional para Registros de Funções – ISDF foi também publicada em 2008 com vinte e três elementos descritores e três elementos obrigatórios. (LLANES PADRÓN, 2016).

A publicação da norma ISAD (G) conta com um adendo autorizando e recomendando que cada País adaptasse a norma de acordo com sua realidade. Nesta perspectiva, o Brasil, em 2006, publicou a sua Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, composta por vinte e oito elementos descritores, sete elementos obrigatórios e oito áreas de informação. (LLANES PADRÓN, 2016).

A norma brasileira toma como premissa os fundamentos básicos da ISAD (G), portanto, leva em consideração o respeito aos fundos, e uma descrição multinível e do geral para o particular, informações relevantes para o nível de descrição, relação entre descrições, não repetição de informações. Os níveis de descrição são: 0- entidade custodiadora; 1- fundo ou coleção; 2- seção; 3- série; 4- dossiê; 5- item documental. (NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, 2006, p.10). A respeito da descrição multinível, Heredia

Herrera (1991) considera que:

Estos niveles guardan una relación estrecha con las agrupaciones Documentales [...] estableciéndose un paralelismo entre ambos. Esta relación no es otra cosa que la consecuencia de que el objeto de la descripción son los documentos o sus agrupaciones. Con esas agrupaciones, qué a tratamos de adejar identificadas se pueden establecer tres apartados, (Heredia Herrera, 1991, p. 305).

Percebe-se, então, que a normalização da descrição já está incorporada ao cotidiano arquivístico, porém se observa que está longe de ser um consenso na área e até mesmo a descrição multinível ainda encontra divergências.

E assim, neste contexto, novas normas vão surgindo, portanto, “Para codificar instrumentos de pesquisa normalizados em meio digital indicamos um fato denominado Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) que é baseada em uma tecnologia denominada XML (ANDRADE, 2007, p. 85)”. Enquanto que Llanes Padrón (2016, p. 138) corrobora acrescentando os “EEUA fue el creador e impulsor da EAD”.

Neste sentido, além da norma para documentos digitais, Daniel Flores e Dhion Hedlund (2014) apontam que:

Neste contexto os repositórios digitais vêm desempenhando um papel importante na construção de um espaço arquivístico digital responsável pela guarda confiável de documentos digitais, entretanto, é fundamental que se criem medidas para incorporar os critérios arquivísticos nesse novo ambiente. Da mesma forma, o acesso aos documentos armazenados deve estar firmado em descrições sólidas e consistentes. (FLORES, D, HEDLUND D. C., 2014, p. 2)

Percebe-se que, para documentos tanto natos digitais como para os digitalizados, além da Norma EAD-DTD, há que se percorrer outros caminhos. Nesse contexto, Flores (2016) aponta novos parâmetros e pressupostos, como requisitos para a garantia da autenticidade e preservação desses documentos:

Cadeia de custódia: Conceito jurídico, de guarda, de proteção, principalmente pela complexidade, especificidade e fragilidade dos documentos digitais então é fundamental e complementar. Cadeia de Preservação, esta segunda, focada nas atividades de produção, manutenção, avaliação e preservação digital em todo o ciclo de vida. Os documentos arquivísticos digitais – DADs são complexos, específicos e suscetíveis a adulterações não autorizadas. Documento autêntico: documento que teve sua identidade e integridade mantidas ao longo do tempo. Documento autêntico digital: Documento que mantém sua cadeia de custódia e de preservação - Repositório Arquivístico digital: Um repositório digital de documentos arquivísticos é um repositório digital que armazena e gerencia esses documentos [...] como tal esse repositório deve: gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, especificamente relacionados à gestão

documental, descrição arquivística multinível e preservação; Resguardar as características do documento arquivístico em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos. (FLORES, 2016, p.28, 29, 32,37)

Afinal, a arquivística a contemporânea tem como um de seus principais desafios a adaptação aos critérios normativos, das atividades descritivas, o que significa um passo rumo à cientificidade e à caracterização da Arquivística enquanto uma disciplina do saber. (FERNANDÉZ, 1999). Neste sentido, pensa-se que a descrição arquivística gera um produto chamado instrumentos de pesquisa, portanto uma descrição de qualidade também originará instrumentos de qualidade o que é essencial para a difusão do acervo.

De forma geral, os instrumentos de pesquisa tornam-se uma forma de referência aos documentos do acervo; e são entendidos como ferramentas essenciais ao fazer arquivístico, pois servem para identificar, localizar, resumir e transcrever documentos como também para orientar os usuários da informação (BELLOTTO, 2014). A autora ressalta que:

Os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa para o como e o onde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico, é a localização dos testemunhos. Ir da análise crítica do material documental até a síntese e interpretação é o caminho a seguir. Ora, aquele pré-conhecimento das fontes, isto é, o detectar o material de interesse, é dado aos historiadores pelos arquivistas, através dos chamados instrumentos de pesquisa. Constituem-se eles em vias de acesso primeiro ao documento custodiado pelos arquivos permanentes, agindo como desencadeadores da pesquisa[...] (BELLOTTO, 2014, p. 291)

Constata-se, assim, a importância das atividades descritivas nos arquivos e de seus produtos os instrumentos de pesquisa, percebe-se a sua real utilidade nas funções a que se destinam, organizar, as fontes documentais em seus fundos originários, preservar a integridade das fontes, evitando manuseio desnecessário, e disponibilizar o acesso às fontes documentais de maneira segura e o menos evasiva que for possível.

Por um lado, conforme Heredia Herrera (1991, p.300), “Los instrumentos de descripción son las representaciones de los documentos o de sus agrupaciones, por cuanto los transforman mediante una forma distinta de la original”. Percebe-se a relevância dos instrumentos de pesquisa e o quão cuidadoso e zeloso deve ser o arquivista nesta prática.

Por outro lado, de acordo com cada um de nossos objetivos, existe um instrumento

de pesquisa diferente para o cumprimento de nossas expectativas; em vista disso, o arquivista deve ser pontual naquilo que deseja transmitir ao usuário e que melhor representará o acervo descrito (HAGEM, 2003). Cabe destacar a observação apresentada por BELLOTTO (2014):

Há toda uma hierarquia dos instrumentos de pesquisa. Sua elaboração deve ser sucessiva, indo dos gerais aos parciais. Pela necessidade de se fornecer, antes de qualquer particularidade, uma visão geral dos fundos do arquivo, seus serviços e possibilidades de acesso [...] (BELLOTTO, 2014, p. 282).

De acordo com a autora (2014), nota-se que os instrumentos de pesquisa são ferramentas que servem tanto para o acesso como para o controle do acervo, por isso há necessidade da hierarquia e de se atentarem às particularidades e singularidades do acervo. Os instrumentos de pesquisa mais usados são guias, inventários, catálogos, catálogo seletivo e índice (LOPEZ, 2002). Neste sentido, sobre o guia, Bellotto (2014, p 282) apresenta a seguinte descrição: “O projeto do guia não deve afastar-se da necessária abrangência de informações sobre o arquivo, seja enquanto instituição [...], seja enquanto acervo [...]”.

Enquanto que inventário é “instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica [...]”. (BELLOTTO, 2006, p. 197). Neste contexto, sobre os catálogos e os índices, Lopez (2002) afirma que: “os catálogos e índices constituem instrumentos voltados para a localização específica de unidades documentais”.

Assim, catálogo, segundo Bellotto (2006, p. 202), “É o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação”.

Enquanto que catálogo seletivo é: “instrumento de pesquisa que traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente”. (BELLOTTO, 2006, p. 212)

Já o índice é “uma lista alfabética e eventualmente cronológica de nomes de pessoas, lugares ou assuntos contidos em uma ou mais unidades arquivísticas”. (BELLOTTO 2006, p. 214). Deste modo, Bellotto (2014) pondera que: “Para a padronização de editoração de instrumentos de pesquisa, há as normas preconizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos”.

Em outro prisma, observa-se que instrumentos de pesquisa são ferramentas que contribuem para a difusão do acervo e podem ser impressos ou utilizados apenas no meio

digital (LOPEZ, 2002). Nota-se, então, que a normalização da descrição e conseqüentemente dos instrumentos de pesquisa se configuram em instrumento útil e moderador para o arquivista contemporâneo.

As funções arquivísticas são ações essenciais à organização dos arquivos; estas -que tem como premissa divulgar um acervo - são a difusão, e estão relacionadas com a acessibilidade, difundindo e permitindo acesso aos documentos e às informações. Além disso, cabe acrescentar que a difusão está atrelada à descrição documental, fundos documentais organizados e descritos de forma apropriada que permitem que o acervo seja disponibilizado e suas fontes consultadas. (SANTOS, 2012)

Neste contexto, Paes (2004, p. 20) corrobora argumentando que a “função básica de um arquivo é tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda”. Desta forma, considera-se que a difusão pode ser entendida como uma das prioridades ao arquivista contemporâneo, pois é esta função que permite visibilidade aos acervos, expondo à sociedade toda a riqueza do patrimônio documental que o arquivo possui.

Enquanto que Blaya Perez (2005, p. 7) acrescenta “a difusão é a divulgação do ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição, assim como os serviços que esta coloca à disposição de seus usuários”.

Percebe-se assim que é preciso estar atento aos novos paradigmas em relação aos usuários da informação; um fator preponderante foi a criação da Lei de Acesso à informação - LAI, a qual possibilitou a ampliação da demanda por informação. E, conseqüentemente, o arquivista precisa estar preparado para atender este novo perfil de usuário que é exigente e sabe do que precisa.

Neste viés, Bellotto (2014, p.133) corrobora, afirmando que: “As novas funções têm a ver com cidadania, com a aproximação da população de sua identidade cultural e de seu patrimônio histórico” e mais adiante acresce “Trata-se do uso popular do arquivo, especificamente do arquivo histórico como detentor que é do patrimônio documental comum da sociedade na qual se insere” (BELLOTTO, 2014, p. 133).

Enquanto Cruz Mundet (1994, p. 73) aponta que “La difusión de la información que debe ser precisa y rápida, exige de los profesionales la elaboración de instrumentos de información documental [...]”.

O autor preocupa-se com a construção dos instrumentos de pesquisa, o que se pensa deve ser a primeira providência do arquivista em relação à divulgação de qualquer acervo. Antes de pensar em atividades de divulgação, deve-se pensar nos instrumentos de pesquisa, os quais devem ser originados sob a metodologia de identificação arquivística. Pois, assim, trarão confiança ao arquivista na hora de expor seu acervo. Neste viés, Bellotto (2014) propõe a seguinte argumentação:

As atividades e as funções básicas de um arquivo são: reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos que dele fazem parte. Ao cumprir adequadamente essas funções, os arquivistas possibilitam que os arquivos em que atuam possam responder aos seus objetivos fundamentais de servir à administração, ao direito à cidadania e à historiografia (BELLOTTO, 2014, p. 133). Neste sentido, Rousseau e Couture (1998) ponderam que a difusão é uma função relevante no sentido de que se torna um instrumento de propagação do acervo. Deste modo, segundo Bellotto (2014) apud Heredia Herrera (1998):

[...] em publicação recente resume as vantagens de uma planificação descritiva, afirmando que ela é sintomática de uma boa organização; que ajuda a conservação dos fundos; que facilita o acesso aos documentos; que favorece o controle por parte do arquivista; que economiza horas de trabalho do pesquisador; que reduz o desnível entre a demanda dos pesquisadores e a oferta de arquivistas; que agiliza a administração da instituição produtora (HEREDIA, 1988, p.24-30, apud BELLOTTO, 2014, p. 288).

Deste modo, percebe-se que a descrição documental arquivística e seus produtos, os instrumentos de pesquisa, ao se valerem da diplomática como fundamentos para a representação dos documentos, com suas características conceituais e práticas, se tornam vetores essenciais ao trabalho de pesquisa. Principalmente quando estes ainda estão desenvolvendo suas habilidades de pesquisador como é o caso de alunos, predominantemente os alunos dos cursos de história que ainda não dominam suas capacidades de compreensão das fontes históricas. (BARROS, 2015).

Cumprir destacar que, ao se valer da metodologia de identificação arquivística e da diplomática na arquitetura da construção das atividades descritivas e em seus produtos, foram criadas ferramentas de apoio pedagógico ao ensino prático de história.

Pois, mesmo sem olhar o documento, um instrumento de pesquisa preciso e correto permite entender os elementos formais, contexto, conteúdo, proveniência, vínculos com seus

pares, onde, para que é por quem foi produzido, sua proveniência, historiografia, integridade física, táticas de conservação, tramitação, datação, dentre outros elementos.

O que leva o pesquisador aluno e o pesquisador professor a desenvolverem ou ampliarem suas competências informacionais. (RODRIGUES, 2008), (GASQUE, 2013), (BELLOTTO, 2014).

2.3 História e os espaços arquivísticos: um espaço de ensino/aprendizagem

De acordo com Natália Bolfarini Tognolli 2014, este relacionamento entre os arquivos, os arquivistas e os historiadores sempre foi próximo e interativo, haja vista que no contexto histórico entre os séculos XVII e XVIII as intuições arquivísticas eram guardiãs dos diplomas. Ou seja, o objeto de pesquisa dos diplomatas, que eram os historiadores deste período. (Falta alguma palavra!!) Neste sentido, a autora relata que:

Esses em sua maioria ligados à igreja buscavam por meio dos estudos dos documentos e diplomas contarem a história de suas ordens e defendê-la com todas as suas forças e argumentos possíveis. Neste sentido, era quase uma obrigação moral dedicar uma parte de suas obras àquelas instituições tão importantes. (TOGNOLLI, 2014, p. 38).

Assim, percebe-se também que os historiadores foram os primeiros professores da arquivística. Sob esta perspectiva, Marc Bloch (2002) acentua a participação de historiadores que se projetaram nesta época tratando da questão da crítica diplomática:

[...] Papembroeck — que, embora se enganasse sobre documentos, não deixa de ter seu lugar, na primeira fila, entre os fundadores da crítica aplicada à historiografia —, 1628; Mabillon, 1632; Richard Simon, cujos trabalhos predominam nos primórdios da exegese bíblica, 1638. Acrescentem, fora da coorte dos eruditos propriamente ditos Espinosa — o Espinosa do Tratado teológico-político, essa pura obra-prima de crítica filológica e histórica —, 1632 também. [No sentido mais correto da palavra,] é uma geração cujos contornos ainda se desenhavam diante de nós, com uma espantosa nitidez. (MARC BLOCH, 2002, p. 85).

Cumprir enfatizar que, por um lado, neste momento, o documento era entendido como um diploma que é definido por (Tessin; Toustain, 1750-1765 apud Tognolli 2014, p. 38, tradução da autora) como “o testemunho mais incorruptível do direito humano”.

Distingue-se, por outro lado, que o documento da historiografia era percebido

também sob outro prisma de acordo com as palavras de Marc Bloch (2002):

Os documentos manejados pelos primeiros eruditos eram, no mais das vezes, escritos que se apresentavam por si só ou que eram apresentados, tradicionalmente, como de um autor ou época dados; que contavam deliberadamente estes ou aqueles acontecimentos. Diziam a verdade? Os livros qualificados de "mosaicos" são realmente de Moisés? [E de Clóvis, os diplomas que trazem seu nome?] O que valem os relatos do Êxodo? Aí reside o problema. Mas, à medida que a história foi levada a fazer dos testemunhos involuntários um uso cada vez mais frequente, ela deixou de se limitar a ponderar as afirmações [explícitas] dos documentos. Foi-lhe necessário também extorquir as informações que eles não tencionavam fornecer. [...] (BLOCH, 2002, p. 89).

Logo, percebe-se que certezas e dúvidas nesta época pairavam sob os documentos e, como também sob as narrativas historiográficas. Porém, o documento, desde a publicação, de *ré Diplomatique* do frei Mabillon, adquiriu outra significância, pois podia ser criticado e receber o selo de autenticidade ou não.

Já numa perspectiva um pouco mais recente, refletindo acerca das definições de documentos arquivísticos, Durante e Macneil ponderam que:

No cerne da diplomática está o entendimento que todo documento arquivístico pode ser analisado, entendido e avaliado em termos de um sistema de elementos formais que são universais e descontextualizados por natureza [...] o documento arquivístico pode deve ser identificado nestes termos e não pela informação que ele contém [...] (DURANTI; MACNEIL, 1996, p. 49)

Identifica-se assim que os preceitos diplomáticos perduram até hoje e estão presentes até nas definições de documentos arquivísticos. Em outro viés, tratando-se das instituições arquivísticas e custodiadoras dos documentos arquivísticos, pode-se dizer que estas, inicialmente, à época de Dom Jean de Mabillon, estavam direcionadas a serem guardiãs dos documentos ali depositados de forma a preservar seus caracteres de autenticidade. Por isso, nota-se que estas instituições tinham por vocação serem depósitos dos tesouros públicos, ou seja, dos diplomas.

De acordo com Tognolli (2015), o final do século XVIII e o início do século XIX são marcados por terem sido períodos importantes na construção da história e de suas ciências auxiliares.

Neste sentido, Lucia M.B. do Nascimento (2009, p. 101) faz o seguinte esclarecimento acerca da imbricação da diplomática e da história:

A literatura examinada aponta para o progresso ou desenvolvimento não só a ciência, até então estabelecida no século XVIII, como também para o seu programa de estudo escolar, principalmente no campo da história, cujo uso dos fundamentos e métodos da “crítica documental” Diplomático se dá para responder as exigências de conhecimento técnico acerca das distintas classes e tipos de documentos históricos. No entorno da história, a diplomática faz parte das “ciências auxiliares” que contribuem para o conhecimento do historiador, juntamente com a paleografia e a cronologia. (NASCIMENTO, 2009, p. 101).

Nascimento (2009, p. 101) esclarece que a citação acima quando menciona sobre o estudo escolar refere-se à *École des Chartes* criada na França no ano de 1821 que “aparece como marco na orientação do ensino institucional dos estudos diplomáticos, favorecendo o seu “reflorescimento”, expresso como ciência em tratados e manuais de divulgação em diferentes escolas”.

Primeiramente, cumpre salientar que, de acordo com Gui Bourdê e Hervé Martin (1983, p. 9), na França, a história era percebida da seguinte maneira: “[...] a história ocupa uma posição estratégica na encruzilhada das ciências humanas e oferece a imagem de uma disciplina que atingiu a idade da maturidade, baseando-se numa sólida tradição [...]”. Percebe-se desta maneira que a história, ao longo do tempo, esteve sempre em lugar de destaque.

O historiador Román Blanco (1978, p. 5) considera que a *École de Chartes*, “ao tratar das técnicas de pesquisa do historiador, denomina de documentos históricos, em sentido lato, todos aqueles materiais históricos legados pelas gerações passadas. Ex. um pergaminho, uma estátua, uma moeda”.

Enquanto Galloway (2006) destaca que, baseada em um projeto de Napoleão Bonaparte, a *École Nationale des Chartes* foi fundada na Paris de 1821, tendo por finalidade educar e capacitar jovens para organizar os depósitos de documentos confiscados no período da revolução e, assim renovar a história nacional. A escola tornou-se um modelo copiado em toda a Europa, onde os professores eram os historiadores que formavam arquivistas, paleógrafos e diplomatas.

Galloway (2006) salienta que na Alemanha o sentimento de nacionalidade e patriotismo levou os historiadores da época a fundarem sociedades, institutos e anais para a crítica das fontes documentais e estudos dos documentos antigos, principalmente aqueles ligados à idade média.

Sobre esse período histórico com foco na educação histórica da época, Natália Tognolli (2014) tece o seguinte comentário:

Todo esse movimento de edição e publicação de fontes para o estudo da história na Alemanha, notadamente a partir da criação da sociedade foi chamado de Monumenta Germaniae Historica (MGH) e, ainda hoje se concentra na crítica e edição dos documentos do final do império Romano até 1.500. (TOGNOLI, 2014 p. 46)

Entretanto, na Áustria, segundo Galloway (2006), o ensino de qualidade não encontrava espaço para se firmar. Portanto, a pesquisa científica própria na Áustria não se desenvolvia, fato que contribuiu para originar a chamada revolução austríaca. Deste modo, Tognoli (2014) faz o seguinte acréscimo:

A revolução austríaca foi um fator decisivo para uma mudança nos rumos dos estudos universitários desenvolvidos até aquele momento, permitindo uma maior concentração da pesquisa em âmbito universitário, com maior liberdade de ensino, aproximando este da pesquisa, assim como uma maior autonomia da história. Essa reforma universitária foi executada por Teo Thun Hohenstein que contratou professores alemães, baseando-se no sistema de ensino das universidades da Alemanha. (TOGNOLI, 2014, p. 46).

Neste sentido, pode-se dizer que o apoio da Alemanha e, mais especificamente os historiadores alemães foram, de certa forma, colaboradores no desenvolvimento do ensino e da pesquisa científica em solo Austríaco.

Como completa Hartel (2006), abordando os seguintes pontos sobre o antigo ensino de história e suas velhas perspectivas:

Assim o historicismo pôde entrar na Áustria, mas nessa nova pátria, teve que desenvolver-se com uma conotação mais positiva. A filosofia da história por sua vez, não foi considerada um tema e até 1921 ainda eram disponibilizados apenas manuais de origem alemã. O velho ensino de história geral foi pouco a pouco dividido e, assim, o medievalismo pôde ser ensinado por especialistas. As ciências auxiliares se dividiram e o que permanece sob essa denominação esteve sempre mais ligado ao medievalismo, e o resultado desse desenvolvimento é visto ainda hoje. (HARTEL, 2006, p. 856)

Percebe-se que, neste contexto de reformas e revoluções, os historiadores passaram por problemas para expor suas ideias, para tanto buscaram apoio nas ciências auxiliares; de acordo com Hartel (2006), fato, este, que alavancou o desenvolvimento dos arquivos no País.

Neste ambiente foi fundado o Institut Fur Osterreicherung Geschichtsforschung (IOG) baseado no movimento positivista e no estudo crítico dos documentos do passado, através das ciências auxiliares.

Sobre o IOG, Breslau (1998) nos apresenta o seguinte aporte esclarecendo que:

Baseando-se no modelo da École des Chartes em Paris o IOG foi criado em 1854, como uma escola que tinha por objetivo estudar a história austríaca sendo os estudos da premissa indispensável. Chamado para a direção do instituto o alemão Theodor Von Sickel (1826- 1908) logo o transformou em um centro de referência para os estudos das ciências auxiliares principalmente da diplomática. Não podendo dedicar-se aos estudos históricos Sickel voltou-se aos estudos diplomáticos, alcançando um nível jamais visto desde a publicação da obra de Mabillon, tirando nossa ciência do ciclo vicioso no qual vivia. (BRESLAU, 1998, p.44)

Acerca da escola francesa, Jole Mazzoleni (1970) acrescenta que a École des Chartes contava com obras relevantes como as escritas por Breslau e Paoli, notáveis educadores. O autor acentua a relevância das obras dos historiadores Jean Marie Joseph Arthur Giry (1848-1899) e Georges Tessier (1930-1960). Mazzoleni (1970) destaca que a publicação do historiador Giry o “Manuel de Diplomatique (1894) ” resgatou na época a importância dos estudos diplomáticos, pondo em evidência a escola francesa e seus historiadores.

Segundo Mazzoleni (1970), o historiador e professor da escola francesa Charles Langlois, ao analisar criticamente a obra de Giry (1894), salienta que este manual é pedagógico tanto por ensinar diplomática geral e especial, diplomática inglesa, artes dictaminis e formulários, diplomática nos séculos XIII e XIV como também por expor conteúdo. Outro ponto enfatizado por Langlois, sobre o manual de Giry, que é significativo para o desenvolvimento proeminente da diplomática, foi a recomendação para o reconhecimento e identificação de nomes de pessoas e de lugares.

Como crítica ao manual, segundo Mazzoleni (1970), Langlois aponta o capítulo dedicado à paleografia que, segundo ele, não deveria fazer parte deste; e a cronologia apresentada no livro. Um ponto importante da análise crítica realizado por Langlois é a pertinência do elemento datas, o qual pode ser estudado de duas formas: pelo estudo da interpretação dos elementos cronológicos que as compõem e pelo estudo das fórmulas utilizadas para redigi-las.

Langlois (1894) acrescenta que no estudo das fórmulas, o qual é natural para o diplomata trabalhar, o propósito da redação e o estilo dos atos são provenientes do domínio da diplomática. Esta observação, segundo o historiador e arquivista Paul Otlet (1934), que também resenhou o manual de Giry, torna-se pontual na medida em que esta visão atualizada permite acompanhar a evolução da forma e redação dos documentos diplomáticos e da concepção de documento como um todo. (MAZZOLENI, 1970).

Ainda sobre a resenha de Langlois, acrescenta-se que outros fatores pontuais foram as considerações feitas por este quanto aos capítulos, aos títulos e à qualidade das pessoas e da

língua dos documentos diplomáticos, que trazem um discurso aprimorado sobre a retórica especial de alguns documentos diplomáticos redigidos em latim e a pertinência do porquê do uso da língua vulgar em outros. Outro ponto ressaltado na análise de Mazzoleni (1970) é que o manual de Giry aproxima-se do programa escolástico.

Outro ponto, referenciado por Tennis, historiador da escola francesa (2005), estima que estas questões doutrinárias no domínio diplomático, referindo-se não só ao manual de Giry, como também a outros escritos desta época referentes às questões dos documentos diplomáticos “remete a pessoas e práticas trabalhando com uma linguagem comum a um novo prisma: a saber: o do pensamento cultural dos atos escritos ou documentos”. (TENNIS, J, 2005, p. 191). Enquanto que Tessier também historiador da escola francesa (1996) sobre a mesma concepção já havia escrito que: “a produção diplomática de uma sociedade é em certa medida o reflexo de sua civilização”. (TESSIER, G. 1996, p. 14).

Dessa forma, Tessier e Robert Henri Bautier seguem os passos de Giry e Langlois e continuam o debate acerca das questões de identificação de elementos e caracteres diplomáticos. As análises desses elementos refletem uma cadeia de informações sobre as modificações socioculturais, o ensino histórico e as competências das instituições arquivísticas.

Neste ponto, insere-se outra contribuição da École de Chartes, primeiramente com os estudos de Tessier (1966), historiador e professor honorável desta escola, segundo Mazzoleni (1970), sua aula inaugural do curso de diplomática na École aconteceu no dia 08 de dezembro de 1930; em seu discurso, deixa claro que a diplomática é a ciência das regras. Neste momento acontecia entre os historiadores diplomatistas debates sobre os novos caminhos tomados e pretendidos acerca dos estudos diplomáticos enquanto disciplina acadêmica. Em sua obra *Diplomática*, escrita em 1936, ele expande a compreensão sobre a concepção informativa do documento, sua forma e seu conteúdo, argumentando em prol dos historiadores; ele aponta o seguinte raciocínio:

Textos de inspiração religiosa ou jurídica ou simplesmente textos literários, objetos de arte, moedas, monumentos arqueológicos, desde a modesta jarra de argila até o mais suntuoso edifício, todos esses testemunhos nos dão informações com ainda mais segurança na medida em que a intenção de informar estava geralmente ausente para o padre, o legislador, o poeta, o cunhador de moedas, o ceramista, o arquiteto ou o escultor quer vêm a cada vez prestar depoimentos [...]. É necessário, porém, que eles sejam corretamente interpretados – e é aqui que intervêm as disciplinas especiais, de um caráter técnico, cujos fins próprios se ordenam em direção a um fim superior, um conhecimento mais exato do homem [...] (TESSIER, 1966, 3 ed. p. 8).

Percebe-se assim que, neste período, os diplomatas impuseram um novo rumo para a diplomática vista como ciência e também como uma disciplina científica, visto que ela propunha alicerces sólidos para auxiliar outras vertentes da ciência. Nota-se também que a base desta nova diplomática ainda continha as premissas de Dom Jean de Mabillon, mas lançava outros tentáculos que acompanham os conceitos de documentos arquivísticos nas modernas práticas arquivísticas e na nova historiografia.

Porém, não havia um consenso entre os historiadores diplomatas na época, segundo Baltier, sucessor de Tessier na cadeira de diplomática na École de Chartes, pelo contrário havia um desgosto entre eles devido a verem a diplomática como uma base necessária para qualquer crítica histórica, todavia ela fosse tida por uma ciência auxiliar, em função dos novos horizontes propostos pelo congresso internacional das Ciências históricas de Viena em 1965.

Logo, nota-se que novos rumos para a diplomática estariam chegando, como de fato aconteceu; e, segundo Galende Díaz e Ruipérez (2003) a diplomática desliga-se de seu perfil clássico e caminha para nova diplomática ou diplomática moderna. À frente desta mudança, tem-se o historiador Bautier, que consolida conceitos de análise documental diante do entorno sócio informal. Pode-se deduzir que estes caminhos e denominações pelas quais a diplomática passou, levantaram possibilidades para novas abordagens do método criado por Dom Jean de Mabillon.

De outra forma, conforme Galende Díaz e Garcia Ruipérez (2003), interessa pontuar o contributo da escola Austríaco-Alemã formada por diplomatas historiadores e juristas como, por exemplo, Julius Ficker (1826-1902), Theodor Von Sickel (1826-1908); Heinrich Brunner (1840-1915).

Conforme Nascimento (2009), acerca de Theodore Von Sickel, salienta-se que este historiador alemão foi também educador na École des Chartes de Paris nos anos de 1850 a 1852. Sendo que em Berlin, ele é considerado o fundador da moderna diplomática, a qual se constitui num método crítico para avaliar a autenticidade dos documentos históricos, estudando a forma de se produzir os documentos, que não era muito conhecida no século XX.

Das ponderações de Sickel sobre a necessidade de melhorar e corrigir os resultados da crítica e de compreender os mecanismos de produção dos atos, resulta, segundo Guyotjeannin, Pycke e Tock, (2003), um modelo de análise sobre a elaboração dos atos que na

verdade é de autoria de Ficker.

Este modelo de análise permite compreender que há duas fases distintas na análise diplomática o *actio* [ação] e o *conscriptio* [documentação]. Assim, Ficker provou que as datas que constavam nos atos às vezes se referiam à ação jurídica e algumas à promulgação dos atos.

Neste momento, de acordo com Guyotjeannin, Pycke e Tock (2003), a diplomática recebe a denominação de ciência auxiliar da história do direito em reconhecimento ao trabalho deste importante historiador de origem austríaca, que, por possuir formação em direito, era também professor de história jurídica na Universidade de Innsbruck.

Ficker, segundo os autores (2003), volta-se para a investigação científica mais precisamente ao campo da história medieval e sua composição diplomática e escreve a obra *Bestagem zuir Urkundenlehre*, que traz contribuições para os diplomáticos. Em 1877, ele expande seu modelo de análise diplomática e inclui as formas e conteúdo dos documentos, conforme os dados jurídicos e institucionais diante de sua aplicabilidade funcional.

Neste contexto, conforme Guyotjeannin, Pycke e Tock (2003), surgem, no cenário da relação entre a diplomática e a história, mais um importante historiador jurídico Heinrich Brunner de origem austríaca, que estuda a história jurídica dos romanos e germânicos, e afina o modelo de análise para documentos privados da idade média de Sickel e Ficker, incluindo a diferenciação entre *charta* e *notitia*.

Segundo Tessier (1996), *charta* trata-se dos atos constituídos na idade média, porém em linguagem comum pode ser traduzido por cartas e *notitia* tem o sentido de conhecimento de algo.

De acordo com Mazzoleni (1970), outro importante historiador pertencente à escola alemã é Harry Bresslau que escreveu juntamente com Hans Walter Klewitz a obra *Comissão de diplomáticos para a Alemanha e Itália*. Nesta são apresentados seus estudos acerca da definição de documentos e da história da diplomática, da partição documentária, dos originais, das falsificações e do registro dos atos nas chancelarias papal e imperial, como também a origem de algumas tipologias documentais, formulários, línguas, escrita, e outros pontos significativos para os estudos diplomáticos.

Na escola italiana, destacam-se os historiadores e professores Luigi Schiaparelli,

Armando Petrucci e Cesare Paoli, cujas contribuições foram relevantes para a diplomática e suas renovações no campo histórico. De acordo com Mazzoleni (1970), Paoli contribuiu com a escrita do intitulado *Manuais diplomáticos* escrito cinco anos depois de Giry e que impõe um novo método didático em consonância com o sistema de ensino.

Em outro viés, de acordo com Tognolli (2014), a consolidação dos Estados Nacionais da Europa advém de uma época de grande insatisfação na sociedade europeia, o que faz eclodir a revolução francesa decorrendo na perda da valia prática dos documentos eclesiásticos ou imperiais; isso acaba afetando as ciências auxiliares da história principalmente a diplomática.

De acordo com Tognolli (2014), como consequência, esses documentos, que eram utilizados, desde então, apenas em caso de contestação jurídica, ou seja, provas ou não de títulos e direitos, adquirem uma nova identidade assumindo um caráter de destaque na historiografia. Os historiadores tomam posse destes registros, que agora são vistos como evidências, verdadeiros testemunhos de um passado recente e nebuloso.

Em referência a este período, os arquivos cumprem uma importante função na historiografia do século XIX; estes eram usados com a finalidade de promover a identidade nacional. Para Tognoli (2014, p 44), “o romantismo em voga, defendia um sentimento nacionalista que encontrou fulcro nos estudos dos documentos como os testemunhos mais fieis do passado principalmente o medieval”.

Conforme P. Galloway (2006), a abertura dos arquivos aos cidadãos e à pesquisa histórica, como consequência da revolução francesa, o advento das fontes primárias e a construção dos Archives Nationales em 1794, foi um marco para a ciência história como para as ciências auxiliares, a paleografia, a diplomática e a arquivística.

Galloway (2006) salienta que o encontro entre a história e arquivologia acontece quando o arquivista - ao avaliar e selecionar o que poderá ser lembrado e usado pela historiografia ou de qualquer outra área da ciência - está se utilizando do seu saber histórico e pensando em como, porque ou quais fontes terão uma relevância de maior peso para a escrita da história, ou seja, ele usa conhecimentos históricos de acordo com sua própria consciência histórica. Deste modo, de acordo com o autor, os arquivos e a história funcionam como duas atividades prático-científicas que desde muito tempo estiveram vinculadas entre si.

Neste sentido, Barros (2015) contribuiu ponderando que os arquivos têm buscado

redefinir seu relacionamento com a história, pois, mediante as novas concepções tecnológicas, a consulta às fontes históricas foi se modificando. Atualmente, o historiador pode se conectar por meio tecnológico, e acessar as informações que precisa na grande parte dos arquivos.

Barros (2015) aponta que a arquivística sempre defenderá sua filiação à história, visto que o discurso dos arquivos estará sempre em consonância com esta relação secular entre a sua prática, a historiografia e a pesquisa. Posto que, como sítio de construção teórica, a historiografia configura-se como uma base sólida tanto para as teorias arquivísticas, quanto para as práticas laborais nos arquivos.

Acrescenta-se que os arquivos permanentes têm por vocação ser o espaço dedicado às pesquisas dos documentos históricos, portanto, é o espaço no qual as atividades descritivas são preponderantemente realizadas. (BELLOTTO, 2014).

3 DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Como resultante das pesquisas e atividades nas aulas do Mestrado Profissional em História do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande-FURG, deve-se apresentar um produto.

Desta forma, a escolha do produto, desde o início do ingresso no PPGH, recaiu sobre a confecção de um Manual de Orientação acerca do entendimento da descrição documental arquivística, dos instrumentos descritivos de pesquisa, das Normas Arquivísticas, do Letramento Histórico e Arquivístico, da Identificação Arquivística e da Didática da História, promovendo o pensamento Rüseniano.

Neste sentido, a escolha específica de um Manual, deve-se à maneira como a História e a Arquivística apresentam seus saberes e fazeres, sempre é por meio de um Manual, fato, este, que sempre chamou a minha atenção.

Um Manual não contempla, na maioria das vezes, conhecimentos específicos de algo e sim o conhecimento do todo. Mas, sempre aponta caminhos para que se possa encontrar o conhecimento que se precisa.

Manuais sempre fascinaram a Mestranda, desde pequena, até hoje guardo os Manuais de produtos que adquiro, como recebi uma educação pautada no catolicismo sempre estive em contato com Manuais da igreja católica.

Quando ingressei no curso de Arquivologia em 2013, entrei em contato com a Diplomática, levei um tempo para entender que já conhecia Dom J. Mabillon, e já havia discutido a sua “De Ré Diplomatica”, tudo isso em minha catequese, na qual discutíamos a vida dos Santos Católicos.

Nesse viés, minha vida acadêmica foi pautada na diplomática que me levou a conhecer a Metodologia de Identificação Arquivística e a escrever sua aplicabilidade nas funções arquivísticas, tudo relacionado à História: minha primeira paixão.

Assim, após um trabalhoso estudo sobre os Manuais da Arquivística e da História, tanto na graduação, quanto na especialização, cheguei ao Mestrado, dentro da mesma proposta. Logo, percebi que o produto final seria um Manual.

Desta forma, acredita-se que o público alvo deste produto seja os Professores de História, para que eles entendam como tirar o melhor benefício da descrição documental e apresentar aos seus alunos um motivo a mais para desenvolverem suas competências informacionais e assim serem letrados em história e Arquivística e senhores de seus conhecimentos.

Conforme J. Rüsen, os Professores devem ser guias, orientadores, e passarem seu conhecimento aos seus pupilos, para que estes, ao entrarem em contato com o conhecimento histórico, aprimorem suas consciências históricas, suas habilidades e suas competências informacionais e repassem seus conhecimentos em suas casas e comunidades. Assim, melhorando a educação, recebendo e produzindo conhecimento, as comunidades serão redutos de poder.

Sendo assim, acredita-se que o conhecimento transmitido através do site, que contém o Manual e exemplos de como ler um instrumento descritivo de pesquisa, possa ser útil aos Professores em salas de aula, ao Ensino de História, e ao Ensino/Pesquisa.

O Ensino, através da pesquisa, é uma forma lúdica de se obter conhecimento, é o meio através do qual o Professor pode apresentá-lo ao aluno. Todavia, quem tem que se lançar é o próprio aluno, pois é reconfortante e motivador sentir-se capaz de conseguir cumprir tarefas recebidas.

A descrição documental é uma tarefa árdua e intelectual, é preciso primeiro organizar o sistema de arranjo do acervo, e identificar os fundos documentais e seus produtores. Momento, este, em que se faz uso da Metodologia de Identificação Arquivística que é um instrumental que necessita de um conhecimento mais aprimorado, por parte do arquivista que está fazendo uso da metodologia de identificação arquivística.

Porém, tem um resultado eficaz na identificação dos tipos documentais e dos produtores dos documentos; feito isso, chega-se à descrição documental, que é a função arquivística ligada ao acesso e à pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O produto desenvolvido é um Manual, porque apresenta caminhos para que a informação chegue a quem precisa; cuja denominação é “Caminhos para entender documentos históricos em Arquivos: Ensino/Aprendizagem de História”.

No Manual, pode-se conhecer as Normas Arquivísticas, a função de cada uma delas, por que foram produzidas e por quem; e um conhecimento mais específico acerca da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE.

A NOBRADE, a Norma Brasileira produzida pelo Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, inspirada na Norma de Geral a ISAD (G), a Norma produzida pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, é a Norma usada em todos os instrumentos descritivos de pesquisa, podendo ser interpretada e entendida em qualquer língua e Nação, justamente, por ser inspirada na ISAD (G). Porém, tem seus ajustes, adaptada à realidade Brasileira, foi produzida por Arquivistas brasileiros.

O Manual apresenta a função de cada área e o que é colocado em cada elemento descritor de todas as Normas, especificando os elementos da NOBRADE.

Acredita-se que os caminhos apresentados no Manual levam o leitor a entender como é feita a descrição, e o que o arquivista deve saber para colocar em cada área, e como esse importante trabalho é compilado e apresentado ao pesquisador.

Pensa-se que, desta forma, o Professor de História deve ler o Manual e assim, ao entender os caminhos para conhecer os documentos históricos, através dos instrumentos descritivos de pesquisa, possa orientar seus alunos no caminho da pesquisa histórica.

O Manual está hospedado em um site, que contém um Glossário com palavras referentes à descrição documental arquivística; Um Instrumento Descritivo de Pesquisa, no caso um de Pesquisa, Catálogo Seletivo realizado pela mestranda que é produto do estágio obrigatório enquanto graduanda de arquivologia. Relatório de uma atividade de Competência Informacional, realizada com alunos de história, onde foi testada as competências

Informacionais dos alunos, em buscar, selecionar, avaliar e interpretar os documentos históricos; eles precisaram buscar o site de um arquivo, e entender os descritores da NOBRADE, atividade na qual os alunos de forma geral atenderam os padrões da Competência Informacional.

- O Manual e os exemplos citados encontram-se no site: <https://kikasupercolorada.wixsite.com/-historia-e-arquivos>

5 APLICAÇÃO DO PRODUTO

Quanto à aplicabilidade do produto, acredita-se ser este bastante útil ao ensino/aprendizagem, enquanto usado como ferramenta auxiliar para a pesquisa nos documentos históricos.

Acredita-se que este seja de fácil entendimento e muito necessário principalmente nos dias atuais, quando, no processo de ensino/aprendizagem, se pode utilizar dos ambientes da web, como fontes colaborativas ao ensino/ pesquisa.

O produto foi desenvolvido para que professores repassem este conhecimento aos seus alunos, podendo também ser usado por estudantes e professores em construção.

A Nobrade é uma ferramenta para os arquivistas, para que estes se sintam seguros ao fazer uma descrição normalizada e que será entendida em todas as línguas.

Entende-se que este conhecimento, embora sucinto, seja uma ferramenta robusta para o educador do ensino de história, depois de decidir qual acervo histórico pesquisar, tenham como primeiro passo no ensino/aprendizagem sob a forma de pesquisa, a leitura e compreensão dos instrumentos de pesquisa, para que após isso decidam qual fonte histórica pesquisar cada aluno quer pesquisador, já sabendo onde o documento pretendido está, o seu contexto de produção e conteúdo.

Desta forma, sabe-se que cada ferramenta, responde a uma necessidade específica e contribui para um processo educativo, este Manual foi produzido especificamente para colaborar com o Professor de História e ser um facilitador no seu caminho de ensino/aprendizagem através da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é foi concebida e desenvolvida no percurso dos estudos realizados no Mestrado Profissional em História dentro do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH- FURG, na Universidade Federal do Rio Grande- FURG.

Visa contribuir para o campo de estudo da educação, precisamente no Ensino de história com foco no ensino de história que utiliza a pesquisa como recurso pedagógico e para tanto, utiliza as fontes documentais históricas, custodiadas em acervos históricos nos arquivos permanentes.

O produto final originado no desenvolvimento desta pesquisa foi um Manual destinado aos professores de história que pretendam usar a pesquisa, como apoio ao ensino de história em sala de aula. Pretende-se que o produto desenvolvido seja um recurso educativo, que instigue e incentive a pesquisa nos acervos históricos.

Considerando a abrangência que o Manual produzido possa ter, acredita-se que os indicadores sejam motivadores a difusão de acervos organizados, descritos e que os instrumentos descritivos de pesquisa, sejam acessíveis a todo usuário que dele necessite.

Sabe-se que os arquivos públicos, local onde encontra-se a maioria dos acervos históricos, são instituições com poucos recursos, tanto financeiros, como humanos, porém, se a demanda for pertinente, os arquivos podem abrir vagas de estágios em colaboração com escolas de arquivologias, e áreas afins.

Ratifica-se assim, que a partir de um momento, em que o ensino de história se apoderar deste conhecimento e entender como funciona a descrição documental arquivística e seus produtos finais, guias, catálogos, índices e outros, será bom tanto para a área da história, quanto da arquivística.

Empodera-se o arquivista, o professor de história, e os alunos que ganham em saberes e competência informacional, levando este conhecimento as suas famílias e a sua comunidade, empodera-se a sociedade.

Portanto, ao finalizar a pesquisa, e conceber o produto final, o que permanece é o sentimento de que o trabalho realizado, deixou marcas, na pesquisadora e em quem teve contato com o seu trabalho.

Acredita-se que este possa contribuir para o campo da educação e para o desafio dos profissionais da educação que é manter o aluno motivado em sala de aula. Pensa-se que o trabalho desenvolvido nesta pesquisa, possa contagiar outros pesquisadores a se dedicarem a trabalhos que colaborem para melhorar a educação neste País, desenvolvendo produtos que sejam facilitadores ao ensino-pesquisa, pois, só assim teremos alunos como protagonistas de seus saberes.

Deste modo, reflete-se sobre o ensino de história e suas abordagens em todos os níveis da educação e aponta-se, o quão relevante é para a formação dos alunos, influenciando consciência histórica e política de cada um dos alunos.

As apreciações sobre o ensino através da pesquisa perpassam por uma profícua articulação entre o ensino, a aprendizagem e a autonomia do saber e do que fazer com esse conhecimento que forçam professores e alunos a se assumirem como sujeitos ativos no processo de aprendizagem histórica e de reconhecer como seres pensantes e críticos.

Neste viés, assinala-se que essa articulação das pesquisas nos arquivos e a aprendizagem histórica, marca a necessidade de desenvolvimento das habilidades de competência informacional, tanto dos professores, como dos alunos e dos arquivistas que também participam deste processo construindo seus produtos facilitadores da pesquisa, organizando e conhecendo profundamente os acervos custodiados em seu local de trabalho, para que também seja um ser ativo na produção de pesquisas contribuindo para o letramento de todos, pois, ensinar, aprender, ser um letrado pressupõe liberdade para construir suas opiniões próprias, ter capacidade de argumentação diante de qualquer situação política, social e humana.

Por outro lado, esse discreto fascínio e mistério, de adentrar em um arquivo percorrer seus corredores e salas, tal como se dá com as bibliotecas, museus, centros de documentação e

outros, pode ser aproveitado pelo professor, para fincar aí sua base de motivação ao ensino aprendizagem de história através das fontes documentais.

Outro fator marcante que a presente pesquisa aponta é atração que exerce um ensino/aprendizagem que pondera acerca da relação do aluno com multidisciplinaridade, que é a interação entre áreas afins, como a história com a arquivística, a biblioteconomia, a museologia e outras áreas do conhecimento, pois isso contribui para a formação social e cultural do aluno, que pode se ver em diferentes perspectivas do conhecimento.

Nota-se, que a prática do ensino usando a pesquisa como recurso pedagógico colabora para a expansão da consciência histórica, e para a valoração do professor enquanto sujeito orientador nessa experiência histórica.

Da mesma forma, contribui e acelera no desenvolvimento de padrões de competência informacionais dos alunos que é um caminho seguro para que gerações de letrados se constituam e espalhem seus novos conhecimentos, por onde forem.

Pondera-se assim acerca dos desafios da educação nestes tempos incertos em que o passado parece que se dilui e não é pensado e visto com a relevância de que é constituído, pelo contrário a sociedade atual, o destituiu de sua valoração e o relega ao esquecimento, por isto, os conhecimentos das teorias de Jörn Rüsen, devem ser vistas e sempre lembradas.

Neste ponto, cabe ao professor de história, as tentativas e a responsabilidade de mudar essa visão, e salientar que o passado nos ensina com seus fatos e atos, é preciso experienciar e aprender com as experiências, atualmente há um movimento de renegar e desprezar as experiências vividas, porém, nos conscientizar da bagagem que carregamos sejam perfeitas ou não, faz parte da vida moderna e nos torna mais humanos.

Neste sentido, a presente pesquisa aponta que uma das formas do professor de história ensinar que esquecer as nossas heranças ancestrais nos torna um ser incapaz de desenvolver nossas habilidades de lidar com as informações que inundam a vida de um ser contemporâneo, observa-se é utilizando os espaços arquivísticos, por exemplo, é se apropriando de ferramentas como a descrição arquivística, e desenvolvendo habilidades de competência para que o aluno consiga lidar com as informações que recebe de diferentes fontes.

O ensino de história sistematizando o saber histórico, passou a ter a perspectiva de empregar a pesquisa e a investigação como concepção de ensino moderno, assim, esta pesquisa que se configura em um estudo bibliográfico e reflexivo e teórico, aponta que é necessário que o professor utilize estratégias para inovar, onde o aluno não é mais um sujeito passivo que recebe um saber verticalizado e nem o professor é uma figura com a autoridade de despejar conhecimentos.

Atualmente, os professores estão no patamar de orientadores e os alunos sujeitos ativos do conhecimento, com letramento e competência informacional aptos a usar e compreender o manejo de ferramentas como a descrição arquivística para aprimorar suas caminhadas em direção a construção e consolidação de novos conhecimentos.

7 BIBLIOGRAFIA

AMBROZEWICZ, P. L. **Qualidade na prática: Conceitos e ferramentas**. Curitiba: SENAI-PR, 2003. Disponível em: <http://rived.mec.gov.br/atividades/profissionalizante/construcao/ModuloA.pdf> Acesso em: 19 jun. 2020.

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios da representação da Informação: a norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), a descrição arquivística codificada (EAD-DTD) e o projeto archives HUB. **Revista Ponto de Acesso**, Bahia, v1, n.2.p.70-100, jul./dez.2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211> Acesso em: 19 jun. 2019.

_____. Ricardo Sodré. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivística em meio eletrônico. **ENARA. Executiva Nacional das associações Regionais de Arquivologia**. Disponível em https://wp.content/uploads/2008/10/3/3cna-ricardoandrade_01.pdf Acesso em 19 jun.2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 1 ed. Rio de Janeiro: ARQUIVO NACIONAL, 2005. Disponível em < http://conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicações/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em: 14 maio 2020

BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em arquivística: Uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição**. Marília: UNESP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/trean/handle/114449/1386131/ISBN9788579836619.pdf?sequence=1> Acesso em: 17 jun. 2020.

_____. **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso [recurso eletrônico]: inflexões histórico-conceituais**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2015. Disponível em: <https://handle.net/11449/93667>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BELLOTTO, H.L. Uma política de arquivos para a Universidade brasileira. In: Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1, 1991. Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp, 1991.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2002. 120 p. (projeto como fazer, 8) disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica. Acesso em: 15 maio. 2020.

_____. **Arquivos Permanentes:** tratamento documental. RJ: FGV, 2006. 78

_____ **diplomática e tipologia documental em arquivos.** 2. Ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008

_____. **Arquivos:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BERNARDES, I.P; DELATORRE, H. **Gestão Documental Aplicada.** São Paulo: Associação do Estado. 1998. 89p. (projeto como fazer v. 1) disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica> Acesso em 15 maio, 2020

BERWANGER A.R; LEAL, J. E.F. **Noções de Paleografia e diplomática.** 4ed. Ed. UFSM, S.M., 2012.

BLAYA, P.C. Difusão dos arquivos, In **Caderno de Arquivologia.** UFSM, CCSH, departamento de documentação, curso de arquivologia, NB2

BLOCH Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Disponível em: <http://bibliotecaonlinedahisfjfiles.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-hist.3b3rio.pdf> Acesso em: 11.maio 2020.

BRESSLAU. **Manuali di diplomática per la Germania e l'Italia.** Tradução Anna M. V-R. Roma, 1998

CALZADA I OLIVELLA, M. **Les fonts primàries a l'ensenyament: les relacions entre el món escolar i l'arxiu.** Universidade de Barcelona, Espanha 2007.

CARMONA MENDO, C. Consideraciones sobre el método em archivística: a reflection on Archival Science methodology. **Documento & instrumenta.** Madrid, n.1, p. 35-46, 2004. Disponível em <http://www.ucm.es/info/documen/default.htm>. Acesso em: 04 jun. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaración de principios sobre lá descripción archivística.** Ottawa: Secretaria de lá comision sobre normas de descripción, 1992.

_____. **NOBRADE.** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. RJ: Arquivo Nacional, 124 p. 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **E-ARQ Brasil:** modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CONDE VILLAVERDE, M.L. et al. Lá identificación de lós fondos documentales de lá administración estatal: problemas y metodologia ibero-americana: idêntico tratamento para

una misma realidad. In: Primeras jornadas sobre metodología para lá identificación y valoración de fondos documentales de las Administraciones públicas, 1992. In: **Actas**. Madrid: Dirección de archives estatales/Ministério da cultura

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=13339> Acesso em: 13 maio. 2020

DELMAS, Bruno. **Arquivos para que?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto F. H. Cardoso, 2010.

DURANTI, L. Origen and development of the concept of archival description. **Archivaria**, 1993. Disponível em:

<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837> Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. Registros documentais contemporâneos como provam de ação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7 n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://bblotecadigital.fgv/ojs/index.php/reh/article/view/article> Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Diplomática usos nuevos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel. 1. ed. Argentina: Córdoba, 1996. P. 259. Disponível em: [enancib. ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3688/2811](http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3688/2811) Acesso em: 10 maio. 2120.

_____. Lá diplomática dei documenti elettronici. **Sistema Bibliotecário dell università ca Foscari di Venezia**. 2003. Disponível em: <http://biblio.unive.it/sba/novita/030527/Duranti.asp>. Acesso em 10 maio 2020

EASTWOOD, T. Um domínio contestado. A natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. IN. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Terry Eastwrod, Heather Macneil (org.) tradução de Anderson B. Martins, revisão técnica Heloisa Bellotto, 2016

FERREIRA, N. S> A, A pesquisa em leitura: \um estudo de mestrados e teses de doutorado no Brasil de 1980 a 1995, Faculdade da Unicamp, Campinas, 1999

FONSECA, M. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HARTEL, R. **Studi medieval e scienze storich ausiliare in Austria nel seculo XIX**. Roma, 2006

FLORES.D. Preservação de documentos arquivísticos digitais: Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis-RDC-ARQ. Goiânia- GO.110 slides, color, padrão Slides google drive/material elaborado para a palestra no CENDOC- centro de informação. Disponível em: <http://www.Copad.ufg.br/up/91/0/YFG> Acesso 15 maio 2020.

_____. HEDLUND, D.C. A preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implantação de repositórios arquivísticos digitais. In. Ser.PATRIM. Cult. E Ext. Univ., n. 3, fev. 2014.

GALLENDÉ DÍAZ, J.C.; GARCIA RUIPÉREZ, M. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de lá diplomática a lá archivística. **Revista general de información y documentación**. Madrid (España) v.13, n.2, p.07-35, 2003. Disponível em: <http://revistas.sim.ucm.es:2004/byd/11321873/articulos/RGID030322000A.PDF> Acesso em 26 maio. 2020.

GALLOWAY, P. Archives, power and history: dundarrow landan the beginning of the State Archives of Missipi, **American Archivits**, v.69, 2006.

GARCIA PIQUERAS, M.B. Concepto, método, técnicas y fuentes de lá diplomática. In Riesco Terrero, Angel. **Introducción y la diplomática general**. SQD: editorial Sintesis.

GASQUE, K. C. D. Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem (E.BOOK) Brasília. UNB, 2013

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GILLILAND-SWETLAND, A. J.; KAFAI, Y.B.; LANDIS W; **Integrating Primary Sources into the elementary school classroom**: A case study of teachers. Toronto, 1999.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. S.P.: arquivo do Estado, 1998

GRUPO DE TRABALHO DE LÓS ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID. Identificación y valoración de fondos Documentales municipais; lá experiênciã del grupo de trabalho de Archiveros municipais de Madrid. Primeras jornadas sobre metodologia para lá identificación y valoración de fondos Documentales de las Administraciones públicas, 1991. In **ACTAS**. Madrid. Dirección de Archivos estatales, 1992 p. 491-496. Disponível em: <http://www.madrid.org/archivos/images/ACTIVIDADES/PUBLICACIONES/VIIjarchivosmunicipales.pdf> livros de Actas. Acesso em 26 maio. 2020.

HENDRY, J. Primary Sources in k-12 Education: opportunities for archives. The American Archiveres. **The American Archivist**, v. 70, n. 1 (spring – summer, 2007), p. 114-129

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoria e practica. 5º ed. Sevilla, 1982

Disponível em:

<https://pt.scribd.com/doc/81312961/a-General-Teoria-y-Practica-Antonia-Heredia> Acesso em: 19 jun. 2020.

KOYAMA, A. C. **Arquivos online**: ação educativa no universo virtual/ Adriana Carvalho Koyama; Associação de Arquivistas de São Paulo – S.P.: Arq.-SP, 2015.

LLANES PADRÓN, Dunia. Lá descripción archivística um Antes Y um Después Marcado por ISAD (G) y lós Nuevos Paradigmas Archivisticos. In: Valentin, Maria Ligia Pomin (Org.). In: **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 155-180.

_____. Dunia. **Lá descripción archivística em lós tempos pós-modernos**: conceptos, principios y normas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LOPES, C. B. **Descrição Arquivística**: diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa. CDU: Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22751/000740203.pdf> Acesso em 19 jun. 2020.

López Gómez. Pedro. Los Archivos y sus investigaciones. **Métodos de información**. V. 5 n. 22-23, 1988 p. 37-43. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/5068/1/1998-22-37>. Acesso em: 15 maio. 2020

MACNEIL, H. Correntes em transformação. In: **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Terry Eastwood, Heather Macneil (org.); tradução Anderson B. Martins; revisão técnica Heloisa Bellotto. B.H.: UFMJ, 2016

MARTIN PALOMINO, Benito; TORRE MERINO, J.J. **Metodología para lá identificación y valoración de fondos Documentales**. Madrid: Ministério de Educación. Cultura y Deporte. 2000. 109 p. (Escuela Ibero-americana de Archivos: Experiencias y materiales).

MAZZOLENI, j. Storia della Diplomatica. In: Paleografia e diplomática e scienze ausiliare. Napoli: Libreria scientifica Editrice, 1970, Cap. 1

MOLINA Nortes, Juana; LEYVA PALMA, Victória. **Técnicas de Archivo y tratamiento de lá documentación administrativa**. Guadalajara: ANABAD Castilla- Lá Mancha; 1996. (Textos de ANABAD Castilla – Lá Mancha, 2). Disponível em:

<https://www.worldcat.org/title/tecnicas-de-archivo-y-tratamiento-de-la-documentacion-administrativa/oclc/47685667/editions?referer=di&editionsView=true>

Acesso em: 11 maio. 2020.

NASCIMENTO, M. L. B. do. **Análise documental e análise diplomática**: Perspectivas de interlocução de procedimentos. Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciência da Informação. Da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, campus de Marília, como parte dos requisitos para 108 obtensões do título de doutor em Ciência da Informação. Orientador; Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães. Linha de pesquisa: Organização da Informação. Marília 2009. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/home/pos-graduação/nascimento_imb_do_mar.pdf Acesso em: 15 maio 2020.

NASCIMENTO, Adailson; Experiências de arranjo e descrição em acervos de Instituições Federais de ensino superior. In: Nascimento, Adilson, Venâncio Renato (Org.). **Universidade Y Arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de ciência da informação da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, p 101-111.2012, OLIVEIRA, Lucia M. V. de. **Descrição e pesquisa**: Reflexões em torno dos arquivos pessoais/ Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

NUÑES FERNÁNDEZ, E. Normalización y archivística. Gijón: TREA, 1999.

OLIVEIRA, L. M.V. Descrição arquivística: seu papel no processo de comunicação informacionais dos acervos arquivísticos. In: **Encontro de bases de dados sobre informações arquivísticas**, R. J.,2012.

OTLET, P. O fundamenta. In_____ **Traité de documentation**: Le Livre sur le Livre. Bruxelles: Mundaneun Palais Mondial, 1934.

PEGEON, Annick. Uma Experiência Pedagógica em Arquivos: A disciplina “Arquivo” dos Arquivos Nationales da França. **Acervo**, v,25, n.1, p.89-102. RJ: A.N., 2012

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3 d. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROSSEAU, J. Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Don Quixote, 1998.

ROMÁN BLANCO, R. **Técnica de pesquisa científica**. S.P.: Cupolo, 1978.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Tese (doutorado em História social). (Mestrado em história social). Faculdade de filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em:

www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE ANA CELIA RODRIGUES.pdf Acesso em: 11 maio. 2020.

_____. Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. IN: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XIII, 2012, Rio de Janeiro. **Anais** Rio de Janeiro, ANCIB/FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <http://www.eventosecongressos.com.br/nenacib2012/arcarestrita/pdfs/19564.pdf> Acesso em: 17 maio.2020

RONDINELLI, R.C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**, 4ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RÜSEN, J. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução Marcos R. Kusnick. Práxis Educativa, Ponta Grossa, 2006, (1)

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A Prática Arquivística em Tempos de Gestão do Conhecimento. IN: INARELLI, Humberto Celeste, SOUZA Renato Tarciso Barbosa de SANTOS, Vanderlei Batista dos. (ORGANIZADORES). **Arquivística: Temas Contemporâneos**. 3. Ed. Distrito Federal: SENAC, 2012. P 175 -223

_____. **A arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos**. Salvador: 9Bravos, 2015.

SILVA, A.M. da, Fernanda R, Júlio & Real, Manoel L. **Arquivística- Teoria e prática de uma ciência da informação**. 1998

Silva, M. da. **O arquivo e o lugar. Custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos**. RJ: Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense. 2017.

TAMOYO, Alberto. **Diplomática. In arquivística, diplomática y sigilografia**. Madrid. Cátedra, 1996, p. 55-270. Disponível em: https://www.catedra.com/libro.php?codigo_comercial=170034

Acesso em: 11 maio. 2120.

TAYLOR, H. A. Clio in the raw: Archival Materials and Teaching of History. **The american archivist**, n. 35, julh/outubro, 1972, p.317-330.

TESSIER, Georges. **Lá Diplomatie**. 3 ed. Paris. Presses Universitaires de France, 1966. (Coleção que Sais-Je? Le point des connaissances actuelles, n. 536).

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática contemporânea: elementos para uma reflexão sobre a organização da informação.** Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/tognoli_nb_do_mar.pdf

Acesso em: 10 maio.2020

_____. diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: **congreso isko espanha: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION**, 9.Espanha. 2009. Disponível em: < ww.scielo.br/scielo.php?Pid=S1413-99362011000100003&script=sci. Acesso em: 10 maio. 2020.

_____. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea.** Dissertação de mestrado. Niterói: 2010. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/.../CienciadaInformacao/.../tognoli_nb_me_mar.p

Acesso em: 10 maio. 2020.

_____. **A construção teórica da diplomática [recurso digital]:** em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídios aos estudos arquivísticos 1.ed. SP: Cultura acadêmica, 2014. Disponível em:

http://www.americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.70.2.u327764v1036756q?code_same-site Acesso em: 10 maio. 2020.

YEO, G. Concepts of record: evidence, information and persistent representations. The American Archivist, 2007. Disponível em:

<http://www.americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.70.2.u327764v1036756q?code=de=same-site> Acesso em: 19 jun., 2017

VÁSQUEZ MURILLO, M. **Administración de documentos y archivos:** Planteos para el siglo XXI 1ª ed., Buenos Aires: Alfagrama, 2004.